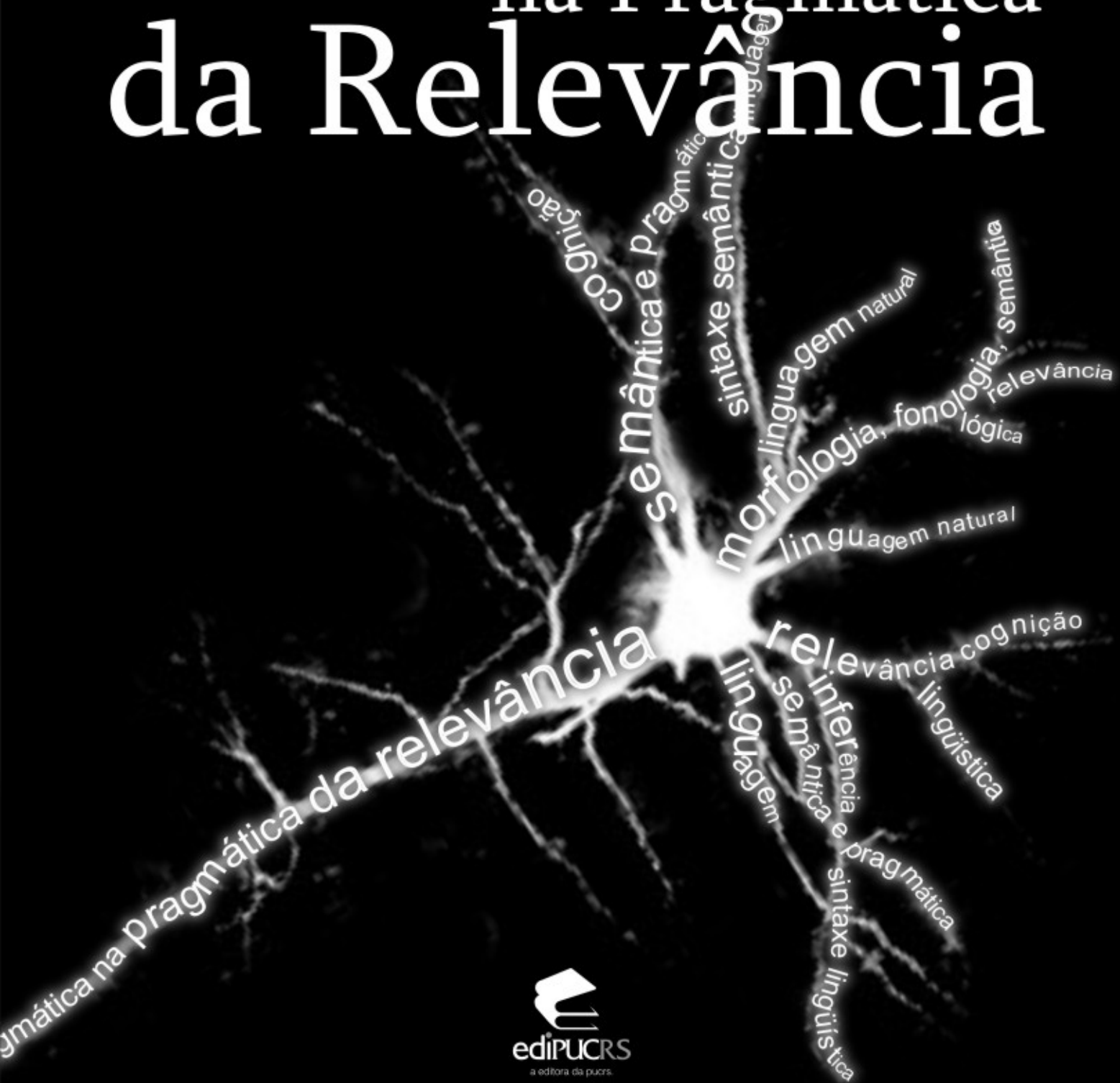


Jorge Campos

A Relevância da Pragmática na Pragmática da Relevância



***A RELEVÂNCIA DA PRAGMÁTICA
NA PRAGMÁTICA DA RELEVÂNCIA***



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Chanceler:

Dom Dadeus Grings

Reitor:

Joaquim Clotet

Vice-Reitor:

Evilázio Teixeira

Conselho Editorial:

Alice Therezinha Campos Moreira
Ana Maria Tramunt Ibaños
Antônio Carlos Hohlfeldt
Draiton Gonzaga de Souza
Francisco Ricardo Rüdiger
Gilberto Keller de Andrade
Jaderson Costa da Costa
Jerônimo Carlos Santos Braga
Jorge Campos da Costa
Jorge Luis Nicolas Audy (Presidente)
José Antônio Poli de Figueiredo
Lauro Kopper Filho
Maria Eunice Moreira
Maria Helena Menna Barreto Abrahão
Maria Waleska Cruz
Ney Laert Vilar Calazans
René Ernaini Gertz
Ricardo Timm de Souza
Ruth Maria Chittó Gauer

EDIPUCRS:

Jerônimo Carlos Santos Braga – Diretor
Jorge Campos da Costa – Editor-chefe

Jorge Campos

***A RELEVÂNCIA DA PRAGMÁTICA
NA PRAGMÁTICA DA RELEVÂNCIA***



Porto Alegre
2008

© EDIPUCRS, 2008

Capa: Josianni dos Santos Nunes

Preparação de originais: Daniela Origem e Grasielly Hanke Angeli

Diagramação: Josianni dos Santos Nunes

Revisão: do autor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C837r Costa, Jorge Campos da
A relevância da pragmática na pragmática da relevância
[recurso eletrônico] / Jorge Campos da Costa. – Dados
eletrônicos. – Porto Alegre : EDIPUCRS, 2008.
135 p.

Modo de Acesso: World Wide Web:
<<http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/>>
ISBN 978-85-7430-834-0 (on-line)

1. Lingüística. 2. Pragmática. 3. Semântica. I. Título.

CDD 410

**Ficha Catalográfica elaborada pelo
Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS**



Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33
Caixa Postal 1429
90619-900 Porto Alegre, RS - BRASIL
Fone/Fax: (51) 3320-3523
E-mail: edipucrs@pucrs.br
<http://www.pucrs.br/edipucrs>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
INTRODUÇÃO	8
1 FUNDAMENTOS HISTÓRICO-TEÓRICOS DA PRAGMÁTICA.....	12
1.1 As Revoluções Lingüísticas e as Origens da Pragmática	12
1.2 Pragmática – Definição, Objeto e Questões Metateóricas.....	21
1.3 A Pragmática como Paradigma Pré-Revolucionário	41
2 A Teoria Inferencial das Implicaturas: Descrição do Modelo Clássico de Grice	47
2.1 A Teoria Inferencial das Implicaturas: Perspectivas e Limitações do Modelo Clássico de Grice	60
2.2 A Relevância da Relevância para o Modelo Clássico Ampliado	86
3 O MODELO DE GRICE AMPLIADO - UMA CLASSE DE APLICAÇÕES.....	103
3.1 Aspectos Comunicacionais do Slogan Político.....	103
3.2 O Dito e o Implicado no Slogan Político – Observações Teóricas.....	106
3.3 O Dito e o Implicado no Slogan Político: O Cálculo das Implicaturas.....	109
CONCLUSÃO	125
BIBLIOGRAFIA.....	128

APRESENTAÇÃO

O ensaio que se segue é, com pequenas alterações, o resultado de minha dissertação de mestrado apresentada em 1984. Ela representa três pretendidas contribuições: caracterizar uma breve investigação histórico-teórica sobre a evolução da Pragmática enquanto possível ruptura ao desenvolvimento clássico da Lingüística; propor um refinamento ao modelo da Teoria das Implicaturas devidas a Grice (67-75) em que a noção de relevância é alçada à categoria de supermáxima, com a intenção de tornar tal teoria mais eficiente e, ao mesmo tempo, intacta seu quadro conceitual básico; e, finalmente, tratava-se de uma proposta de possível aplicação ao discurso político tipo *slogan* para avaliar a potencialidade do modelo, então, refinado. Paralelamente, ainda na primeira metade da década de 80, Sperber&Wilson iniciavam seus artigos sobre o mesmo tema da Pragmática, em que, também partindo do trabalho de Grice, iriam redundar numa teoria cognitiva que viria a ser conhecida como Teoria da Relevância, cuja primeira versão é de 1986. Sua forma de abordagem distinguia-se da minha pela intenção de um novo modelo comunicativo no escopo das ciências cognitivas e pela superação muito mais ampla da proposta griceana. Meu trabalho tinha a idéia, bem mais simples, de preservar Grice e de, apenas, retificá-lo intrateoricamente. A coincidência é que tanto a TR como minha dissertação, em suas origens, tinham a intuição de que a noção de relevância era mais poderosa do que parecia, como, aliás, o próprio Grice insinuara.

De lá para cá, muita coisa mudou e, exatamente por isso, permitiu-nos uma adequada reavaliação do trabalho em pauta. Primeiramente, a proposta de Pragmática como ruptura, no sentido Kuhniano, do paradigma tradicional da Lingüística, mostrou-se apropriada. De fato, a evolução da interface Semântica/Pragmática, hoje, atrai um enorme esforço teórico e uma centralização da pesquisa sobre a questão do significado e da inferência na linguagem natural. A Pragmática, nesse contexto, foi, sem dúvida, a disciplina que mais cresceu em âmbito internacional e mais evoluiu metodologicamente. Num segundo momento, cabe considerar que, tanto é verdade que a noção de relevância era um espécie de supermáxima a subir na árvore hierárquica conceitual, que a proposta de S&W, com tal noção no centro, tornou-se extremamente bem-sucedida, especialmente em relação às pesquisas interdisciplinares. Por fim, o potencial de aplicação do modelo

griceano é cada vez mais reconhecido e não seria exagero apontá-lo como um dos candidatos mais fortes ao topo das investigações em Filosofia da Linguagem, ao lado de contribuições como as de Frege, Russell e Wittgenstein.

O presente ensaio, modesto em suas pretensões e origens, também se justifica em sua publicação por uma razão particular: um sem-número de dissertações e teses têm sido desenvolvidas, em que o caráter apologético tradicional de defesa de uma teoria tem sido substituído por um espírito crítico mais saudável e produtivo, coisa que a minha dissertação original pretendia. Parecia-me, na época, que uma proposta de fascinantes e elucidativos *insights* como a de Grice deveria ser abordada, num primeiro momento, através de uma crítica construtiva, em que possíveis dificuldades fossem contornadas por algum tipo de refinamento. Muitas vezes, na perspectiva de academicismo oportunista, idéias de alto poder descritivo e explanatório são pretensamente demolidas por contra-exemplificações precipitadas.

Dezenas de estudantes que assistiram aos meus cursos na Pós-Graduação em Lingüística da PUCRS me deram a sensação de que compartilhavam desse espírito ao começarem sua trajetória de investigadores. A eles, na verdade, devo a coragem de publicar, quase na íntegra, um trabalho de mais de vinte anos atrás, quando o mundo era tão diferente e ainda não conhecíamos a proliferação vertiginosa das reflexões em rede e seu impacto sobre as teorias.

Jorge Campos

INTRODUÇÃO

A lingüística do século XX atravessou importantes momentos de convulsões metodológicas. Após duas grandes revoluções em que o Estruturalismo de Saussure e Bloomfield e o Gerativismo de Chomsky produziram, como teorias científicas, expressivas contribuições nos níveis morfológicos, fonológicos e sintáticos, a pesquisa lingüística continuou enfrentando sérias dificuldades diante dos problemas altamente complexos que envolvem o fenômeno da significação em linguagem natural.

A partir do intenso debate envolvendo os textos clássicos de Frege (1892), Russell (1905), Strawson (1950), Wittgenstein (1953), Grice (1957-1967), Austin (1962) e Searle (1969), entre outros, as teorias do significado se desenvolveram excepcionalmente. Conseqüência disso, nos últimos quarenta anos, as subteorias lingüísticas, Semântica e Pragmática, constituem-se no palco de uma expressiva batalha metateórica, especialmente ao nível da interface, em que se busca uma abordagem sistemática de problemas relativos ao significado em linguagem natural, abundantemente introduzidos pelos filósofos recém mencionados. Nas comunidades mais tipicamente lingüísticas, a investigação sobre o significado também se tornou um centro de conflitos, como o famoso debate provocado pelas problemáticas relações entre o componente sintático e o semântico, dentro do chamado 'Modelo Padrão' de Chomsky (1965). As críticas a tal modelo propostas pela tendência reconhecida como Semântica Gerativa passaram à história como um dos momentos de maior disputa teórica na segunda metade do século passado, inaugurando uma agenda intensa de compromissos metodológicos no tratamento da significação.

Dentro desse quadro de origens modernas da abordagem do significado, o que os anos recentes têm presenciado é uma proliferação de tendências teóricas sustentadas por diferentes concepções e fundamentos. Assim, podem-se identificar, ao nível da Semântica, direções mais formalistas, naturalistas, ou ainda sociais, para citar apenas as mais típicas. Em decorrência disso, também se pode supor uma teoria pragmática, cuja natureza seja a de complementar ou, até, de fundamentar a Semântica, dada a existência de fenômenos significativos heteromórficos que justifiquem a necessidade de duas diferentes disciplinas. Historicamente, é o que se pode evidenciar na relação entre uma Semântica de base lógica frege-russelliana e uma Pragmática modelo Grice. Assumindo-se, no caso, uma diferença fundamental

entre acarretamentos e implicaturas, enquanto inferências de natureza diversa, parece razoável aceitar-se que a Semântica se encarregue das primeiras e a Pragmática, complementarmente, dê conta das segundas. Da mesma forma, pode-se supor - Montague teria pensado, assim - uma Pragmática formal de dêiticos necessária para a constituição de uma Semântica também formal. De fato, não sendo dessa maneira, cai-se na dificuldade de uma disciplina formalmente desejável, que se apresente como inadequada para o tratamento de corriqueiras inferências comunicativas da linguagem natural, ou mesmo de uma Semântica de Condições-de-Verdade incapaz de tratar proposições com dêiticos. Isso não significa que não possa haver tratamentos mais específicos fora da interface semântico-pragmática. É o que ocorre com Semânticas de base cognitiva, como a proposta por Jackendoff, cujo roteiro de investigação está mais determinado pela interface com a Sintaxe. De maneira análoga, no outro lado, aparecem abordagens essencialmente pragmáticas, como é o caso da clássica Teoria dos Atos de Fala de Searle (1969) na tradição de Austin (1962), Grice (1957-75) e, entre as mais recentes, Levinson (1983).

Seja como for, o que parece razoavelmente consensual é a intuição original griceana de que há uma diferença essencial entre o dito - o que vai ser decodificado - e o implicado - aquilo que vai ser inferido. Se isso é assim, trata-se de investigar a interface semântico-pragmática em seus aspectos mais básicos para fundamentar a necessidade das duas disciplinas, ou reduzi-las, radicalmente, uma à outra. A nossa opção é a primeira, e o que se segue é a tentativa de argumentar em favor dela.

Dado o contexto acima, o ensaio que se segue abordará questões em três níveis diferentes:

1 – Histórico/Teórico - Nesse nível estarão situadas as discussões sobre a teoria pragmática, sua história, sua posição atual dentro do contexto lingüístico e sua interface com a semântica. A nossa hipótese, aqui, é a de que a interface semântico-pragmática representa, na inspiração de Kuhn (1962), um pré-paradigma de transição emergente na pesquisa sobre a significação em linguagem natural.

2 – Teórico/Metodológico - Nessa parte serão apresentados o modelo pragmático de Grice (1967-1975), em sua potencialidade teórica e seus pontos críticos, e uma proposta de refinamento de seu núcleo estrutural. Nesse nível, a nossa hipótese é a de que o modelo de Grice refinado é consistente para explicar

um tipo de inferência que se situa além do dito, autorizada pelo remetente, captada pelo destinatário e denominada implicatura, na interface com a semântica do dito.

3 – Lingüístico/Discursivo - Nesse plano, completaremos a nossa investigação sobre o modelo pragmático de Grice, tal como reformulado, checando, no mesmo momento, a sua potencialidade de aplicação. A classe de enunciados escolhida é o discurso político sob a forma de *slogan*, e a nossa hipótese, aqui, é a de que esse tipo de fragmento é uma forma discursiva que depende, essencialmente, de abordagens pragmáticas que possam dar conta, como o modelo de Grice o faz, de inferências implícitas ditas implicaturas.

Para atingir o nosso objetivo nesses três níveis, o ensaio é organizado em três capítulos que se referem a cada uma das hipóteses, sem que a unidade temática seja perdida. No primeiro capítulo será discutido o cenário histórico-teórico que subjaz às pesquisas sobre a Pragmática, seu objeto e seus limites, levando-se em consideração o modelo de história da ciência de T. S. Kuhn (1962), para a caracterização do conceito de pré-paradigma de transição. No que se refere ao objeto da pragmática e à sua posição dentro do quadro das teorias da significação em linguagem natural, assumiremos idéias de Grice (1975), Gazdar (1979), Sperber e Wilson (1982) e Levinson (1983), aparecendo também alguma contribuição de Givón (1982).

No segundo capítulo, desenvolveremos a proposta de Grice (1967-1975) expressa em "Logic and Conversation". A discussão da potencialidade teórica do modelo, bem como o de seus pontos críticos, será feita levando-se em consideração Thomason (1973), Kempson (1975), Sadock (1976), Karttunen e Peters (1979), Gazdar (1979), Sperber e Wilson (1982), Levinson (1983). Na terceira seção deste capítulo, apresentaremos um refinamento do modelo de Grice, no sentido de torná-lo mais eficiente descritiva e explanatoriamente. Para isso, levaremos em conta reformulações das máximas de quantidade e qualidade, devidas a Gazdar, a redução do conceito de pressuposição ao de implicatura devida a Karttunen e Peters (1979) e desenvolveremos, nós mesmos, uma crítica às máximas e uma reorganização do conceito de relevância, aproveitando sugestões de Sperber e Wilson (1982) e M. Dascal (1982)¹. Tal conceito, em toda a sua complexidade, ocupará uma posição teórica decisiva em nosso ensaio.

¹ Cabe registrar, aqui, o artigo de M. Dascal "Relevância Conversacional" de 1977, como um dos raros trabalhos em português sobre a pragmática de Grice. Cabe, também, a Dascal o mérito de ter

No último capítulo, a análise de dez slogans políticos pelo modelo de Grice refinado será o objeto através do qual deverão ser atingidos dois propósitos:

- checar a adequação descritiva do modelo sob avaliação e a capacidade explanatória da teoria pragmática que ele representa;
- trazer elucidações descritivas e explanatórias à significação extraliteral do discurso político;

Uma expectativa de contribuição especial, nesse capítulo, diz respeito à modelagem da propriedade griceana de calculabilidade para descrever implicaturas encadeadas. Tais cadeias inferenciais, identificadas e descritas, permitem avançar-se, solidamente, na direção da objetividade dos implícitos tipo implicaturas.

Em seu conjunto, o presente ensaio tem a intenção de servir como uma referência teórica para os debates sobre a pragmática entre os lingüistas e os filósofos da linguagem, bem como sugerir uma investigação mais extensa sobre as propriedades do discurso político, mais particularmente aquelas que parecem ter um papel determinante na força ilocutória e perlocutória desse tipo de mensagem. Em suma, estamos tentando desenvolver, com nosso texto, a pesquisa teórica de inferências não-triviais e a aplicação ao tipo de discurso talvez mais interessante, pelas suas conseqüências - aquele capaz de levar ao gesto político.

1 FUNDAMENTOS HISTÓRICO-TEÓRICOS DA PRAGMÁTICA

1.1 As Revoluções Lingüísticas e as Origens da Pragmática

A análise da Pragmática como uma das tendências mais recentes da lingüística contemporânea não pode ser feita sem uma contextualização histórica que permita compreendê-la em toda a sua extensão. Os historiadores da lingüística, com raras exceções, trabalham, infelizmente, dentro de uma concepção tradicional e relatam os principais acontecimentos lingüísticos como se a ciência evoluísse pela acumulação de conhecimentos.

Mesmo em Meyerson, um dos precursores da nova filosofia da ciência, fica implícita a idéia de que as teorias novas representam uma seqüência das anteriores, como se o progresso científico fosse contínuo². Hoje, entretanto, os filósofos são praticamente unânimes ao condenar essa concepção de ciência cumulativa, como equivocada³.

Uma das obras mais ilustres dentro da filosofia da ciência contemporânea é “A Estrutura das Revoluções Científicas” de T. S. Kuhn (1962). Através dela, é possível um exame mais sistemático da seqüência de transformações teóricas na história da lingüística⁴.

Uma ciência, para Kuhn, pode ser entendida como uma atividade de resolução de enigmas do tipo quebra-cabeças. Num período de estabilidade, uma comunidade científica vai resolvendo os problemas que surgem, mediante um conjunto de regras que subjazem à pesquisa e que constituem o modelo de investigação compartilhado pelos cientistas daquela comunidade. Kuhn chama esse modelo de “Paradigma”⁵.

Diz-se que uma ciência atravessa uma fase de normalidade, à medida que os problemas estão sendo resolvidos dentro de um paradigma bem sucedido. No

² Emile Meyerson, *Identity and Reality*, 1930.

³ Bachelard, Popper, Kuhn, Lakatos, Feyerabend, entre outros, são filósofos da ciência que, na segunda metade do nosso século, defendem, apesar das inúmeras divergências entre si, uma concepção de evolução científica fundada na descontinuidade das teorias.

⁴ Marcelo Dascal, no seu artigo “As Convulsões Metodológicas da Lingüística Contemporânea”, também aplicou o sistema de Kuhn para investigar as relações entre a teoria padrão de 1965 e a semântica gerativa. (In: *Fundamentos Metodológicos da Lingüística Contemporânea*, São Paulo, 1978). Searle também utiliza os conceitos de Kuhn em seu artigo “La Revolución Chomskyana en la Lingüística”, In: “Sobre Noam Chomsky: Ensayos Críticos”, Madrid, 1971, página. 17.

⁵ cf. Tomas Kuhn, *A Estrutura das Revoluções Científicas*, página 30.

momento, entretanto, em que um desses problemas persiste, desafiando o paradigma vigente e transformando-se numa anomalia, ocorre um período de crise. A comunidade científica vê abalado o seu modelo de pesquisa, percebe os limites de seu paradigma, e começa aquilo que Kuhn conceitua como período de ciência extraordinária. Nessa fase, diz ele, é comum que surjam especulações de diversos tipos, propostas metafísicas, tentativas de resolução do problema por hipótese “ad hoc”, ampliação ou revisão do modelo em crise, etc. Pode surgir, então, um paradigma rival que se proponha resolver o problema até ali insolúvel. Trava-se uma verdadeira batalha de paradigmas e, por diversas razões, surge um paradigma vitorioso que define uma nova fase da ciência normal para uma comunidade científica. Kuhn denomina essa descontinuidade no progresso do conhecimento de “revolução científica”⁶.

As idéias de T. S. Kuhn não se esgotam, obviamente, assim, de maneira tão simplificada. Trata-se de um quadro teórico bastante fértil em sugestões históricas e metacientíficas e, por isso mesmo, continua merecendo a atenção dos melhores filósofos da ciência. O debate entre suas idéias e as de Popper é um dos momentos mais expressivos do século XX para a fundamentação do conhecimento científico⁷. Contrariando um pouco as críticas de Popper, a história da Lingüística é, sem dúvida, um exemplo privilegiado da eficácia teórica do modelo kuhniano para explicar o movimento de uma teoria científica.

De Saussure a Chomsky, passando por Hjelmslev, Jakobson, Bloomfield, Lakoff, Katz, Montague, entre outros, a lingüística, do século XX para cá, tem sido uma sucessão de fases em que, após um período relativamente curto da ciência normal, surgem problemas anômalos que colocam em crise o modelo vigente; aparecem as tentativas de ampliação, a fase da ciência extraordinária, e finalmente, um paradigma revolucionário que inaugura uma nova etapa de ciência lingüística normal. Foi assim com o modelo estrutural, com o gerativo-transformacional, e está por se definir, assim, no nosso entendimento, com o modelo de interface Semântica/Pragmática.

É exatamente por isso que faremos, nesta seção, uma retomada da história das revoluções lingüísticas inspirados pela interpretação de T. Kuhn. Parece-nos

⁶ Ibid, página 142.

⁷ Esse debate entre kuhnianos e popperianos é a base da obra "A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento", Cultrix, 1975.

possível, através dela, demonstrar, com clareza, que a interface Semântica/Pragmática representa, dentro de um contexto de ciência extraordinária, um candidato típico a um paradigma de transição.

Nesse sentido, examinaremos os modelos mais expressivos da lingüística contemporânea e, para poder corroborar a nossa hipótese, tentaremos destacar a questão-problema que, para nós, está subjacente às rupturas metodológicas anteriores e continua a produzir anomalias na lingüística: o significado em linguagem natural e a forma de abordá-lo.

Inicialmente diremos que das origens da pesquisa lingüística, entre os gregos, até o século XX identificamos um período pré-paradigmático e, conseqüentemente, pré-científico, pelo menos num sentido mais forte da palavra ciência. A Gramática Normativa, a Filologia e a Gramática Comparativa não delimitaram seu objeto de investigação nem constituíram um método próprio. Saussure (1916), no seu clássico trabalho *Cours de Linguistique Générale*, observou que, por isso, não se podia falar da ciência lingüística até ali⁸. Foram essas considerações ao nível da Filosofia da Lingüística que permitiram a ele estabelecer o primeiro paradigma de cientificidade para a disciplina. Definiu-a como ciência da linguagem humana e propôs suas famosas dicotomias como duplas de conceitos organizados para a constituição de seu método. A fim de não se perder na heterogeneidade de aspectos envolvidos no fenômeno da linguagem humana, Saussure, com uma lucidez científica surpreendente para sua época, considerou que a linguagem poderia ser abordada a partir de seus dois componentes: a “Langue”, o componente essencial, social por natureza, e a “Parole”, o componente secundário, cuja natureza era a manifestação individual da “Langue”. Com essa operação metateórica, Saussure conseguiu definir a lingüística, em sentido restrito, como a disciplina científica da “Langue”, conjunto de signos organizados entre si que representa a estrutura social da linguagem.

O paradigma, dito, então, estrutural, iria caracterizar a comunidade científica européia, no que se refere às pesquisas sobre a linguagem, durante um longo tempo. A escola fonológica de Praga e a teoria de Hjelmslev conhecida como Glossemática foram, apenas, tentativas de aplicações do paradigma saussuriano, no

⁸ F. de Saussure, Curso de Lingüística Geral, página 10.

sentido de reafirmar o caráter formal da língua em oposição à substância da fala e do pensamento⁹.

Ainda aqui, nota-se a eficiência do modelo de T. Kuhn para a história da Lingüística. Quando se está em fase de ciência normal, o progresso não deixa de acontecer, uma vez que os especialistas enriquecem o núcleo estrutural da teoria e aumentam a sua potencialidade de aplicação, como aconteceu com a contribuição de Trubetzkoy em 1926 e de Hjelmslev em 1943¹⁰.

É preciso ressaltar, agora, um aspecto importante da história do paradigma estrutural. As ampliações teóricas que ele sofreu buscaram reforçar o que poderíamos denominar visão formalista da linguagem enquanto objeto de descrição teórica. A prova maior disso está no fato de que, em Hjelmslev, a questão do significado é totalmente reduzida ao plano das relações intralingüísticas, através da noção de forma e substância.¹¹ Não há nem em Saussure, nem em seus seguidores, qualquer semântica como conexão linguagem-mundo.

Já nos Estados Unidos, a lingüística estrutural não foi apenas uma variação da européia. Bloomfield (1926), por exemplo, critica o psicologismo do tipo saussuriano e defende uma posição behaviorista, ao contrário de Sapir, defensor da tendência mentalista. O radicalismo bloomfieldiano tinha, na época, entretanto, uma finalidade muito clara: era preciso evitar o subjetivismo e a metafísica que surgiriam, inevitavelmente, com as investigações interdisciplinares em termos de Lingüística, Fisiologia, Neurologia, Psicologia, etc. A questão do significado, para ele, era um ponto crucial das investigações, uma vez que só poderia ser resolvida com o progresso do conhecimento extralingüístico. A consequência dessa posição é que, entre 1930 e 1955, a Semântica foi praticamente excluída da Lingüística nos Estados Unidos como, de resto, já o fora na Europa. Harris (1955), por exemplo, como já o fizera Hjelmslev na Europa, tenta reforçar o paradigma bloomfieldiano retirando o sentido como critério para distinguir elementos, a fim de aumentar o rigor do procedimento formal¹².

⁹ cf. Louis Hjelmslev, *Prolegômenos a uma Teoria da Linguagem*, página 55.

¹⁰ A Escola de Praga e a de Copenhague não foram senão o que chamamos de ampliação do modelo Saussuriano.

¹¹ L. Hjelmslev, *op. cit.* página 61.

¹² A sua obra "Methods in Structural Linguistics" fez de Harris o grande teórico do distribucionalismo, última fase do estruturalismo americano. Harris pode ser considerado um dos mais bem conceituados representantes da segunda geração bloomfieldiana.

Uma síntese, para os fins deste ensaio, das propriedades da lingüística estrutural poderia ser a que se segue:

Paradigma Estrutural (Saussure e Bloomfield)

- a) **Objeto:** A língua (linguagem humana enquanto abstração social)
- b) **Método:** indutivo (da observação dos fatos lingüísticos particulares para a generalização ao nível das línguas)
- c) **Finalidade:** descrever a estrutura de línguas particulares enquanto códigos sociais e comportamentos (Psicologia Social na Europa, Psicologia Behaviorista nos Estados Unidos)
- d) **Teorias fortes:** Fonologia e Morfologia (os aspectos formais da linguagem)
- e) **Problemas anômalos:** como tratar o significado (a Semântica é praticamente excluída da Lingüística) e como descrever relações sintáticas mais profundas.

Essas não são, obviamente, as únicas propriedades do modelo estrutural, mas aquelas que são pertinentes aos objetivos desse ensaio.

E foi nos Estados Unidos que a crise do estruturalismo se manifestou de maneira mais clara, ainda no interior da própria sintaxe. Os artigos de Harris (1955-1957) já prenunciavam a necessidade de uma mudança nos rumos da pesquisa, tendo em vista que o paradigma vigente se defrontava com alguns problemas como estes, por exemplo:

- a) não dava conta das relações sistemáticas entre frases como no caso da ativa e passiva;
- b) não explicava fenômenos como a supressão, a adição, a redundância, etc.;
- c) não conseguia sistematizar a distinção entre tipos de frases como a interrogativa e a afirmativa, por exemplo;
- d) não era capaz de evitar frases anômalas como “o pão comeu o menino”;
- e) não conseguia descrever as ambigüidades de maneira rigorosa.

Em 1957, apareceu a tese de Chomsky: “Estruturas Sintáticas”. Essa obra sistematizou a crise do paradigma estrutural, levantou contra-exemplos e candidatou-se a resolver os problemas até ali insolúveis. Após um período de indefinições no campo da lingüística, surgia uma proposta de paradigma

revolucionário que iria abrir uma etapa de décadas de ciência normal: A Gramática Gerativo-Transformacional.

O modelo de 1957, enquanto teoria, absorveu o paradigma anterior num fenômeno que se poderia chamar de “redução estrutural” e trouxe mudanças, principalmente na sintaxe. Dentro do novo programa, as estruturas sintáticas deveriam ser investigadas de forma autônoma para que se pudesse construir uma teoria gramatical sólida e rigorosa. A gramática seria vista, a partir daí, como um mecanismo destinado a especificar todas as frases gramaticais de uma língua e nenhuma agramatical. Quanto à Semântica, Chomsky limitou-se a caracterizá-la como necessária, mas prematura, apontando para as indesejáveis obscuridades que a noção de significado poderia atrair para a região da sintaxe.

A normalização da pesquisa dentro da comunidade lingüística veio a apresentar seu primeiro grande progresso em 1965, quando surgiu a obra “Aspectos da Teoria da Sintaxe” em que Chomsky, aproveitando sugestões de Lees, Katz, Fodor e Postal, entre outros, elaborou a então denominada “Teoria Padrão”. O objetivo principal, na época, era descrever e explicar todas as relações lingüísticas entre o sistema fonológico e o semântico de uma dada língua. Dentro dessa teoria, as regras de sintaxe eram de natureza diferente em relação às fonológicas e às semânticas. Enquanto a Sintaxe era gerativa, a Fonologia e a Semântica eram interpretativas. Um outro aspecto que se destacava era o tratamento sistemático de noções como competência e performance, estrutura profunda e estrutura superficial.

De volta ao modelo de Kuhn, poder-se-ia dizer que, nesse momento, completava-se a revolução chomskyana, iniciada em 1957. A fundamentação histórico-teórica e metodológica da Gramática Gerativo-Transformacional revelava, agora, mudanças profundas em relação ao estruturalismo de Saussure e Bloomfield.

As principais características do paradigma Gerativo-Transformacional em seu início poderiam ser assim resumidas:

Paradigma Gerativo-Transformacional

- a) **Objeto:** a competência (a capacidade humana, de base inata, para a linguagem)
- b) **Método:** hipotético-dedutivo (de um conjunto de suposições assumidas derivava-se a teoria da linguagem, em parte pela abstração, em parte pela observação de diversas línguas/indutivismo)
- c) **Finalidade:** - descrever as regras, ou princípios internos que um falante ideal usa para produzir e compreender infinitas orações gramaticais;
- buscar propriedades universais nas diversas línguas (Gramática Universal)
- d) **Teoria forte:** a sintaxe
- e) **Problemas anômalos:** o significado (o componente semântico e sua posição no modelo)

Já em “Aspectos”, Chomsky continua a observar o caráter provisório da pesquisa sobre a Semântica¹³. As tentativas de Katz e Fodor (1964) e Katz e Postal (1964) não eram suficientemente fortes para que o paradigma chomskyano resistisse às pressões sobre a fragilidade do seu modelo quanto ao problema do significado, à exata função do componente semântico e sua relação com o sintático.

Entre 1964 e 1968, um verdadeiro movimento de bastidores foi intensamente praticado. Linguistas como Lakoff, Postal, Ross, McCawley e Fillmore, entre outros, atacavam o modelo padrão e propunham inúmeros contra-exemplos que abalavam a comunidade dos gerativistas¹⁴.

O termo Semântica Gerativa, sugerido por Lakoff (1963), foi adotado como representando o conjunto de críticas à teoria padrão. Era o começo de uma crise do paradigma Gerativo-transformacional e o início de uma fase de ciência extraordinária.

No início, a divergência fundamental era quanto à autonomia da sintaxe proposta por Chomsky (1965). Os adeptos da Semântica Gerativa sustentavam a inexistência de uma fronteira nítida entre a sintaxe e a semântica e, por isso, não viam nenhuma razão para que se separassem os dois tipos de fenômenos. Para

¹³ Cf. Noam Chomsky, Aspectos da Teoria da Sintaxe, página 239.

¹⁴ As obras “Toward Generative Semantics”, de G. Lakoff (1963), “Linguistics Anarchy Notes”, de Postal (1967) e “Is Deep Structure Necessary?”, de Lakoff e Ross (1968) são algumas das críticas da época, só publicadas em 1976 sob o título de “Notes from the Linguistic Underground” correspondente ao volume 7 da série “Syntax Semantics”, sob a responsabilidade de J. McCawley. Na mesma linha, Fillmore (1966-1967-1969-1971) defende a sua conhecida Gramática dos Casos, como uma crítica ao conceito padrão de estrutura profunda.

eles, as estruturas sintáticas eram formalmente idênticas às semânticas, e, assim, propunham um único sistema de regras, fazendo desaparecer a distinção entre “transformações” e “regras de interpretação semântica”. Postal (1971) disse tratar-se da adoção do princípio da homogeneidade das representações e das regras sintáticas e semânticas. A partir daí, outras divergências foram surgindo. Se o componente sintático não era autônomo, então não haveria uma estrutura sintática profunda, mas uma representação semântica subjacente completa da oração, caracterizada como forma lógica, constituída não de sintagmas nominais e verbais, mas de um predicado e um ou mais argumentos. Como as divergências aumentassem, Chomsky (1972) ainda tentou alguns reajustamentos, aceitando que certos aspectos do significado eram determinados pela estrutura superficial.¹⁵ Propôs, então, o desdobramento da estrutura superficial em dois níveis, o sintático e o semântico, ligados entre si por regras de reajustamento, abandonando a distinção entre categorias lexicais e traços. A partir daí, todos os símbolos da gramática seriam conjuntos de traços, e as categorias sintáticas seriam representadas por uma nova teoria formulada como a Teoria X Barra. Chomsky tentava, de todas as maneiras, proteger o seu paradigma, criando dispositivos que reforçassem o núcleo teórico do seu modelo. Estava convicto de que as diferenças entre a semântica gerativa e a interpretativa eram, apenas, de cunho terminológico.

Já eram quase dez anos de especulações e Chomsky (1975/76/77) ainda faria algumas revisões na teoria Padrão Ampliada¹⁶. Reformulou o conceito de representação semântica, adotou a tese de que a estrutura superficial era base da interpretação semântica e admitiu que seu modelo poderia ir além da gramática de oração, mediante novas regras para esse tipo de interpretação. Era o problema anômalo da significação persistindo em mais um paradigma na história da lingüística. No decorrer dos anos seguintes, duas foram as direções com relação à interface sintaxe/semântica. Por um lado, o programa de pesquisa gerativista estabilizou-se com o fortalecimento de uma sintaxe autônoma, movimento que Chomsky vem trazendo ao longo do modelo de Princípios e Parâmetros e proposta Minimalista. Em tais modelos, basicamente, o que foi o componente semântico

¹⁵ A Teoria padrão foi ampliada em “Language and Mind” (1972) e nos três trabalhos reunidos na obra “Studies on Semantics in Generative Grammar”, também de 1972.

¹⁶ As obras que marcam essa tentativa são “Conditions on Transformations” (1973), “Reflections on Language” (1975), “Questions of Form and Interpretation” (1975), “Conditions on Rules of Grammar” (1976) e “Filter and Control” (1977).

reduziu-se à noção de forma lógica na interface conceptual-intencional. Por outro lado, os que pretendiam investigar, centralmente, a significação em linguagem natural passaram a dedicar-se à interface semântico-pragmática, dentro da qual a sintaxe estilo gerativista cumpre inexpressivo papel. A idéia de uma lógica da linguagem natural em pessoas como Lakoff e McCawley acabou-se esvaziando entre um certo tipo de empirismo que se anexou aos abstratos modelos iniciais chomskyanos de um lado, e a atração pela intencionalidade comunicativa, de outro. Ainda que as comunidades lingüísticas tentassem normalizar o processo, a questão do significado continuou gerando uma enorme inquietação metodológica, e o conseqüente aparecimento de novos paradigmas de investigação.

Com relação a esse período de ciência extraordinária, Kuhn observa, com muita propriedade, que é normal a retomada de reflexões filosóficas, o questionamento das bases epistemológicas do paradigma agonizante e, inclusive, o recurso à pesquisa interdisciplinar como saída para as anomalias que desafiam os especialistas. Isso explica por que, de repente, a Lingüística, a Psicologia, a Sociologia e a Filosofia estavam todas na mesma encruzilhada teórica durante os anos setenta e, também, por que houve uma proliferação de teorias lingüísticas dentro de uma disciplina de pouco mais de um século de investigações sistemáticas. E foi desse encontro de filósofos e lingüistas que começou a se delinear a idéia, já definida anteriormente, de paradigma pré-revolucionário: a Pragmática – interface – Semântica.

Na história da Filosofia da Linguagem, a Pragmática aparece, inicialmente, como um campo verdadeiramente interdisciplinar. Na tentativa de sistematizá-la, encontramos um grande número de teóricos e tendências, de diversas áreas, que tratam de fenômenos ditos pragmáticos. Frege (1892) parece ter sido um dos primeiros a detectar, em suas investigações lógicas, o problema da pressuposição e sua relação com o contexto. Peirce, no final do século XIX, referiu-se à relação dos signos com seus interpretantes, como uma das partes da semiótica, e parece ter sido o inspirador do trabalho de Morris (1938), que lançou a Pragmática, oficialmente, como a área da Semiótica que estudaria a relação entre os signos e seus usuários. Em seu trabalho sobre a Lógica e Matemática, de 1939, Carnap também sublinha a necessidade de uma disciplina como a Pragmática sendo um dos ramos da Semiótica, ao lado da Semântica e da Sintaxe. “As Investigações Filosóficas”, obra inovadora de Wittgenstein (1953), foi uma das primeiras a

caracterizar a importância do contexto para a significação. O seu conceito de “jogos de linguagem” é uma das origens epistemológicas das teorias contemporâneas sobre o sentido das palavras. Na sua linha, Austin (1962) produziu os seus “Atos de Fala” que Searle (1969) aprofundaria numa das mais divulgadas tendências da moderna Filosofia da Linguagem. Ao contestar o famoso texto de Russell (1905), Strawson (1950) também acusou a existência da Pragmática ao retomar o fenómeno da pressuposição, definido por Frege (1892), Lakoff (1971), McCawley (1971), Fillmore (1971), entre outros lingüistas da chamada Semântica Gerativa que chegaram à compreensão da Pragmática como uma alternativa para a Lingüística em crise. Grice (1967/1975), com seu princípio da cooperação e suas máximas da conversação, propôs uma das mais fortes teorias pragmáticas contemporâneas. Stalnaker (1974), Sadock (1974), Kripke (1977), Donnellan (1978), Karttunen e Peters (1979), Gazdar (1979), Sperber e Wilson (1981) e Levinson (1983), entre outros expressivos nomes da Filosofia, da Lógica e da Lingüística, discutiram fenómenos ditos pragmáticos em seus textos¹⁷. Trata-se realmente, de uma das mais interessantes áreas da pesquisa recente sobre a linguagem e, por isso, aparece em nosso ensaio como a possibilidade de mais uma revolução lingüística, dentro desse quadro típico de ciência extraordinária que ainda hoje estamos presenciando.

Para justificar, entretanto, a nossa hipótese da existência de um paradigma pré-revolucionário nessa Pragmática embrionária, devemos suspender, provisoriamente, a nossa análise da história das revoluções lingüísticas, para examinar, detidamente, as características desse novo modelo em relação ao estrutural e gerativo-transformacional, perfeitamente conhecidos. Ao tratar da Pragmática, devemos colocar todos os detalhes numa espécie de microscópio teórico para oferecer uma visão tão precisa quanto possível dessa disciplina.

1.2 Pragmática – Definição, Objeto e Questões Metateóricas

Na primeira seção tentamos avaliar as origens da Pragmática dentro do contexto histórico das pesquisas sobre a linguagem. Para isso, fizemos uma

¹⁷ Faça-se justiça, aqui, ao texto de Keenan (1972), “Two Kinds of Presupposition in Natural Language”, um dos primeiros a apontar, na área da lingüística, para o estudo da pressuposição enquanto fenómeno pragmático.

reconstrução, um tanto detalhada, das duas grandes revoluções lingüísticas – a estrutural e a gerativo-transformacional, pelo modelo de Kuhn.

Nesta parte, entraremos na discussão de questões metateóricas, tendo em vista que pretendemos desenvolver tópicos que implicam problemas metodológicos ligados à Pragmática.

Como se disse anteriormente, as pesquisas sobre a linguagem desenvolvem-se, hoje, num ambiente teórico típico de ciência extraordinária. Diversas disciplinas disputam os mesmos fenômenos lingüísticos. Nesse contexto, a definição de Pragmática esbarra em inúmeros problemas. Tentemos contorná-los.

A história da filosofia e da lingüística parecem demonstrar que há, pelo menos, dois grandes momentos na vida teórica da Pragmática: o primeiro refere-se às obras que apontam e, até, exigem a existência dessa disciplina sem, entretanto, ir muito além disso. Chamaremos a esse momento de clássico. O segundo refere-se ao contexto contemporâneo em que a abordagem de fenômenos pragmáticos começa a ocorrer, e os teóricos, então, se lançam em busca de uma definição que delimite o objeto específico de uma teoria pragmática. Chamaremos a esse segundo momento de período moderno ou da busca da autonomia.

No sentido de organizar os problemas que enfrentamos para uma definição da Pragmática e uma delimitação do seu objeto, sugerimos a obra de Austin (1962) “How to Do Things with Words” como uma linha divisória entre o período clássico e o da autonomia. Trata-se, indiscutivelmente, de um trabalho que, pela primeira vez, tenta sistematizar os fenômenos pragmáticos e vai além das puras sugestões, propondo um modelo de abordagem, hoje conhecido como “Atos de Fala”.

No período clássico, do final do século XIX até 1962, a Pragmática foi definida de maneira não homogênea por Peirce (1897), Morris (1938), Carnap (1939) e Bar-Hillel (1954). Frege (1898) e Wittgenstein (1953) tiveram uma grande intuição dos fenômenos pragmáticos, mas não chegaram a acusar a existência teórica de disciplina.

No período moderno, de 1962 até hoje, surgiu uma grande quantidade de autores e definições. Destacam-se, entre outros, Searle (1969), Thomason (1973), Stalnaker (1974), Montague (1974), Kempson (1975), Grice (1967/75), Smith e Wilson (1979), Gazdar (1979), Sperber e Wilson (1982), Levinson (1983, 2000), Bach(87), Turner(99), Carston(99), Bianchi(2004), Jaszczolt(2006) e Recanati(2004). As tentativas desse período buscam definir o campo próprio da pesquisa pragmática

e uma metodologia rigorosa e específica que permitam caracterizá-la como disciplina científica, pelo menos à altura do que a Sintaxe e a Semântica já construíram em termos de arquitetura formal.

Examinemos, inicialmente, as definições do período clássico.

Peirce (1897) parece ter sido um dos primeiros a acusar a existência da Pragmática. Embora ele se refira mais exatamente ao pragmatismo, dentro de outra concepção; é dele que Morris (1938) retira a sugestão para o seu famoso triângulo semiótico. Ao lado da Sintaxe e da Semântica, a Pragmática seria a disciplina encarregada de estudar a relação entre os signos e seus usuários¹⁸.

Na mesma linha de Morris, Carnap (1919) defende a existência de Pragmática como uma disciplina empírica que se utilizaria dos conhecimentos de outras ciências como a Biologia, a Psicologia, a Física e, principalmente, das Ciências Sociais¹⁹. Stalnaker (1972) observa que, nos textos teóricos iniciais, há bastante obscuridade, ainda, na definição do objeto da Pragmática, o que torna difícil a sua delimitação²⁰. O que caracteriza essa fase, sem dúvida, é o fato de que os teóricos como Morris ou Carnap, compreenderam a necessidade de investigações que sistematizassem os fenômenos ligados ao uso da linguagem, antes de estabelecer, com clareza, os limites desse fenômeno e o aparato conceptual dessa investigação.

O primeiro grande passo no sentido de definir o objeto da Pragmática foi dado, sem dúvida, por Bar-Hillel (1954). No seu artigo clássico, “Expressões Indiciais”, ele trata de avaliar o papel do contexto para a determinação da referência de uma sentença²¹. Examinando três tipos de sentenças,

(1) O gelo flutua sobre a água

(2) Está chovendo

¹⁸ Desde Peirce (1897), a semiótica é dividida em três áreas, considerando-se a definição de signo como relação triádica. No seu célebre triângulo, à Gramática caberia o estudo do representamen, ou signo primeiro, nas suas relações entre si; à Lógica, o estudo da relação entre o representamen e o objeto; e à Retórica, a investigação das relações entre representamen e interpretante. Morris (1938), realmente, aproximou-se de Peirce e definiu a Semiótica constituída da Sintaxe (relação dos signos entre si), da Semântica (relação dos signos com seus objetos) e da Pragmática (relação dos signos com os seus usuários).

¹⁹ R. Carnap, Fundamentos de Lógica e Matemática, 1975, p. 21.

²⁰ E.C. Stalnaker, Pragmática (In: Pragmática – Problemas, Críticas, Perspectivas da Lingüística, 1982, Org. M. Dascal), p. 59.

²¹ Este artigo é considerado um dos mais importantes na história da Pragmática exatamente por caracterizar, pela primeira vez, o contexto gramaticalizado através dos elementos indiciais.

(3) Estou com fome

ele observa que, enquanto (1) pode ser perfeitamente entendida e avaliada, (2) e (3) apresentam problemas quanto à determinação do estado-de-coisas a que se referem, provocados pela presença de elementos indiciais que remetem a significação a uma dependência do contexto.

Para que (2) possa ser avaliada em toda a sua extensão, necessita-se saber o lugar e momento de sua produção. No caso da sentença (3), além do momento em que é produzida, é necessário que se saiba quem a proferiu.

A partir daí, Bar-Hillel, para distingui-los, chamará (1) de asserção e (2) e (3) de sentenças indiciais, desde que (1), emparelhada a qualquer contexto, forme juízos que se refiram sempre à mesma proposição e que (2) e (3) sejam sentenças declarativas não equívocas²².

O importante desta distinção está no fato de que (1) pode ser avaliada como verdadeira ou falsa, independente de informações do contexto, o que não ocorre com (2) e (3). Pela bem conhecida fórmula de Tarski, 'O gelo flutua sobre a água' é verdadeira se, e somente se, o gelo flutua sobre a água. Isto quer dizer, em poucas palavras, que (1) é verdadeira, uma vez que corresponde, realmente, a um estado do mundo. (2) e (3), entretanto, só poderiam receber um valor-verdade a partir de informações quanto ao tempo, ao espaço e produção da sentença. Bar-Hillel observa que é possível atribuir-se um valor-de-verdade a sentenças como (2) e (3), mas sempre levando-se em consideração o par ordenado sentença-ocorrência-contexto. (3) depende ainda mais do contexto, tendo em vista que, mesmo produzida por uma única pessoa em duas ocorrências distintas, já não terá a mesma referência por causa da mudança do tempo T_1 para T_2 .

A argumentação de Bar-Hillel prende-se à tentativa de demonstrar que deve haver um esforço teórico para a Pragmática, pelo menos em dois aspectos diferentes: uma Pragmática descritivista capaz de investigar o caráter indicial da linguagem e uma Pragmática pura capaz de construir sistemas lingüísticos indiciais²³.

Duas contribuições indiscutíveis estão presentes no texto de Bar-Hillel. Em primeiro lugar, ter caracterizado, de maneira clara, a importância do contexto, sob a

²² Cf. Expressões Indiciais, p. 31.

²³ Ibid., p. 31.

forma de expressões indiciais, para a interpretação semântica. A Pragmática estaria, por isso, articulada à Semântica das Condições-de-Verdade. Além disso, Bar-Hillel teve de definir o contexto como “Descrições-de-Contexto”, para que ele fosse considerado como entidade lingüística e, assim, pudesse formar, junto com a sentença, um par ordenado de elementos de mesma natureza.

Passemos, agora, à análise das concepções mais modernas, ou seja, da fase em que os teóricos buscam uma posição mais definida para a Pragmática.

Aqui, cabe fazer referência à obra de Austin (1962), que propusemos ser um marco divisório entre as duas fases. Serão algumas idéias suas que irão influenciar profundamente os teóricos modernos.

Seguindo a tradição do segundo Wittgenstein (1953), que viu a necessidade de se examinar a significação da linguagem natural dentro do seu contexto-de-uso, Austin procurou estabelecer relações entre a função de certos enunciados e a linguagem enquanto ato comunicativo.

Para ele, todo proferimento é um ato complexo ou um complexo de atos, envolvendo três aspectos fundamentais do uso da linguagem²⁴:

a) O aspecto locucionário – consiste no proferimento de uma sentença com um certo sentido e uma certa referência. É constituído de três atos distintos: o ato fonético (*phonetic act*), isto é, os sons pronunciados; o ato físico (*phatic act*), que consiste em pronunciar determinados vocábulos em determinada ordem de acordo com o léxico e a gramática de uma língua, e o ato rético (*rhetic act*) em que os vocábulos usados expressam um sentido e referem-se a alguma coisa.

b) O aspecto ilocucionário – consiste no ato que o locutor realiza ao praticar um ato locucionário, ou seja, é a força com que o enunciado foi empregado. Ao afirmar “Eu prometo te ajudar”, o locutor está realizando uma promessa. Poderia ser uma ordem ou uma advertência, por exemplo.

c) O aspecto perlocucionário – consiste no ato que um locutor realiza por meio de seu ato ilocucionário. Diz respeito ao efeito que o locutor pretende, com seu ato ilocucionário, provocar no seu ouvinte. Ao fazer uma promessa, por exemplo, o locutor poderia estar acalmando o ouvinte.

²⁴ J. Austin, *How to Do Things with Words*, p. 95-100.

Searle (1969), no seu clássico “Speech Acts”, retoma as idéias de Austin e as amplia. Ele defende a idéia de que significado e ato ilocucionário não devem ser tratados como a mesma coisa (Falácia do ato de fala).

Um enunciado como “Passe-me o pão” pode ser perfeitamente entendido no seu significado, embora o ouvinte possa ter dificuldade de saber se se trata de um pedido ou uma ordem.

Rejeitando a distinção austiniana, entre o ato ilocucionário e locucionário, Searle reformula a tipologia dos atos de fala da seguinte maneira²⁵:

a) Atos de proferimento (*utterance acts*) – atos de articulação da cadeia sonora apenas

b) Atos proposicionais (*propositional acts*) – pelos quais o locutor refere-se a um objeto e predica algo dele

c) Atos ilocucionários (*illocutionary acts*) – asserções, promessas, pedidos, advertências, etc.

d) Atos perlocucionários (*perlocutionary acts*) – as conseqüências e os efeitos provocados pelos atos ilocucionários. Uma das idéias mais interessantes de Searle é a que consiste em definir-se a referência como o resultado de um ato de fala, ou seja, não é a frase que expressa uma proposição, mas é o locutor que, através dela, pratica o ato proposicional.

Austin e Searle são, sem dúvida, pioneiros da Pragmática em sua fase moderna, embora não situem suas investigações iniciais dentro desse rótulo disciplinar.

Montague (1970) adotou, em parte, a proposta de Bar-Hillel observando que ela, realmente, havia esclarecido, um pouco mais, a definição de Pragmática sem, contudo, elucidar de que forma se daria esse tipo de abordagem. Para Montague, a Pragmática, pelo menos em seu nível inicial, deveria seguir os passos da Semântica, em sua visão mais moderna, a teoria dos modelos, que poderia vir a trabalhar não só com os conceitos de verdade e satisfação, ao nível da interpretação, bem como no de contexto-de-uso²⁶.

Para isso, seria necessário determinar o conjunto de todos os contextos-de-uso possíveis ou aspectos relevantes dos possíveis contextos tomados como índices, ou pontos de referência na terminologia de D. Scott (1970). Além disso,

²⁵ J. Searle, *Actos de Langages*, p. 61.

²⁶ R. Montague, *Formal Philosophy*, p. 96.

seria preciso especificar para cada ponto de referência (1) o conjunto de objetos presentes com respeito a ele, bem como a intensão de cada predicado e constante individual da linguagem L, o que implicaria especificar a denotação ou extensão de uma constante c com relação à (1). Finalmente, a Pragmática de Montague exigiria uma interpretação dos operadores de L.

O que fica claro é que Montague e seus colaboradores aceitaram a Pragmática como disciplina formal que investiga as expressões indiciais, ou seja, aquelas cujos valores semânticos dependem do contexto-de-uso. Dentro do seu modelo, a Pragmática e a Semântica deveriam ser equivalentes em sua metodologia, ampliando-se, apenas, ao nível semântico, a noção de mundo possível para ajustar-se à de contexto-de-uso, mantendo-se as diferenças entre ambos os conceitos.

Aqui, a Pragmática poderia ser definida como uma disciplina capaz de sistematizar os aspectos relevantes do contexto para que uma sentença com elementos indiciais pudesse ser interpretada semanticamente. Esta definição, embora mantenha a Pragmática como área de pesquisa ligada à Semântica, ou seja, sem autonomia, representa, pelo menos, uma disciplina lingüística, na intervenção de Bar-Hillel e seu conceito de descrições-de-contexto.

Na década de 60, ao contrário, principalmente dentro das linhas transformacionalistas, havia uma tendência de identificar a Pragmática como uma teoria de performance, dedicada, exclusivamente, ao uso da linguagem, sem competência para tratar da estrutura lingüística²⁷. Essa posição, embora tenha representantes qualificados, até hoje, (Kempson, 1975 e Smith e Wilson, 1975), não foi muito desenvolvida, tendo em vista apresentar dificuldades difíceis de serem superadas como, por exemplo, a determinação da fronteira entre gramática independente-do-contexto e interpretações dependentes-de-contexto. Pelo contrário, os especialistas em fenômenos pragmáticos estão, especialmente, interessados na relação entre as estruturas lingüísticas e os princípios do uso da linguagem.

Nesse sentido, uma definição ampliada daquela sugerida por Bar-Hillel (1954) poderia ser esta: A Pragmática é o estudo daquelas relações entre linguagem e contexto que são gramaticalizadas, ou decodificadas na estrutura da linguagem²⁸.

²⁷ J. Katz, *Propositional Structure and Illocutionary Force*, p. 19.

²⁸ S. Levinson, *Pragmatics*, p.9.

Essa definição abre um pouco mais o espectro da Pragmática porque, através dela, não só os fenômenos dêiticos, mas a pressuposição e os atos de fala poderiam ser abordados. Quanto a isso, embora essa definição seja bastante razoável, ela excluiria do objeto da Pragmática os fenômenos conhecidos, depois de Grice (1967), como implicaturas, e que são, indiscutivelmente, interessantes na análise da significação lingüística. Além disso, haveria muitos problemas decorrentes da necessidade de se distinguir uma simples correlação entre formas lingüísticas e contexto dos casos em que os fatores contextuais são absorvidos, organicamente, na estrutura lingüística. Isso sem contar o fato de que as línguas particulares podem codificar de forma diferente os elementos contextuais, o que exigiria uma Pragmática universal, distinta daquela, para línguas específicas. Stalnaker (1972) defendeu uma definição semelhante, então mais ampliada. Para ele o mais importante é fornecer uma lista de problemas que exigem a intervenção de uma teoria pragmática. Essa teoria seria, assim, o estudo da dêixis, da pressuposição, da implicatura, dos atos de fala e aspectos da estrutura do discurso²⁹. Para Stalnaker, a Sintaxe estuda as sentenças, a Semântica estuda as proposições e a Pragmática investiga o estudo dos atos lingüísticos e dos contextos nos quais são executados. Seria necessário definir os tipos relevantes dos atos de fala como os ilocucionários, por exemplo, bem como caracterizar os traços do contexto, indispensáveis para determinar a proposição como, por exemplo, os indiciais. Stalnaker não pretende, no caso, dar autonomia à Pragmática, mas garantir-lhe um espaço teórico, mediante o levantamento de fenômenos lingüísticos, inequivocamente dependentes de contexto.

Uma outra tendência bastante significativa e que permite ajustar a pragmática dentro de uma teoria da linguagem é defendida por lingüistas como Van Dijk (1976). Assim como a Semântica se estabelece no estudo das condições-de-verdade, a Pragmática poderia ser definida em relação às condições-de-adequação. Ela seria assim, como queria Hymes (1971), o estudo da competência comunicativa, ou seja, da habilidade dos falantes em usar sentenças adequadas a um determinado contexto. Essa posição, porém, se defronta com vários problemas. Não permite a distinção clara entre Pragmática e Sociolingüística, continua, como no modelo de Chomsky, na dependência de uma língua ideal ou teria que se desdobrar em 'n'

²⁹ R. C. Stalnaker, op. cit., p. 80.

tipos para abranger cada dialeto. Além disso, finalmente, não seria capaz de explicar os fenômenos pragmáticos em que a quebra de regras conversacionais é, exatamente, a maneira intencional de informar algo mais³⁰.

Mais recentemente, uma definição tem sido bastante discutida nos meios lingüísticos e filosóficos. Deve-se, em sua origem, a G. Gazdar (1979). Para ele, a Pragmática é igual ao significado menos as condições-de-verdade³¹.

Nesse trabalho, a posição de Gazdar, aparentemente simples, é uma das mais significativas dentro das reflexões contemporâneas sobre a definição do objeto da Pragmática. Na sua concepção, a Semântica das Condições-de-Verdade é, das teorias semânticas, a mais aceitável e, portanto, uma tentativa de esclarecer o campo da Pragmática deve considerar o significado como um complexo de fenômenos em que a questão da proposição e das condições-de-verdade se distingue dos outros aspectos significativos. A Semântica do tipo Tarski para a linguagem natural continuaria, como o deseja Davidson (1970), em sua caminhada de poucas, mas rigorosas, conquistas teóricas, e a Pragmática ficaria encarregada dos outros aspectos que compõem o significado de um enunciado.

Dessa forma, considerando-se dois enunciados como

(4) Tancredo gosta de Brizola

(5) Até Tancredo gosta de Brizola

observa-se que as condições-de-verdade são as mesmas para os dois enunciados. (5), porém, parece dizer que, além de Tancredo, outras pessoas gostam de Brizola e que ele, Tancredo, não seria o mais provável a ser atribuído esse sentimento. Caberia à Semântica, então, considerar as condições-de-verdade e deixar para uma teoria pragmática a descrição e a explicação do excesso de significado.

Gazdar entende, também, que é muito difícil tratar a Semântica de maneira autônoma. Discutindo exemplos de Kamp (1976) e Dretske (1972), ele demonstra que o mesmo enunciado pode apresentar proposições falsas ou verdadeiras de acordo com as informações do contexto. Consideremos os exemplos abaixo

(6) O povo escolheu Lula para Presidente por um equívoco

³⁰ Aqui, estamos pensando na quebra de regras no sentido griceano.

³¹ G. Gazdar, *Pragmatics: Implicature, Presupposition and Logical Form*, p. 2.

(7) O povo escolheu Lula para Presidente por um equívoco

em que a informação do contexto refere-se à acentuação maior do enunciado no lugar sublinhado. Para que (6) seja verdadeira, o povo escolheu Lula por um equívoco, porque deveria ter escolhido outro candidato. Já para (7) ser verdadeira, o equívoco do povo está no fato de tê-lo escolhido para aquele cargo.

Isto significa, em última análise, que, em situações como essa, para se estabelecer a condição-de-verdade, depende-se de informações contextuais. A Semântica, nesse caso, deve trabalhar de forma conjugada com a Pragmática, tendo em vista que os aspectos significativos diversos na constituição de um enunciado não se separam no estabelecimento das condições-de-verdade.

Katz (1977) argumentou que se poderia considerar a diferença entre Pragmática e Semântica, tomando-se em consideração o exemplo de uma carta anônima como ponto de referência para um contexto nulo. Searle (1979) e Gazdar (1979) recusam a propriedade do exemplo de Katz. Realmente, é impossível anular-se o contexto assim. Katz parece ter insinuado que, numa carta anônima, o remetente está neutralizado. É verdade, mas como indivíduo real, não como indivíduo possível. E esse possível já tem uma propriedade que é não se ter identificado. Em outras palavras, uma carta anônima já indica uma característica do remetente: seu anonimato. Tanto é verdade que essa característica pode até acabar denunciando seu produtor. O destinatário efetua, sem dúvida, juízos sobre quem teria escrito a carta. Além disso, existem outras propriedades do contexto que não são eliminadas pelo caráter anônimo da carta. Imaginemos a seguinte situação: João recebe um bilhete assim:

(8) Jobim é o candidato do povo

mesmo não identificando o remetente diretamente, João pode julgar que se trata de um integrante do governo ou, quem sabe, de um ardil do próprio Jobim. Essa especulação já revela como é difícil livrar-se do contexto ou neutralizá-lo, como queria Katz.

Por outro lado, como observa Levinson (1983), o conteúdo semântico parece ser a base sobre a qual outras manifestações do sentido ocorrem³². Isso quer dizer, em última análise, que também a autonomia da Pragmática é pouco provável.

Tomemos, novamente, o enunciado (8).

(9) Jobim é o candidato do povo

se trocássemos o nome próprio por uma descrição do tipo “O candidato do PT”, o enunciado

(10) O candidato do PT é o candidato do povo

apresentaria uma variação de sentido que o tornaria ambíguo. Dentro da linha de Donnellan (1966), a análise poderia ser assim:

Uma primeira interpretação mostra a descrição apenas com o valor referencial “Jobim”, identificando, portanto, (8) e (9); a segunda revela o valor atributivo da descrição: Jobim seria o candidato do povo por ser apoiado pelo PT.

Parece evidente que a variação de significado de (8) e (9) poderia ser tarefa da Pragmática, já que as condições-de-verdade não se alteraram. Mas, como o próprio exemplo sugere, não poderia dispensar o trabalho da Semântica sobre a determinação da referência. As variações de significado se estabelecem sobre uma base proposicional e, por isso, não é possível considerá-las sem interpretar essa base.

Aqui estamos ao lado dos que defendem a interação entre Semântica e Pragmática como uma saída altamente fértil para os inúmeros problemas de significação que ocorrem quando se aborda a linguagem natural³³.

Além da posição de Gazdar, que situa a Pragmática, mediante uma definição negativa, em relação à Semântica, cabe considerar, ainda, as tendências que a encaram como teoria da compreensão dos enunciados. O objetivo fundamental, nesse sentido, de uma teoria pragmática seria explicar como um falante (A) e um ouvinte (B) dialogam e se entendem dentro de um contexto (C).

³² S. Levinson, *Pragmatics*, p. 124.

³³ J. Atlas & S. Levinson, *It Clefts, Informativeness and Logical Form* (In: *Radical Pragmatics* – Cole (org.)), p. 56.

Colocada a questão desse modo, um modelo teórico de um ato comunicativo bem-sucedido deve apreender as relações entre esses três elementos, A, B e C.

Esse tipo de abordagem também depende, obviamente, de uma conceituação clara de “contexto”³⁴. Trata-se, então, de caracterizá-lo, teoricamente, nas suas propriedades, bem como nas propriedades que decorrem das relações dos interlocutores com ele.

Lewis (1969) e Shiffer (1972) identificam a noção de “contexto” com a de “conhecimento mútuo”³⁵. Aqui, entretanto, ele não é visto, apenas, como conhecimento compartilhado em que o código lingüístico é comum a A e B. Se fosse assim, estaríamos de volta ao modelo estrutural e à noção de “Langue” em Saussure. O conhecimento mútuo, enquanto contexto de um enunciado, diz respeito à intersecção de base lingüística e pragmática que permite a A e B reconhecerem-se em estado de comunicação, ou seja, compreenderem-se reciprocamente no que é dito e no que é inferido.

O modelo clássico de representação é este³⁶:

- | | |
|------------------|--------------------|
| (1) A sabe que P | (4) B sabe que (1) |
| (2) B sabe que P | (5) A sabe que (4) |
| (3) A sabe (2) | (6) B sabe (3) |

e, assim, infinitamente.

Este conceito de conhecimento mútuo tem tido muitos defensores e também muitas críticas. Para Sperber e Wilson (1982), um dos primeiros problemas que surgem está na dificuldade de distinção entre o conhecimento mútuo e o que não é mútuo. Como se observa, na realidade, os interlocutores não podem, numa quantidade limitada de tempo, processar um conjunto infinito de informações, e uma teoria precisa de um modelo restrito que dê conta desse fenômeno, mediante procedimentos finitos³⁷. Além disso, não são raros os casos em que contexto e conhecimento comum não se identificam, conforme estes enunciados demonstram:

³⁴ D. Sperber e D. Wilson, *Theories of Comprehension*, p. 61.

³⁵ *Ibid.*, p. 61.

³⁶ Clark e Marshall (1981) e Clark e Carlson (1983) defendem a possibilidade de utilização desse conceito como uma estratégia indutiva. Sobre essa questão, a crítica mais rigorosa está em Sperber e Wilson (1982).

³⁷ D. Sperber e D. Wilson, *op. cit.*, p. 63.

- (11) Eu vou votar no candidato socialista
 (12) Eu vou votar no candidato que está falando agora

O enunciado (10) não parece ser de mais difícil compreensão do que a de (11), embora o conhecimento mútuo seja mais difícil de estabelecer indutivamente.

Sperber e Wilson (1982) observam que, na relação do conhecimento mútuo com o contexto, parece haver dois problemas fundamentais:

- (a) O conhecimento mútuo não é condição suficiente para pertencer ao contexto
 (b) O conhecimento mútuo não é condição necessária para pertencer ao contexto.³⁸

Dizer que o conhecimento mútuo não é condição suficiente para ser pertencente ao contexto implica dizer que uma proposição pode ser mutuamente conhecida sem fazer parte do contexto. Uma sentença que possua uma expressão como “a casa” pode ser perfeitamente entendida, e a referência pode ser procurada no contexto, sem que o conhecimento mútuo que os interlocutores tenham sobre as referências de diversos casos intervenham. Isto quer dizer que o contexto real usado na compreensão de uma sentença pode ser bem menor que o conhecimento comum ou mútuo.

Além disso, uma proposição pode pertencer ao contexto sem ser mutuamente conhecida. Parece claro que a perfeita compreensão de um enunciado exige o conhecimento mútuo como condição necessária, mas a comunicação diária permite uma forma imperfeita que é entendida como suficiente para aquela situação. Imaginemos um diálogo entre dois políticos, Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Maluf, em que aquele, acreditando que este não tem um avião próprio, pergunta de qualquer maneira para incomodá-lo:

- (13) – Você tem viajado muito no seu avião particular?
 e Maluf que, realmente, tem um avião próprio, responde:
 – Só quando viajo por motivos oficiais.

³⁸ Ibid, p. 65.

FHC, nesse momento, infere que estava enganado e que Maluf tem um avião. Nessa situação os interlocutores estão sendo levados a assumir algo como conhecimento mútuo, sem que isso tivesse sido condição necessária para o entendimento. Pelo contrário, foi o entendimento que gerou o conhecimento mútuo.

A partir de contra-exemplos como esse, Sperber e Wilson (1982) propõem, então, um modelo pragmático próprio, ainda como teoria da compreensão.

Para eles, seria possível aproveitar algumas das sugestões de Grice (1975) para organizar um sistema mais simples e rígido de abordagem pragmática que o daquele filósofo, sistema esse em que o conceito de relevância é proposto como uma espécie de máxima geral e única, através da qual uma inferência quasi-dedutiva pode ser calculada a partir da relação entre um enunciado e um contexto. Esse tipo de inferência não-trivial é denominado por Sperber e Wilson de “Implicação Contextual”³⁹.

Já que se trata de um dos modelos mais recentes e interessantes de pragmática, cabe um exemplo ilustrativo de cálculo de uma implicação pragmática.

- (14) (A) – Você está apoiando a eleição do Serra?
(B) – Eu? Sou do PT

(13) (B) parece ser um tanto estranha, já que os termos utilizados para a negativa não parecerem ser suficientes. Dado o contexto (14), entretanto, podemos operar com o modelo de Sperber e Wilson.

- (15) a) Serra é candidato do PSDB à presidência
b) O PT tem candidato próprio

Entretanto, 13 (B), como enunciado, somado à (14) a) e b), enquanto contexto, permite a implicação contextual de que o locutor de 13 (B) não pode ser considerado favorável à eleição de Serra.

Dentro do modelo de Sperber e Wilson, a teoria pragmática é uma espécie de teoria da compreensão de inferências, autorizadas ou não pelo locutor, mas dependentes do par ordenado enunciado-contexto.

³⁹ Ibid. p. 73

A essas alturas, depois de termos apresentado as definições do período clássico e algumas sugestões mais interessantes da fase moderna, cabe-nos um posicionamento mais decisivo com relação à definição de pragmática e à delimitação do seu objeto.

Levinson (1983) observa, com muita propriedade, que existem, hoje, inúmeros fenômenos de significação que a abordagem semântica não tem condições de explicar⁴⁰. Ao nível da conversação, por exemplo, enquanto prática comunicativa concreta, a significação pode ser excepcionalmente carregada de inferências ainda não totalmente descritas. As recentes teorias sobre a análise do discurso e da conversação, em contribuições como as de Sacks e Schegloff (1979), Goodwin (1977) ou Gumperz (1977), revelam as várias tendências que a Pragmática pode assumir. O próprio Levinson (1983), aliás, apresenta um quadro bastante ilustrativo sobre os diversos componentes do conteúdo comunicacional de um enunciado. Através dele, é possível compreender melhor a necessidade de uma teoria pragmática bem como a heterogeneidade dos fenômenos que parecem recair sob a sua órbita.

Elementos do Conteúdo Comunicacional de um Enunciado

- 1 – Condições-de-verdade ou acarretamentos
- 2 – Implicaturas Convencionais
- 3 – Pressuposições
- 4 – Condições de Adequação
- 5 – Implicaturas Conversacionais generalizadas
- 6 – Implicaturas Conversacionais particularizadas
- 7 – Inferências baseadas na estrutura conversacional

Como se vê, se a semântica das condições-de-Verdade pretende ser rigorosa tratando apenas do primeiro aspecto, como é possível uma teoria pragmática coesa, rigorosa e formalizável, com fenômenos tão heterogêneos sob seu alcance teórico?

Realmente, a posição de Gazdar (1979) é a mais coerente e nós a endossamos aqui. Pragmática = significado menos as Condições-de-Verdade. Esse poderia ser, sem dúvida, o objeto da Pragmática. Caberia a ela, então, diante dos problemas decorrentes da multiformidade de seu objeto, buscar uma metodologia

⁴⁰ S. Levinson, op. cit., p. 38.

adequada que permitisse a adequada tensão entre o descritivo e o explanatório. Essa posição, entretanto, envolve inúmeros problemas de ordem metateórica. As relações entre Semântica e Pragmática são bem mais complexas e é preciso investigá-las mais profundamente se quisermos entender, com clareza, a possibilidade de uma teoria pragmática homogênea como centro de um paradigma revolucionário.

Passemos, então, à análise de questões metateóricas subjacentes às tentativas de definição da Pragmática bem como a delimitação de seu objeto.

Não resta dúvida de que, dentro do atual contexto de pesquisa sobre a linguagem, os fenômenos pragmáticos são de indiscutível relevância. Isso significa que, ou outras disciplinas os absorvem, ou a Pragmática tem seu espaço teórico garantido. Tudo está no fato de que, conforme já vimos anteriormente, sendo esse um período de ciência extraordinária, suas relações com a Semântica, com a Psicolinguística e com a Sociolinguística ainda não estão bem definidas⁴¹. Exatamente por isso, as diversas tentativas de definição recaem em dificuldades, até então, intransponíveis.

Givón (1982) traça um paralelo entre os diversos sistemas lógico-dedutivos e a Pragmática, para afirmar que, ao nível da significação em linguagem natural, a lógica dedutiva não tem as melhores condições já que o sistema significativo das línguas humanas é inerentemente pragmático. Isso quer dizer que o significado implica, necessariamente, fatores do contexto na sua constituição.

O que ocorre, aqui, é que a linguagem natural possui uma base lógica indiscutível que se pode observar em qualquer silogismo bem formado. Essa base lógica, entretanto, está numa relação de indeterminação com as variações significativas do contexto. É através dessa relação da sentença com o contexto que o enunciado se adapta em sua ocorrência às exigências comunicacionais. A questão que diz respeito à produção de novas informações, por exemplo, só pode ser resolvida por uma teoria pragmática já que, desde Peirce (1897) e Wittgenstein I (1921), sabe-se que a lógica não pode expressar informações novas, somente tautologias ou contradições. A comunicação linguística, por sua vez, opera sempre

⁴¹ T. Givón, *Logic versus Pragmatics, with Human Language As the Referee: Toward Na Empirically Viable Epistemology*, p. 84.

entre dois extremos. O grau de redundância ou de novidade não pode ser apreendido dedutivamente, mas inferido de forma pragmática⁴².

Givón levanta três argumentos significativos para demonstrar que a linguagem natural trabalha com aspectos pragmáticos inapreensíveis pelos sistemas dedutivos:

- a) A dependência do contexto – Para os lógicos, duas sentenças como “João é presidente; ele é presidente” (tautologia)
“João é presidente; ele não é presidente” (contradição)

representam sistemas fechados, entretanto o uso da linguagem em um contexto comunicativo é sempre aberto num sentido genérico, pelos dados culturais potencialmente implícitos no léxico, ou num sentido imediato, onde a relação do falante com o ouvinte pode determinar significados.

- b) A relação falante-ouvinte – Para os lógicos, o contexto é objetivo, uma lista aberta de premissas. A linguagem em seu uso é “eu e tu”. Eu faço julgamentos que, provavelmente, sejam o contexto para ti. Os sistemas dedutivos nunca se sentem confortáveis diante do “eu e tu”.
- c) A relevância-tópica – Aqui, ocorre que, só pragmaticamente, é possível julgar a relevância de um determinado tópico na comunicação.

O argumento de Givón parece ajustar-se bem às inúmeras questões que são levantadas entre Semântica Lógica ou das Condições-de-Verdade e Pragmática. Parece indiscutível, num primeiro momento, que Gazdar (1979) colocou bem o problema, definindo a Pragmática como o significado – (menos) as condições-de-verdade. Com isso, ele estava, tanto quanto Givón, reservando à Semântica Lógica somente o tratamento das proposições enquanto condições-de-verdade, restando para a Pragmática todas as outras manifestações do sentido. Givón, porém, ressalta o caráter imanentemente pragmático de linguagem natural e até sugere que os sistemas lógico-dedutivos nunca poderiam, por isso, tratar de todos os aspectos da linguagem natural.

Para nós, não resta nenhuma dúvida de que os fatores pragmáticos da linguagem humana são, hoje, inquestionáveis, mas é impossível que eles não se estabeleçam sobre uma base lógica da linguagem em termos de significação. O segundo Wittgenstein foi genial ao perceber os “jogos da linguagem”, mas foi cético

⁴² Ibid, p. 122.

demais ao supor que eles representassem uma proliferação infinita de significados. Existe, sem dúvida, o conhecimento mútuo como conjunto de crenças, como memória enciclopédica, como regras da língua, como regras de inferência, como intenções comunicativas, como presença física do contexto, etc. Mas esse conhecimento mútuo permanece, no ato comunicativo, no momento do enunciado em estado potencial. Nesse momento, só os fatores relevantes do contexto para aquele ato comunicativo interagem com a base lógico-significativa do enunciado. Desta forma, cabe à Semântica Lógica investigar a proposição, mesmo das linguagens naturais, porque essa base realmente deve ser assumida. O exemplo mais ilustrativo disso é o fato de que, ao formularmos um cálculo lógico, podemos traduzi-lo normalmente, em linguagem natural. Além disso, inúmeras sentenças de uma língua qualquer podem ser formalizadas sem problemas. O que ocorre, aqui, é a dificuldade em serem verificados os limites claros entre a Semântica e a Pragmática.

Cabe, então, uma reflexão ao nível metateórico, sobre esses limites. Se a Semântica das Condições-de-Verdade para a linguagem natural pretende manter o mesmo rigor da Semântica Formal, ela não poderá se defrontar com aspectos do contexto que intervêm na significação total de um enunciado. E aqui, sim, voltamos a Givón para insistir no fato de que a linguagem natural é fundamentalmente pragmática. Uma vez, entretanto, que as informações do contexto sejam fornecidas por uma teoria pragmática, não há razões que impeçam o desenvolvimento de uma semântica para a linguagem natural. O que pretendemos, com Givón, é denunciar a absoluta impossibilidade, até agora, de uma Semântica das Condições-de-Verdade, autônoma, para a linguagem humana.

Às vezes, o enunciado só parece independer completamente do contexto, e isso é que torna um tanto obscura a fronteira entre semântica e pragmática⁴³.

Parece, no entanto, bastante claro, que é possível tratar logicamente de enunciados em linguagem natural por sistemas dedutivos clássicos. Esse tratamento, entretanto, só pode ser feito, exaustivamente, num único contexto: o

⁴³ Quando Russell (1905) e Strawson (1950) se defrontam com a sentença “O rei da França é calvo”, o que realmente ocorre é que este enunciado, uma vez num contexto teórico, está neutralizando as propriedades de contexto reais.

As divergências começam à medida que Russell leva até a última instância a sua coerência e não admite a interferência de fatores pragmáticos. Strawson, por sua vez, devolve ao enunciado propriedades do contexto não-teórico e abre um problema teórico que, em Russell, não tinha razão de existir.

teórico, ou seja, aquele em que o enunciado pode ser substituído por variáveis, em que as propriedades de outros contextos reais ou possíveis que ele carrega são destituídas de valor comunicacional. É evidente que, nesse caso, a operação de neutralização de contextos em um enunciado teórico estará justificada por axiomas pragmáticos na constituição das teorias.

Num manual de lógica proposicional, por exemplo, as sentenças que ali estão, para satisfazer as operações demonstradas, encontram-se destituídas da significação que receberiam de outros contextos. Essas sentenças, contudo, embora guardem propriedades intencionais ligadas ao léxico e à pragmática, estão reduzidas à sua forma lógica. É evidente que, nesse caso, a linguagem natural não é mais o ato comunicativo, mas fragmento de linguagem objeto. O papel de uma teoria da linguagem, aliás, talvez seja exatamente isolar, dentro do contexto teórico, apenas as propriedades com que pode trabalhar⁴⁴.

Após essas considerações sobre a natureza da teoria e sobre as fronteiras entre a Semântica e a Pragmática na abordagem da linguagem natural, podemos dizer que a nossa proposta também considera que, embora as duas disciplinas se ocupem, em princípio, do mesmo objeto, a natureza dos fenômenos específicos de que tratam parece determinar uma metodologia própria. Givón sugere, e tem razão, que entre sistemas dedutivos e os pragmáticos existem diferenças importantes e irreduzíveis⁴⁵.

<u>Sistemas pragmáticos</u>	<u>Sistemas lógico-dedutivos</u>
abertos	fechados
dependentes de contexto	contexto livre
contínuo/não discreto	discreto
indutivo/abduutivo	dedutivo

Nesse sentido, a Pragmática pode ser entendida de acordo com a proposta de Gazdar (1979), mas estará, tanto quanto à Semântica, sem autonomia para tratar da linguagem natural.

A partir daí, poderiam ser colocadas duas posições alternativas para a Pragmática.

⁴⁴ Russell estava certo. Donnellan (1977) tentou demonstrar o contrário, mas Kripke (1977) não permitiu. Para mais detalhes ver o artigo de Kripke "Speaker's Reference and Semantic Reference" de 1977.

⁴⁵ T. Givón, op. cit., p. 83.

- a) Disciplina complementar da Semântica das Condições-de-Verdade (referência) – cabe a ela descrever os componentes do significado dependentes de contexto para que a Semântica possa absorvê-los e formalizá-los.
- b) Disciplina da significação total da linguagem natural (atos comunicativos – sentido e referência)

Nesse caso, ela dependerá da Semântica, já que os componentes do significado de que trata parecem estabelecer-se sobre a base da referência (pelo menos, as questões relativas a essa possível base se encontram em estado mais adiantado de formalização).

Aqui, cabe, finalmente, tentar resumir a nossa posição para uma definição positiva da Pragmática e para a delimitação do seu objeto.

Consideremos, para esse fim, três tipos de inferências contextuais:

- a) o contexto lingüístico (o léxico e a gramática de uma dada língua) – É ele que permite o sentido na concepção fregeana e as implicaturas conversacionais, por exemplo.
- b) o contexto possível (lexicalizado ou gramaticalizado) – É ele que aparece no caso das pressuposições existenciais e, também, no caso das expressões indiciais.
- c) o contexto real (o contexto de produção do enunciado) – Se o enunciado-objeto está sendo considerado um fragmento retirado de uma conversação, então as propriedades do ato comunicativo devem ser consideradas. É ele que possibilita os atos de fala, as implicaturas conversacionais, etc.

À Pragmática, então, caberia a tarefa de descrever fenômenos de significação em que os três tipos de contexto interferissem. Em outras palavras, a Semântica seria a disciplina das condições-de-verdade dos enunciados, a Semântica da Referência. A pragmática seria a disciplina das condições comunicativas dos enunciados; Pragmática do sentido, das implicaturas e dos atos de fala.

Poder-se-ia, também, esclarecer as diferenças entre Semântica e Pragmática usando-se a diferença entre o “dito” e o “implicado”. O “dito” está na relação do enunciado com o contexto comunicacional.

Aqui se encerra este tópico sobre as questões metateóricas, envolvendo Pragmática e Semântica. Não temos a pretensão de ter resolvido essa questão crucial nas pesquisas contemporâneas. Apenas tentamos sistematizar os pontos principais e nos arriscamos com algumas sugestões. Posteriormente, muitas questões, até aqui ainda obscuras, deverão ficar mais claras, à medida que desenvolvermos um modelo de abordagem pragmática, seu núcleo teórico K e seu campo T das pretendidas aplicações.

1.3 A Pragmática como Paradigma Pré-Revolucionário

Como já discutimos, nas seções anteriores, o domínio e os objetivos da pragmática, gostaríamos de retomar, agora, a nossa hipótese, apresentada no início deste capítulo.

Dentro da nossa proposta, as teorias pragmáticas, nesse período de ciência extraordinária, constituem o que denominamos paradigma pré-revolucionário.

Trata-se, é verdade, de uma designação nova para um momento significativo da história das ciências da linguagem. Houve, efetivamente, uma ruptura com o paradigma anterior e o seu rival ainda não se encontra perfeitamente constituído. Apresenta-se, por enquanto, como o candidato mais sério à revolução, uma vez que a Semântica mais rigorosa tenta, como já se disse antes, manter certos pressupostos epistemológicos, para não se afastar do programa bem-sucedido, formalmente, da sintaxe.

Na seção 1.1 foram analisadas as principais revoluções teóricas da lingüística até o surgimento da Pragmática pelo modelo de Kuhn (1962). Nesse sentido, a história da ciência lingüística demonstra que, no século XX, houve dois paradigmas (ou matrizes disciplinares) bem definidos: o estrutural, de Saussure e Bloomfield, e o transformacional de Chomsky. Hjelmslev e Jakobson nada mais fizeram do que praticar ciência normal, ampliando, de forma impressionante, o paradigma saussuriano, na tentativa de solidificar o modelo e resolver alguns problemas que se tornavam insistentes.

Nos Estados Unidos, Harris e seu distribucionalismo representaram a mesma coisa em relação ao modelo bloomfieldiano. A crise do estruturalismo,

entretanto, não tardaria a surgir de maneira irreversível, e Chomsky foi a proposta rival e vitoriosa.

De 1957 a 1970, o transformacionalismo conheceu um período de grande projeção dentro da comunidade lingüística. Os pequenos problemas que surgiram foram merecendo reajustamentos sucessivos da teoria, e a sintaxe teve um grande desenvolvimento. Mas veio a crítica rigorosa da semântica gerativa, e as anomalias começaram a preocupar. Essa nova tendência, entretanto, não passou de uma dissidência intraparadigmática que não abalou as bases epistemológicas do paradigma transformacional. As questões se situaram ao nível de impasses no interior da teoria com o bombardeamento da autonomia da sintaxe e a conseqüente problematização do componente semântico e do modelo de Katz e Fodor.

Como, entretanto, o falseamento do paradigma transformacional fosse consistente, abriu-se, na década de 1970, um período de ciência extraordinária que, dentro de nosso ponto de vista, ainda não passou. Dessa forma, os impasses que, atualmente, ainda perduram, representam, na nossa hipótese, a natureza da ciência extraordinária ou de um período pré-revolucionário. A Pragmática surge como candidato a paradigma revolucionário, tendo em vista que se opõe às bases do transformacionalismo. Se não, vejamos:

O objeto da lingüística, para Saussure, era a língua enquanto sistema de signos de natureza formal. Poder-se-ia dizer, portanto, que, dentro do estruturalismo, o objeto da investigação lingüística era definido como um conceito abstrato-formal “langue” que se referia ao objeto abstrato-formal sistema de signos. Em outras palavras, a lingüística estrutural, em seu modelo saussuriano, tinha adquirido um status científico mediante uma operação de abstração dos fenômenos lingüísticos concretos, colocando as regras sociais da língua num plano de maior relevância teórica em relação à fala. O seu método pretendia a cientificidade mediante a observação (indução) dos fatos da língua, através de conceitos organizados entre si como pares ordenados nas famosas dicotomias, e o seu objetivo mais amplo era a descrição da linguagem humana enquanto forma de atividade social de uma determinada comunidade. Aqui estão, portanto, os limites metateóricos do paradigma estrutural enquanto tentativa de trabalho teórico científico.

O paradigma transformacional foi revolucionário de 1957 a 1965, pelo fato de falsear os fundamentos do estruturalismo, reduzindo-o, em seu objeto, seu método e sua finalidade, às novas propostas teóricas. O objeto do sistema

chomskyano deveria ser um modelo da competência entendida como conjunto de regras capazes de permitir a uma criatura humana desenvolver uma língua. Nesse sentido, o paradigma transformacional expressaria o seu objeto através de um conceito abstrato-formal “competência” (para a linguagem) que se referia a um objeto ainda abstrato-formal (conjunto de regras implícitas no falante). Esse objeto reduzia, estruturalmente, o homem social de Saussure ao homem natural de Chomsky. A natureza social da língua do estruturalismo estava, então, contida na natureza humana da linguagem.

Com a ruptura que ocorreu também ao nível epistemológico em que a indução era refutada como fundamento de um método científico, o transformacionalismo de Chomsky, paralelamente, propunha seu método como hipotético-dedutivo, trabalhando não mais exclusivamente ao nível da observação dos fatos da língua, mas organizando hipóteses de valor explicativo, desenvolvidas através de modelos matemáticos. Dos componentes da gramática, a sintaxe seria colocada no nível central, pelo valor epistemológico que era dado ao caráter formal da linguagem e, também, porque na linha da filosofia analítica, desde Carnap, era o componente que permitia um tratamento lógico mais rigoroso.

Mas a história não parou aí.

A crise desse paradigma começa quando a relação Sintaxe e Semântica começou a ser questionada. O modelo padrão (1965) já havia levado o desenvolvimento da Sintaxe a um nível bastante complexo de descrição e, como o próprio Chomsky (1965) observara, as relações com a Semântica eram obscuras, e a questão do significado começava a se impor como um desafio teórico insuportável. O fato de a Semântica Gerativa ter atacado a autonomia do componente sintático foi, apenas, o reflexo de uma tendência, dentro da comunidade lingüística, contra as abstrações chomskyanas, e em favor do enfrentamento das questões semânticas.

Como o tratamento do significado fosse impossível dentro do paradigma chomskyano, tendo em vista que a Semântica Interpretativa era uma teoria fraca que simulava, nesse nível, os mesmos procedimentos formais da sintaxe, as investigações sobre o significado começaram a abandonar o conceito de língua como objeto formal. Quem sabe, como já haviam prevenido alguns filósofos como Wittgenstein, a significação não estivesse ligada ao uso da língua, além, portanto, da sua estrutura.

Ora, essa operação metateórica colocava, depois de muitos anos, o caráter abstrato-formal do objeto da lingüística sob suspeita. Era preciso se defrontar com a realidade da língua naquilo em que ela era concreta e no modo como funcionava. Foi nesse momento que se retomaram as idéias de Austin e Searle dentro da comunidade lingüística. Se o significado, como pensava o segundo Wittgenstein, é uma função do uso dos enunciados, é preciso sistematizar esse uso. Exatamente aí é que os filósofos e lingüistas começaram a abrir caminho para a Pragmática, ao buscarem, nas origens teóricas da Semiótica de Peirce, Morris e Carnap, as bases dessa disciplina e sua relação com a Sintaxe e a Semântica, os outros dois lados da metáfora do triângulo⁴⁶. Até aqui, a lingüística, no seu caminho de teoria científica, tinha feito uma abstração do homem enquanto produtor de signos, para poder sistematizar, de forma mais rigorosa, os seus procedimentos; agora, era necessário enfrentar a complexidade do problema de funcionamento comunicacional da linguagem, e olhar para a possibilidade de tratar do contexto, sem fugir da ameaça metafísica que essa variável representava.

A partir do momento, portanto, em que se estabelece a tendência da lingüística de enfrentar o uso da linguagem, o contexto de sua produção e os fatores relevantes que interferem na significação total dos enunciados, estava instituída a pragmática e suas fronteiras com a semântica, a psicolingüística e a sociolingüística, sem contar a história paralela e, hoje tão significativa, da filosofia da linguagem e das várias formas de Lógica.

A nossa hipótese, entretanto, é de que a Pragmática, conforme visto anteriormente, não é ainda um paradigma estabelecido como revolucionário, tendo em vista ainda não ter conseguido estabelecer de maneira rigorosa os limites de seu objeto, nem os procedimentos formais de seu método. Trata-se, portanto, de um paradigma pré-revolucionário⁴⁷.

Retomemos, para ilustrar a nossa hipótese, os esquemas 1 e 2 da seção 1.1 e façamos a inserção do paradigma-pragmático.

Do paradigma estrutural para o transformacional, observamos que, efetivamente, houve uma revolução lingüística, tendo em vista as propriedades

⁴⁶ Referimo-nos, aqui, aos triângulos usados por Peirce (1897), Morris e por Ogman e Richards (1923) que tratam da constituição do signo.

⁴⁷ Trata-se, na verdade, de definir a pragmática, aqui, como possível paradigma revolucionário. As pesquisas pragmáticas já constituem, hoje, uma comunidade científica que só não caracteriza, ainda, uma revolução teórica, por falta de uma maior homogeneidade metodológica.

metateóricas descritas. Merece registro, entretanto, que o modelo transformacional absorveu a Fonologia e a Morfologia propostas na Lingüística Estrutural, desenvolvendo-a, apenas, sem grandes alterações (o rótulo “morfologia” ficou em temporário desuso). No que se refere aos problemas anômalos, ao nível das relações das frases e do significado, a teoria transformacional resolveu o primeiro com uma sintaxe formal, ainda hoje, indiscutível e, ao tentar resolver o segundo, é que entrou em crise. A semântica de Katz e Fodor e as tentativas de reajustamento de Chomsky nesse sentido não conseguiram resultados satisfatórios e conduziram a Lingüística a um período de ciência extraordinária. Dentro desse espaço teórico, a Semântica das Condições-de-Verdade tenta desenvolver procedimentos semelhantes aos da sintaxe para o tratamento da significação. Mais tarskiana, como no programa de Davidson, dentro da linha intensional como na de Montague, de qualquer maneira, tenta reduzir o problema semântico a uma equivalência com a formalização sintática. Sua segurança metodológica, sistemas lógico-dedutivos, e seu rigor maior advêm, justamente, do fato de que essas teorias progridem no âmbito da ciência normal, como diria Kuhn. A Pragmática, entretanto, rompe com as bases do paradigma, digamos, formalista, e parte para o enfrentamento da significação da linguagem natural, tentando captar as inferências não-triviais que os enunciados apresentam. Propõe-se, nesse sentido, como candidato a paradigma revolucionário, desde que consiga formalizar uma espécie de lógica do par ordenado enunciado-contexto.

Trata-se, indiscutivelmente, de uma possibilidade de revolução na ciência da linguagem, ainda na linha de Kuhn. Tanto é verdade, que as pesquisas pragmáticas já provocaram problemas profundos em outras disciplinas. A Lógica Modal, a Epistêmica e a própria Lógica Proposicional e de Predicados não podem mais ignorar os fenômenos pragmáticos nos fragmentos que analisam. A Psicolingüística, a Sociolingüística, a Teoria da Conversação, a Semântica e a Sintaxe formais não evitam problemas fronteiros com a Pragmática. Atos de fala, dêixis, pressuposições e implicaturas são fenômenos multiformes que vêm sensibilizando a comunidade internacional das ciências da linguagem, e isso é teoricamente saudável. Falseando Popper, eu diria que o perigo não é a ciência normal, mas a opção reacionária de permanecer repetindo trivialidades complexas em nome de rigor inútil, temendo participar das reflexões vacilantes da fase de transição.

Para caracterizar, mais visualmente e de maneira mais conclusiva, as propriedades da Pragmática como paradigma pré-revolucionário, tracemos um quadro comparativo, como síntese-fecho do capítulo.

	Paradigma Estrutural (1)	Paradigma Gerativo-Transformacional (2)	Paradigma Semântico-Pragmático (3)
a) Objeto	A língua (abstração da comunidade social)	Competência (abstração do falante ideal)	A significação da linguagem natural (a linguagem no contexto comunicativo)
b) Método	Indutivo	Hipotético-dedutivo (formalização)	Indutivo e Abdução (parcialmente formalizável)
c) Finalidades	Descrever a forma de línguas particulares	Explicitar regras da gramática interna do falante ideal e universais lingüísticos	Explicar as condições comunicativas dos enunciados (complementar a Semântica)
d) Teorias Fortes	A Fonologia e a Morfologia	Estrutura da frase (Sintaxe)	Teoria das implicaturas (inferências não-triviais)
e) Problemas Anômalos	As relações entre as frases e a estrutura do significado lingüístico (sintaxe e semântica)	O significado (a semântica e sua posição no modelo)	Objeto não totalmente definido e procedimento formal fraco.

2 A TEORIA INFERENCIAL DAS IMPLICATURAS: DESCRIÇÃO DO MODELO CLÁSSICO DE GRICE

Os primeiros textos importantes de Grice surgiram em 1956 e 1957. “Meaning” (1957) tornou conhecida a sua teoria da comunicação através dos conceitos de significação natural e não-natural (*meaning-nn*), tão decisivos na origem dos trabalhos sobre Pragmática em especial no de Searle⁴⁸. Foi, entretanto, com seu artigo “Logic and Conversation”, que apareceu nas conferências realizadas pela Universidade de Harvard em 1967, em homenagem a William James, que Grice provocou um dos maiores impactos teóricos na história das pesquisas sobre Pragmática. Publicado em 1975, esse texto, de menos de vinte páginas, apresenta um sistema conceitual extremamente eficaz para o tratamento das complexas questões que envolvem o problema da significação na linguagem natural.

Conforme já havia demonstrado em “Meaning”, a preocupação central de Grice era encontrar uma forma de descrever e explicar os efeitos de sentido que vão além do que é dito. Em última análise, como é possível que um enunciado signifique mais do que literalmente expresso. Deve haver algum tipo de regra que permita a um falante (A) transmitir algo além da frase e a um ouvinte (B) entender esta informação extra.

Grice propõe, inicialmente, um exemplo que se tornou clássico⁴⁹. (A) e (B) estão conversando sobre (C). (A) pergunta a (B) sobre a situação de (C) no seu emprego. (B) responde: “Oh! muito bem, eu acho; ele gosta de seus colegas e ainda não foi preso”. Um diálogo desse tipo, observa Grice, possibilita perceber, claramente, que há duas formas de significação distintas. A resposta de (B) diz que (C) está bem e ainda não foi preso e implica ou sugere que isso pudesse ter acontecido, tendo em vista que (C) é o tipo de pessoa que pode ceder às pressões do seu trabalho e fazer algo que o leve à prisão. É a partir desse contexto que Grice introduz os termos técnicos implicar (*implicate*), implicatura (*implicature*) e implicitado (*implicatum*). Seu objetivo é organizar, ao redor deles, um sistema explicativo dessa significação que (A) e (B) podem entender, mas que, efetivamente, não foi dita. É importante ressaltar, aqui, que Grice usa “dito” como o significado

⁴⁸ J. Searle, *Speech Acts*. Cambridge. 1969.

⁴⁹ H.P. Grice. *Logic and Conversation*, in P. Cole and J.L. Morgan (eds), *Syntax and Semantics*, vol 3. New York. Academic Press. 1975. p. 43.

expresso pelo enunciado em termos literais ou, em outras palavras, como a proposição em seu valor semântico⁵⁰.

Segundo Grice, existem dois tipos básicos de implicaturas:

Implicatura Convencional, que está presa ao significado convencional das palavras, e a *Implicatura Conversacional*, que não depende da significação usual, sendo determinada por certos princípios básicos do ato comunicativo.

Examinemos, inicialmente, a implicatura convencional tal como foi estabelecida, considerando os enunciados abaixo:

- (1) “José é trabalhador, contudo é pobre.”
- (2) “João é carioca, portanto não é um homem sério.”

No enunciado (1) está dito que José é trabalhador e que é pobre, mas não está dito que, sendo trabalhador, não devesse ser pobre. Isso está implicado através do significado convencional das palavras e, no caso, indicado através da conjunção “contudo”. No exemplo (2) ocorre a mesma coisa: “João é carioca” e “João não é um homem sério” é o dito; há, entretanto, uma implicatura convencional a partir da indicação feita pelo conetivo “portanto” de que o carioca não é sério e isso não foi, realmente, dito. Como se pode depreender dos exemplos dados, a implicatura convencional decorre da própria força significativa das palavras, sendo, por isso, intuída pelos interlocutores sem maiores dificuldades. O conceito de implicatura conversacional, porém, é o centro das atenções de Grice no seu artigo clássico e mesmo em trabalhos posteriores como o texto “Presuppositions and Conversational Implicative” de 1981.

Antes, contudo, de analisar o conceito de implicatura conversacional, é preciso que se faça um breve comentário sobre a Teoria da Comunicação de Grice. Para ele, quando dois indivíduos estão dialogando, existem leis implícitas que governam o ato comunicativo. Isso significa que, mesmo inconscientemente, os interlocutores trabalham a mensagem lingüística de acordo com certas normas comuns que caracterizam um sistema cooperativo entre eles, para que as informações possam ser trocadas o mais univocamente possível. Grice chama, a esse conjunto de regras, “princípio de cooperação”. Não é possível, nem imaginável,

⁵⁰ cf. Grice, op. cit., p. 44.

segundo ele, que um ato comunicativo pudesse ser totalmente livre, a ponto de o falante e o ouvinte perderem o controle do próprio jogo. Ao contrário, as regras do ato comunicativo talvez tenham sido aprendidas concomitantemente à aquisição da língua, de tal forma que um falante competente do português também conhece os efeitos de sentido que uma mensagem em português pode adquirir pela ação das regras do jogo comunicacional a que está submetido. Não é por outra razão, aliás, que se fala muito, ainda hoje, numa teoria de competência comunicativa⁵¹.

Nesse sentido, Grice, retomando uma formulação kantiana, sistematiza o seu “princípio de cooperação” (PC) através de quatro categorias fundamentais articuladas a máximas e submáximas.

O Princípio da Cooperação - Máximas e Implicaturas

- Categoria da Quantidade

Relacionada à quantidade de informação que deve ser fornecida numa mensagem. A ele correspondem duas máximas:

- A. Faça com que sua mensagem seja tão informativa quanto necessária para a conversação.
- B. Não dê mais informações que o necessário.

- Categoria da Qualidade

Relacionada inicialmente à supermáxima, “Procure afirmar coisas verdadeiras” e, indiretamente, a duas máximas mais específicas:

- A. Não afirme o que você acredita ser falso.
- B. Não afirme algo para o qual você não possa fornecer evidência adequada.

- Categoria de Relação

Ligada à máxima “Seja Relevante”.

⁵¹ Cf. as inúmeras observações feitas por S. J. Schmidt ao longo de seu trabalho sobre lingüística do texto. *Lingüística e Teoria do Texto*. 1978. p. 32-35.

- Categoria do Modo

Ligada à supermáxima “Seja Claro” e a várias máximas como as citadas abaixo, entre outras:

- A. Evite obscuridade de expressão
- B. Evite ambigüidade
- C. Seja breve (evite prolixidade desnecessária)
- D. Seja ordenado

Embora possa haver outras regras, ainda, como a da polidez, por exemplo, no circuito da comunicação, Grice deixa entender que as quatro categorias citadas são suficientes para explicar o fenômeno da implicatura conversacional.

Há três situações diversas em que as implicaturas podem ser produzidas, tendo em vista a relação entre os interlocutores mediante o princípio da cooperação.

I - Nenhuma máxima é violada⁵²

- (3) (A) - Estou com dor de cabeça.
(B) - Há uma farmácia nesta rua.
- (4) (A) - Não suporto mais minha mãe.
(B) - Freud explica isso.
- (5) (A) - A crise econômica parece cada vez pior.
(B) - Parece? Você já leu “O Capital”?

Mesmo que, aparentemente, os três exemplos apresentem a quebra de uma máxima como a da relevância ou de uma supermáxima como a da clareza, ainda assim, não há motivos para se afirmar que (B) violou o princípio da cooperação. Ao contrário, (A) poderá deduzir a implicatura conversacional exatamente por compreender que (B) está respeitando as regras do diálogo.

Em (3), (A) deduz que (B) diz haver uma farmácia na rua porque quer implicar que ela deve estar aberta e ter remédios que possam ser adquiridos por (A)

⁵² Neste caso, Grice observa que as máximas, pelo menos aparentemente, não estão violadas. O que ele quer dizer, e que não ficou claro no texto original, é que (A) e (B), em diálogo, não estão considerando nenhuma implicatura por violação. Antes, é o respeito ao PC que está gerando significações extralingüísticas.

para que seu problema seja resolvido. O exemplo (4) é mais sutil, mas ainda não representa um desrespeito ao PC; (A) depende da resposta de (B) que ela quer implicar a natureza psicanalítica da relação de (A) com sua mãe. No caso, a implicatura poderia remeter a um elemento do contexto cultural comum a (A) e (B) representado pelo “Complexo de Édipo”.

O terceiro caso também remete para um contexto cultural. Se (A) conhece a obra de Marx a que (B) se refere, ele poderá deduzir que (B) deseja implicar que não apenas parece que a crise aumenta, mas que a obra de Marx confirma a impressão que sua frase (de A) sugeria a de (B).

II - Uma máxima é violada para que a outra não o seja

Neste caso, supõe-se que a máxima preservada seja mais relevante que a abandonada. (Respeito à máxima de relevância quanto à escolha da máxima a ser preservada)

- (6) (A) - Que significa “pressuposição”?
(B) - Consulte uma obra de semântica.
- (7) (A) - Que horas são?
(B) - Já é tarde.
- (8) (A) - Você me ama?
(B) - Eu gosto de estar em sua companhia.

Os três exemplos demonstram que a resposta de (B) quebra a máxima da quantidade por não ser tão informativa quanto o requerido. Entretanto, (B) parece estar respondendo assim para implicar que não teria condições de oferecer uma resposta mais precisa, e por respeitar a supermáxima da qualidade e acreditar que ela seja mais relevante no contexto que a da quantidade, prefere ser menos informativo a mentir. No primeiro caso, (B) não responde à pergunta, oferecendo em seu lugar uma informação relativamente vaga, mas que implica uma informação segura e sincera. O exemplo seguinte também é bastante comum e os interlocutores de um diálogo, como esse, sabem perfeitamente o que (B) está dizendo e implicando. A pergunta de (A) requer uma resposta exata, a hora certa. Sabe-se, entretanto, que é muito freqüente que (B), não tendo condições de dar a informação exigida, ofereça alguma satisfação à pergunta, embora de forma vaga. (A) entende,

perfeitamente, que (B) está dizendo que é tarde e implicando que não pode, honestamente, dar uma resposta certa e exata para (A), mas assim mesmo está atento à mensagem e posicionando-se diante dela. O último diálogo também é bastante familiar. A pergunta de (A) poderia ser respondida com sim ou não; (B), porém, prefere afirmar algo que parece estar quebrando a máxima da relevância e da quantidade, tentando implicar que não pode ou não quer dar uma resposta radical à pergunta de (A). Essas implicaturas representam uma das leituras possíveis, uma vez que, se (B) está cooperando, ele autoriza (A) a buscar alguma inferência desse tipo.

III - Violação de uma máxima para obter implicatura conversacional

As figuras de linguagem em geral estão contidas nesse caso.

1a) Abandono da máxima da quantidade (por falta de informação)

(9) (A) - O que você pensa dos judeus?

(B) - Um judeu é um judeu.

A tautologia, nesse sentido, representa uma violação voluntária da máxima da quantidade à medida que (B) resolve responder a pergunta com uma afirmação redundante para implicar que judeu não é, apenas, um povo particular, mas algo de especial que a história registrou por tudo o que se disse dele.

1b) Abandono da máxima de quantidade (por excesso de informação)

(10) (A) - Qual foi o resultado do jogo de hoje?

(B) - O Grêmio perdeu de dois a zero e, agora, está com três pontos atrás do Inter e saldo de gol negativo.

A resposta de (B) é mais informativa do que o requerido para que possa implicar que o Grêmio, além de perder, está em má situação na tabela de classificação.

2a) Abandono da primeira máxima da qualidade

(11) (A) - O que você acha do governo militar?

(B) - Democrático demais.

Este exemplo evidencia o que costumeiramente se entende por ironia. (A) e (B) sabem que a grande acusação feita aos governos militares é não serem eleitos pelo povo, na maioria dos casos, e obstaculizarem as eleições diretas. Nesse sentido, a resposta de (B) é francamente irônica, afirmando algo em que ele não acredita, para implicar que, ao contrário do que se diz, acusa o governo de antidemocrático.

(12) (A) - Em São Paulo todos trabalham.

(B) - É verdade. São Paulo é uma enorme fábrica.

A resposta de (B) é a violação da máxima da qualidade através do processo conhecido como metáfora. (A) e (B) sabem que (B) sabe que São Paulo não é uma fábrica enorme, mas entendem que a resposta metafórica implica a crença de (B) sobre a capacidade de trabalho que há nesta cidade.

Como o próprio Grice observa, é possível, muitas vezes, misturar-se a metáfora com a ironia, atentando-se duplamente contra a máxima da qualidade. Como é o caso de um enunciado do tipo “O nordeste é o paraíso dos que trabalham”.

(13) (A) - João foi internado numa clínica psiquiátrica.

(B) - É, ele andava um pouco nervoso.

(A) - A mãe dele já está bastante velha.

(B) - Velha? É uma criatura pré-histórica.

Aqui, os recursos utilizados caracterizam o que se denomina eufemismo e disfemismo. As respostas de (B) são intencionalmente falsas. A primeira, no sentido de suavizar a normalidade psíquica de João, e a segunda, no sentido de exagerar a velhice de sua mãe. As implicaturas conversacionais são decorrentes dessa quebra voluntária da primeira máxima da qualidade.

(14) (A) - Você me acha bonita?

(B) - Você é a mais linda do mundo.

(A) entende, claramente, que (B) está exagerando (hipérbole) para implicar que ele a considera muito linda, embora não acredite, provavelmente, no que diz, porque também não possui evidência do que afirma.

2b) Abandono da segunda máxima de qualidade

(15) (A) - Onde está o Delfim Neto?

(B) - Deve andar pedindo algum dinheiro por aí.

Neste caso, (A) sabe que (B) não teria condições de provas do que disse, mas entende, perfeitamente, que ele (B) quer implicar que o Ministro do Planejamento só faz isso, ou seja, pede empréstimos.

3a) Abandono da máxima da relação

Consiste na quebra voluntária da máxima “Seja Relevante”

(16) (A) - Você vai me dar uma aliança de brilhante de presente?

(B) - Puxa! Como está quente, hoje.

(A) - Eu perguntei se você vai me dar a aliança?

(B) - Em compensação, acho que finalmente vai chover.

Neste contexto, poder-se-ia supor que marido e mulher dialogassem, e que o marido (B) estivesse quebrando a máxima de relevância para implicar que não quer enfrentar a pergunta de sua mulher (A) objetivamente. A sua segunda resposta é relevante em relação a sua primeira afirmação e continua quebrando a máxima no que se refere à pergunta de sua mulher.

4a) Abandono da máxima do modo

Consiste na quebra da supermáxima “Seja Claro”, através de diversas formas.

4a.1) Ambigüidade

(17) (A) - Sua secretária parece ser eficiente.

(B) - Sem dúvida, é uma mulher muito boa.

A resposta de (B), no caso, explora voluntariamente a ambigüidade da expressão “boa” em português, quando aplicada a uma mulher. (B) diz que ela é boa, mas acentua o objetivo para implicar a possibilidade de ela ser muito sensual.

4a.2) Obscuridade

(18) (A) - Paulo, por que você me pediu para esperá-lo no quarto?

(B) - (Na frente da mulher e do filho pequeno) Bem, eu tinha um assunto muito importante para tratar com você, um assunto particular, você me entende, não?

(B), neste caso, está sendo propositadamente obscuro para não falar de algo que não quer que o filho saiba. Explora, voluntariamente, a vaguidade de sua resposta para implicar que quer algo (sexo, por exemplo) com sua mulher que o filho não deve tomar conhecimento.

4a.3) Falta de concisão

(19) (A) - Em qual das obras de Gazdar se encontra a definição de pragmática?

(B) - Na obra *Pragmatics, Implicature, Presupposition and Logical Form*, de 1979, editada pela Academic Press, na página 2, terceiro parágrafo da introdução, na oitava linha.

Esse exemplo pode servir para que (A) entenda que a resposta de (B) quer implicar o seu nível de especialização e conhecimento bibliográfico.

4a.4) Falta de ordem

(20) (A) - Você sabe brincar de índio?

(B) - Brincadeira de índio mim gostar.

A resposta de (B) quebra, intencionalmente, a ordem para implicar que ele aceitou o convite.

Antes de empreendermos a análise crítica do sistema griceano, cabe explicitar as propriedades que as implicaturas devem ter para que possam ser consideradas como tais, segundo o próprio Grice.

- 1 - As implicaturas convencionais são:
 - o presas à força convencional do significado das palavras;
 - o reconhecidas pelo interlocutor mediante a sua intuição lingüística. Não dependem de um trabalho de cálculo dedutivo.

- 2 - As implicaturas conversacionais devem ser:
 - o calculáveis ou dedutíveis;
 - o canceláveis;
 - o não-separáveis;
 - o indetermináveis;
 - o externas ao sentido do enunciado - não-convencionais;
 - o não determinadas pelo dito, mas pelo dizer e dito.

Calculáveis e dedutíveis

Grice afirma que, se uma implicatura não for reconhecida pelo trabalho do cálculo lógico, ela não pode ser conversacional. Consideremos um exemplo anteriormente dado:

- (3) (A) - Estou com dor de cabeça.
(B) - Há uma farmácia nesta rua.

(A) acredita que (B) está respeitando o princípio da cooperação e, então, calcula: se (B) disse que há uma farmácia nesta rua ao ouvir a minha frase, (B) quer implicar que

- Devo ir à farmácia
- Ela deve estar aberta
- Ela deve ter remédio para dor de cabeça
- Eu devo comprá-lo
- Isso irá resolver meu problema.

É um trabalho de cálculo lógico que Grice considera uma propriedade básica para que se localize uma implicatura conversacional.

Canceláveis

Em primeiro lugar, uma implicatura conversacional pode ser cancelada simplesmente porque o princípio da cooperação que deve estar sendo respeitado para que ela exista pode não sê-lo num contexto particular. Consideremos o seguinte exemplo:

(21) (A) - Preciso de dinheiro.

(B) - Não me irrite.

(A) pode entender que (B) está implicando que (A) não deve pedir-lhe dinheiro. (B), porém, pode não estar obedecendo ao princípio da cooperação e, simplesmente, estar protestando contra o gesto de (A), ou até referindo-se à outra atitude de (A), que bate a porta, por exemplo.

Um outro tipo de cancelamento de uma implicatura conversacional é aquele feito mediante uma cláusula (oração) adicional.

(22) (A) - Quanto você tem na poupança?

(B) - R\$ 200,00.

Aqui, (A) entende que, se (B) está respeitando a máxima da quantidade, ele tem R\$ 200,00 como diz e implica que tem só isso. Pois bem, a implicatura poderia ser cancelada por uma cláusula condicional: R\$ 200,00, se não mais.

Há ainda, um outro tipo de cancelamento que o contexto pode possibilitar sem acréscimo de nenhum reforço lingüístico. (A) diz para (B) que quer vender seu carro. (B) pergunta quanto custa e (A) diz que é R\$ 6000,00 ao que (B) responde: Bem, eu tenho R\$ 6000,00. Nesse caso não podemos inferir que é só isso que (B) tem.

Não-separáveis

Essa propriedade diz respeito ao fato de que as implicaturas conversacionais, para que possam ser calculadas, exigem um conhecimento contextual, além do conteúdo semântico da expressão, não dependendo, portanto, do modo da expressão. Em outras palavras, a implicatura permanecerá desde que se diga a mesma coisa, ainda que de outra maneira, com sinônimos, por exemplo.

Consideremos o exemplo abaixo:

Modo de expressão X → Modo de expressão Y

(23) (A) - A minha cabeça está doendo. → Estou com dor de cabeça.

(B) - Há uma drogaria aqui perto. → Há uma farmácia nesta rua.

O diálogo, no caso, tanto no modo de expressão X quanto no modo de expressão Y, revela a mesma implicatura, tendo em vista que o dito não se alterou em X ou Y.

Indetermináveis

Neste caso, a metáfora parece ser um exemplo bastante evidente.

(24) (A) - O que você acha do jogador Sócrates?

(B) - Sócrates é um leão.

(B) viola, aqui, a máxima da qualidade. Ele sabe que Sócrates não é, efetivamente, um leão, mas quer implicar que Sócrates é forte e esforçado como um leão. Poderíamos, entretanto, supor que (B) quisesse implicar que Sócrates é o rei dos jogadores ou, em outro contexto, que ele é carnívoro e agressivo. Enfim, como o cálculo da implicatura pode, às vezes, referir-se a uma lista aberta de implícitos, estes podem ser indeterminados, como, aliás, é comum nos casos de subentendidos.

Não-convencionais

Essa propriedade diz respeito à diferença que Grice estabelece entre implicaturas conversacionais e convencionais. Ele até admite que uma implicatura conversacional possa tornar-se convencionalizada, mas, em princípio, não deve fazer parte da força convencional das palavras do enunciado.

Consideremos o seguinte exemplo:

(25) (A) - Você acha que política é uma coisa simples?

(B) - Tanto quanto a teoria da relatividade.

A resposta de (B) produz uma implicatura conversacional à medida que (A) deduz que, tendo em vista a sua pergunta, e o aparente abandono da máxima da relevância na resposta de (B), ele (B) deseja implicar que política é muito difícil e complexa, e isso não faz parte do significado literal do seu enunciado.

Não veiculada pelo dito

Aqui, Grice tenta demonstrar que só as condições-de-verdade não determinam a implicatura. O que é dito pode ser verdadeiro, e o implicado, falso.

Veja-se o caso abaixo:

(26) (A) - Será que João fez a bobagem de viajar?

(B) - Se ele fez, está feito.

O enunciado de (B) é verdadeiro, à medida que é tautológico. O fato de ser tautológico implica que (B) quer que (A) entenda que a preocupação de (A) não resolve nada. Isso, entretanto, pode ser falso, desde que, por exemplo, (A) pudesse tomar alguma atitude, determinada por sua preocupação. Em outras palavras, “João pode ter viajado” é o dito e é verdadeiro. “Não adianta mais nenhuma preocupação” é o implicado e é falso, uma vez que (A) pode, a partir daí, tomar decisões que não tomaria se João não tivesse viajado.

As implicaturas conversacionais podem subdividir-se, segundo Grice, em dois tipos:

a) Implicaturas Conversacionais Generalizadas

São aquelas que não dependem de especificações de um contexto particular. Consideremos o caso abaixo:

(27) (A) - “Teresa deu presentes a um bebê ontem”.

Independentemente do contexto, a frase de (A) implica que o bebê não é filho de Teresa. Aliás, se alguém acrescentasse em seguida que o bebê em questão era filho dela, a frase de (A) surpreenderia por parecer estar quebrando princípio da cooperação. Grice observa que esse tipo de implicatura é muito semelhante às convencionais, evitando, inclusive, maiores exemplos.

b) Implicaturas Conversacionais Particularizadas

São as que exigem, para que possam ser calculadas, informações de um contexto específico.

Examinemos o exemplo:

(28) (A) - Maria está tão feliz agora.

Esta frase poderia implicar que “Maria fez as pazes com o namorado”, desde que o contexto particular fosse este:

Maria andava infeliz

Maria tinha brigado com o namorado

Parece evidente que a quebra de máximas que caracteriza a ironia, por exemplo, provoca, quase sempre, implicaturas conversacionais particularizadas, tendo em vista a dependência do contexto que a ironia possui. Se (A) diz que João é um gênio, isso só pode ser irônico para (B) num contexto (C) em que João seja um idiota, por exemplo.

2.1 A Teoria Inferencial das Implicaturas: Perspectivas e Limitações do Modelo Clássico de Grice

Antes de discutirmos algumas questões que nos parecem significativas sobre aspectos epistemológicos do modelo griceano, cabe assinalar que sua teoria, desde que surgiu, tem recebido a atenção dos melhores especialistas em lingüística, filosofia da linguagem, filosofia da lógica, o que já a torna digna do maior respeito teórico. O nosso propósito, entretanto, não é defender a posição griceana, mas examiná-la em sua propriedade de sistematizar fenômenos ligados à significação, bem como verificar-lhe o rigor técnico e capacidade de aplicação a enunciados da linguagem natural.

Discutiremos, nesse tópico, algumas idéias mais significativas que se destacam nos textos sobre o trabalho de Grice.

Levinson (1983) dedica um longo capítulo à noção de implicatura conversacional, sistematizando o seu alcance teórico bem como seus limites e problemas como constructo dentro do modelo griceano⁵³. Ao introduzir esse conceito, Levinson destaca as seguintes propriedades:

a) Capacidade de explanação pragmática para fenômenos lingüísticos

Refere-se aqui, ao fato de que o conceito de implicatura conversacional permite explicar a relação entre fenômenos lingüísticos e regras de conversação.

- 1) (A) - Você gosta de futebol?
(B) - No domingo, não tiro o rádio do ouvido.

É através do conceito de implicatura conversacional que entendemos como (A) compreende (B), embora o enunciado de (B) pareça fugir da pergunta de (A).

b) Capacidade de explicar como um enunciado significa mais do que aquilo que efetivamente diz

Como se sabe, a noção de implicatura conversacional é capaz de fornecer uma explicação para o fato de que o falante transmite algo para o ouvinte além do que contém o sentido convencional das palavras de seu enunciado.

- 2) (A) - Você me acha bonita?
(B) - Bem, eu sou apaixonado por você.

(B) “diz” que tem paixão por (A), e sua resposta, na relação com a pergunta de (A), implica que o seu “sim” é óbvio, já que (A) deve saber que os apaixonados acham o objeto da paixão bonito.

c) Capacidade de simplificar a estrutura e o conteúdo das descrições semânticas

Aqui, o conceito de implicatura pode ser utilizado para evitar que a semântica tenha que admitir a proliferação de sentidos para itens lexicais cuja

⁵³ S. Levinson, *Pragmatics*, 1983, pp 97-166.

significação muda com o contexto. O conetivo “e” serve como bom exemplo. Nas frases

3) João sacou o revólver e atirou em Pedro.

4) João é brasileiro e trabalha num banco.

o conetivo “e” apresenta um comportamento diferente:

(3) e = e então

(4) e = &

Na primeira frase, o conetivo “e” significa “e então”, ou seja, determina a seqüência na ordem dada. Não seria possível “João atirou em Pedro e sacou o revólver”. Na segunda, o “e” tem o significado do conetivo lógico. Considerando-se o conceito de implicatura, não há necessidade de se enumerar todos os sentidos de um item, nem mesmo de se admitir que a língua é um jogo em que cada enunciado determina uma situação semântica. Poder-se-ia tratar o problema em termos de um sentido básico e um conjunto de implicaturas.

d) Capacidade de explicar os mecanismos pragmáticos que surgem pelo uso de partículas com “bem”, “mesmo”, “até”, ...

5) Até a polícia fugiu.

Aqui, a partícula “até” implica que “outros fugiram” e que “a polícia seria a última a fugir”.

e) Capacidade de explicar contradições e tautologias

6) João trabalhou toda tarde, mas eu não sei se ele trabalhou.

7) Crianças são crianças.

A frase (6) parece contraditória à medida que se eu afirmo que João trabalhou toda a tarde é porque eu sei que ele trabalhou toda a tarde e, portanto, eu não posso afirmar, ao mesmo tempo, que não sei. Ocorre, no caso, que eu posso estar implicando que consta que ele trabalhou, mas eu ainda estou em dúvida, tendo em vista a raridade do fato. Na (7) eu afirmo uma tautologia para implicar que as crianças têm propriedades típicas que não devem ser vistas como surpreendentes.

Um outro aspecto importante, para Levinson, é a determinação do nível lingüístico de que partem as implicaturas. Seriam elas derivadas da estrutura de superfície, da representação semântica ou das condições-de-verdade?

- 8) “Talvez (p)”
- 9) “Pode ser que (p)”
- 10) “Possivelmente ~ (p)”

(8), (9) e (10) possuem uma mesma implicatura, no caso, possivelmente ~ (p), e, no entanto, possuem estruturas de superfície diferentes. Isso nos leva a crer que não é de estruturas de superfície que as implicaturas se derivam. Também não surgem das condições-de-verdade exclusivamente, embora estas condições sejam consideradas.

- 11) Isto está feito.
- 12) Isto está feito e, se está feito, está feito.

(11) e (12) mostram as mesmas condições-de-verdade, mas somente (12) implica “não adianta lamentar”. Além disso, as tautologias, que são necessariamente verdadeiras, possuem as mesmas condições-de-verdade, mas, nem por isso, possuem as mesmas implicaturas.

- 13) Guerra é guerra.
- 14) O triângulo tem três lados.

exemplificam o raciocínio feito.

Dessa forma, Levinson defende a hipótese de que as implicaturas são derivadas da representação semântica junto às condições-de-verdade⁵⁴. O caso clássico da ambigüidade provocada pela negação (scope-ambigüity) demonstra a sensibilidade das implicaturas à forma lógica ou representação semântica.

- 15) Todos os meninos receberam o prêmio.

⁵⁴ Ibid., p. 125.

A negação

16) Todos os meninos não receberam o prêmio.

é ambígua, pois expressa dois sentidos demonstrados pelas seguintes formas lógicas:

17) $\sim(\forall x (M(x) \rightarrow \text{receberam}(x, \text{o prêmio})))$, ou seja, não é o caso que para todo x , se x é um menino, então x recebeu o prêmio.

18) $\forall x (M(x) \rightarrow \sim(\text{recebeu}(x, \text{o prêmio})))$, ou seja,

Para todo x , se x é um menino, então não é o caso que x recebeu o prêmio.

Com relação às implicaturas, (17) implica que alguns dos meninos receberam o prêmio já que sua forma lógica é do tipo “nem todos os A s são B ”, o que não ocorre com (18), que significa que nenhum dos meninos recebeu o prêmio e, portanto, não pode ter a mesma implicatura.

Duas submáximas de modo, “seja breve” e “seja ordenado” são obviamente, exceções, porque se referem, diretamente, à estrutura de superfície.

O texto de Levinson, um dos mais exaustivos sobre a teoria de Grice, não apresenta propostas teóricas novas sobre implicaturas. Seu mérito consiste em ser bastante detalhado não só na explicação da teoria original bem como na referência feita a todos os outros textos sobre a teoria de Grice que podem ter maior significação. Sua contribuição mais original é a aplicação do modelo griceano na análise da metáfora como um caso de extrema exploração ou quebra de máximas⁵⁵.

Uma das críticas mais radicais feitas à noção de implicatura, parte de Sadock (1978). Em seu artigo “On testing for Conversational Implicature”, Sadock ataca, mais especificamente, os textos que Grice sugere como instrumentos de identificação de implicaturas⁵⁶.

⁵⁵ A obra de Levinson tem, na verdade, um caráter didático. Sua pretensão é de apresentar as teorias pragmáticas contemporâneas, mais do que propor inovações teóricas. Nesse sentido cumpre, admiravelmente, sua função.

⁵⁶ J. M. Sadock, On Testing For Conversational Implicature, p.284.

Para Sadock, somente três das seis características atribuídas por Grice às implicaturas são razoáveis como testes práticos: a calculabilidade, a cancelabilidade e a não-separabilidade. A característica da não-convencionalidade, para Sadock, é completamente circular como teste, à medida que as implicaturas são não-convencionais por definição. O critério que define a implicatura conversacional como não veiculada pelo dito é, para ele, apenas uma versão da anterior. Como teste, não tem valor, uma vez que seria necessário conhecer a solução para o problema, antecipadamente, o que tornaria o teste irrelevante. O critério da indeterminação também é fraco para Sadock, à medida que algumas implicaturas conversacionais são totalmente determinadas. Além disso, se a referência é parte do sentido, o que é dito mediante pronomes definidos ou demonstrativos também é indeterminado. Com relação à propriedade que define a implicatura conversacional como calculável, a crítica de Sadock prende-se ao fato de que esta é, realmente, uma condição necessária mas não suficiente. Isto significa que uma implicatura deverá ser sempre calculável, mas não basta ser calculável para ser implicatura. O princípio da cooperação poderá permitir o cálculo de certas implicaturas que não sejam obrigatoriamente conversacionais. O caráter de não-separabilidade também não é suficiente de acordo com o texto de Sadock, tendo em vista que não permite distinguir implicaturas conversacionais de acarretamento semânticos e de implicaturas convencionais, em muitos casos. É preciso ainda, que não haja paráfrase perfeita, ou seja, sinônimos exatos. De qualquer maneira, o simples fato de que é difícil dizer se duas expressões têm o mesmo significado já torna o teste da não-separabilidade de pouco uso na prática.

A cancelabilidade é o melhor dos testes, na concepção de Sadock. O fato de que o falante pode acrescentar ao seu enunciado elementos que cancelem a implicatura parece ser um teste seguro para o sistema griceano. Entretanto, há dois problemas com ele. Em primeiro lugar, existem implicaturas conversacionais que não podem ser canceladas. 'Quase p', por exemplo, implica conversacionalmente 'não-p'. Esta implicatura é calculável, não-separável, mas não é cancelável. O outro problema diz respeito ao fato de que o teste não permite distinguir casos de ambigüidade de outros com implicaturas unívocas. Isto permite concluir, na observação de Sadock, que a cancelabilidade não é um teste suficiente e pode não ser necessário para as implicaturas conversacionais. Dessa forma, não existiriam testes, nem grupos de testes que juntos pudessem caracterizar implicaturas

conversacionais. O grande poder do sistema de Grice permite, justamente, calcular outras inferências que não implicaturas, e isso coloca essa tentativa de abordagem pragmática em má situação.

Não resta dúvida de que a crítica de Sadock é consistente ao demonstrar, logicamente, a fragilidade dos testes de Grice. Existe, entretanto, uma outra forma de ver a questão. Em primeiro lugar, o texto de Sadock prende-se, quase que exclusivamente, ao sistema de testagem para o reconhecimento de implicaturas. Não investiga, paralelamente, a competência explicativa do modelo griceano. Significa dizer que recolhe exemplos privilegiados para provar a fragilidade dos testes, sem examiná-los em outros contextos.

Nesse sentido, não apresenta grandes novidades. O próprio Grice (1978) aborda o problema das propriedades das implicaturas e destaca o fato de que elas apresentam um alto grau de não-separabilidade, mas adverte que essa propriedade não é uma condição necessária nem suficiente; primeiro, porque pode depender do modo de expressão e, além disso, porque pode não servir para a distinção, em determinados contextos, entre implicatura e acarretamento⁵⁷. No mesmo artigo, Grice observa que ele mencionou alguns traços que podem, efetivamente, permitir o reconhecimento das implicaturas conversacionais no “Logic and Conversation”, mas ressalta o fato de que não pensou nos testes como fator decisivo para a existência ou não de uma implicatura. Antes, sua preocupação era a de que um teste pudesse decidir se um conteúdo *p*, que é, normalmente, parte da total significação do enunciado de uma certa sentença, é uma implicatura não-convencional ou um elemento do sentido convencional da sentença em questão.

Um outro aspecto precário na avaliação dos testes feita por Sadock está no número muito limitado de contra-exemplos e, ainda assim, em contextos demasiadamente favorecidos. A sua conclusão, também, é exageradamente rigorosa para as suas premissas teóricas. A Pragmática não depende, em seu rigor e capacidade explicativa, apenas da infalibilidade dos testes de Grice. Além disso, a crítica de Sadock não impede que, ele próprio, em outros trabalhos, se utilize do conceito de implicatura, reconhecendo, dessa forma, o alcance da teoria de Grice⁵⁸.

Um trabalho que merece destaque sobre a noção de implicatura é o de Gazdar (1979), ao definir a pragmática como o “significado menos as condições-de-

⁵⁷ A. P. Grice. *Further Notes on Logic and Conversation*, p.115.

⁵⁸ Cfe. o artigo “Almost” de Sadock (1981).

verdade”; a sua intenção já é sistematizar os fenômenos significativos que devem ser descritos pragmaticamente e conseguir um procedimento formal para essa disciplina ao nível da Sintaxe e da Semântica⁵⁹.

O seu trabalho, nesse sentido, destaca-se na reavaliação do modelo de Grice, reformulando as máximas que dificultem, pela obscuridade do texto original, uma formalização rigorosa. Como Gazdar observa, Grice nunca chegou a propor, explicitamente, uma definição de implicatura conversacional, e Thomason (1973) talvez tenha sido um dos primeiros a fazer uma tentativa nesse sentido⁶⁰.

”Uma sentença \emptyset implica conversacionalmente ψ relativamente à classe C de contextos de enunciados, se para todo $c \in C$, tal que \emptyset s asserções em C não violem as máximas de conversação, ψ é presumido em C”

Porém, essa definição é fraca em pelo menos três aspectos, conforme observa Gazdar. Não é bicondicional, não sendo, portanto, restritiva à classe de implicaturas conversacionais; não capta todos os tipos de implicatura e, além disso, remete, necessariamente, a uma taxonomia de contextos.

Partindo para a reformulação das máximas, Gazdar analisa-as uma por uma. No que se refere à máxima de relevância, por exemplo, ele declara não ter nenhuma contribuição a fazer, tendo em vista que parece não haver nenhum tratamento mais sistemático dessa noção⁶¹.

Quanto à supermáxima “seja claro” e suas quatro máximas, Gazdar oferece algumas sugestões que permitiriam torná-las mais objetivas. A (i), evitar obscuridade de expressão, por exemplo, poderia ser definida como o conjunto de instruções para falantes e ouvintes usarem a intersecção da linguagem de ambos termos de regras sintáticas, semânticas e fonológicas comuns. Destaca ainda a máxima “seja ordenado”, pela qual se pode explicar como dois enunciados podem alterar a sua significação desde que seja trocada a ordem:

(19) Pedro pegou o carro e foi para casa.

(20) Pedro foi para casa e pegou o carro.

⁵⁹ G. Gazdar. *Pragmatics - Implicature, Presupposition and Logical Form*. p.11.

⁶⁰ G. Gazdar se refere, aqui, à obra de Thomason (1973) - *Semantics, Pragmatics, Conversation and Presupposition*.

⁶¹ G. Gazdar, op. cit., p. 45.

Enquanto a primeira sugere que Pedro está indo para casa ou, até, já chegou, a segunda sugere que ele saiu.

No que diz respeito à categoria da qualidade com sua supermáxima “Faça uma contribuição verdadeira” e suas máximas “Não diga o que você acredita ser falso” e “Não diga algo para o qual não possua evidência adequada”, Gazdar observa que os conceitos de “verdadeira”, “crença” e “evidência adequada” são exatamente os que constituem o problema fundamental do conhecimento e, por isso, exigem reformulação assim:

“Afirmar somente o que você conhece”, em que conhecer pode ser tomado como primitivo e empregado em lógica epistêmica cuja formulação mais conhecida é a de Hintikka (1962). Na perspectiva de Gazdar, as implicaturas de qualidade podem, agora, ser formuladas de maneira simples:

O enunciado de A por um falante F implica AS (em que por AS se lê F sabe que A)⁶².

Este tipo de implicatura, entretanto, não pode ser explicitamente cancelada, e, nisso, difere de outra máxima. O problema é análogo ao paradoxo de Moore.

(21) A lingüística é uma ciência {e, mas} eu não sei se ela é uma ciência.

Na própria formulação original de Grice, fica mais claro, ainda, o problema:

“A lingüística é uma ciência, mas isto não é verdade, nem eu acredito nisso, nem tenho evidência adequada para propor isto.” A relação entre o enunciado de A e o AS é o que Hintikka (1962) chama de implicação epistêmica. Em termos de linguagem natural, existem objeções a este tipo de relação. As pessoas, freqüentemente, não sabem o que dizem. Elas podem, apenas, acreditar no que dizem. Podem, ainda, estar mentindo, não ter evidência, etc. Além disso, podem dizer coisas que não sabem se é, em frases como:

(22) - “Você vai à PUC amanhã.”

Como você sabe?

Eu não sei. Estava perguntando a você.

⁶² Ibid., p. 46.

Por isso, a versão definitiva de Gazdar, para a máxima da quantidade é a seguinte:

Para qualquer sentença declarativa \emptyset a asserção de \emptyset compromete o falante para $S\emptyset$

É na reformulação da máxima de quantidade que Gazdar atinge o ponto mais significativo de sua colaboração teórica para o modelo de Grice. Para ele, a tentativa de formalização da máxima de quantidade esbarra em dois problemas fundamentais: Em primeiro lugar, seria preciso ter condições de quantificar informações, e isso não foi conseguido ainda. Além disso, seria necessário ter alguma função que, quando aplicada à conversação, pudesse produzir como seu valor o nível de informação pretendida, e isso, sem a condição anterior, também não seria possível.

A solução de Gazdar pode ser tomada como uma ampliação do modelo de Grice quanto a essa máxima.

Os exemplos abaixo são ilustrativos:

(23) Alguns dos deputados foram ao colégio eleitoral.

(24) Nem todos os deputados foram ao colégio eleitoral.

(25) Alguns, de fato todos, deputados foram ao colégio eleitoral.

(26) Todos os deputados foram ao colégio eleitoral.

(24) é uma implicatura de (23). (25) cancela a implicatura. (26) acarreta (23), mas é inconsistente em relação à implicatura, e este acarretamento não poderia ser cancelado como (25) faz com (24). Não seria possível “Todos os deputados de fato nenhum, foram ao colégio eleitoral.” (24), portanto, é uma implicatura cancelável por (25) e diferente de um acarretamento, já que, se (24) fosse acarretado por (23), o fato de (26) acarretar (23), pelo princípio da transitividade, nos levaria a aceitar que (26) acarretasse (24), o que é evidentemente falso.

Ao propor uma análise das implicaturas, Gazdar defende o conceito de implicaturas virtuais ou potenciais de quantidade. Chama-as de “im-plicaturas” e define-as como relações entre sentenças. Retomando Horn (1972), Gazdar considera dois tipos de implicaturas de quantidade:

- a. escalares
- b. oracionais

As escalares consistem em um conjunto de formas lingüísticas de mesma categoria gramatical que podem ser ordenadas em seqüência pelo grau de informações que contêm.

Uma escala desse tipo tem a forma de um conjunto ordenado como $e_1, e_2, e_3, \dots, e_n$.

Se considerarmos um conjunto de sentenças A, poderemos obter sentenças bem formadas como $A(e_1), A(e_2), \dots$; onde $A(e_1)$ acarreta $A(e_2), A(e_3), \dots$, mas não vice-versa.

Levinson (1983) sistematiza a regra de derivação de implicaturas escalares:

“Dada uma escala de forma $e_1, e_2, e_3, \dots, e_n$, se um falante afirma $A(e_2)$, então ele implica $A(e_1)$; se ele afirma $A(e_3)$ então ele implica $A(e_2)$ e $A(e_1)$; se ele afirma $A(e_n)$, então ele implica $A(e_{n-1}), A(e_{n-2})$ e assim por diante, até $A(e_1)$ ”

Considere-se, por exemplo, a escala todos, alguns.

A sentença (27) “Todos os eleitores votaram em Tancredo Neves” acarreta (28) “Alguns eleitores votaram em Tancredo Neves” e, por isso, se alguém afirma (28) implica (29) “Nem todos votaram ou alguns não votaram em Tancredo Neves”.

Quanto às implicaturas oracionais, podem ser definidas de forma mais simples assim:

Se F afirma um período complexo p que

- i. contém uma sentença subordinada q e
- ii. p nem acarreta nem pressupõe q e
- iii. existe uma expressão r de brevidade mais ou menos igual que contém q, tal que acarreta ou pressupõe q, então afirmando p em vez de r, F implica que ele não sabe se q é verdadeira ou falsa, ou seja, ele implica $Pq \wedge P\sim q$, onde P é o operador de possibilidade.

Dessa forma, ao dizer

(30) Eu acredito que a democracia está assegurada
em vez de

(31) Eu sei que a democracia está assegurada

eu implico que é possível que ela não seja assegurada. Ao escolher a forma mais fraca para não comprometer com a verdade da oração encaixada eu posso estar

implicando que eu não estou em condições de assumir a mais forte e, portanto, a “possibilidade” que a mais forte bloquearia.

Ao afirmar o condicional

(32) Se Maluf ganhar, o Brasil não mudará ($p \rightarrow \sim q$)

eu implico conversacionalmente que

{ $Pp, P\sim p, Pq, P\sim q$ }

Ao optar pela forma “é possível que p” eu implico conversacionalmente “é possível que não p” e também que eu sei que p não é necessário.

$Pp \rightarrow P\sim p$

$Pp \rightarrow S \sim Np$

Ainda dentro desse mesmo modelo de implicaturas, ao optar pela forma “p ou q” eu provoico implicaturas do tipo

{ $Pp, P\sim p, Pq, P\sim q$ }

ou, em termos de linguagem natural, a sentença

(33) “Brizola ou Tancredo fizeram um comício ontem” ($p \vee q$)

implica conversacionalmente

(34) “É possível que Brizola tenha feito um comício ontem”

(35) “É possível que Brizola não tenha feito um comício ontem”

(36) “É possível que Tancredo tenha feito um comício ontem”

(37) “É possível que Tancredo não tenha feito um comício ontem”

e se a disjunção não é exclusiva, teríamos ainda

“É possível que Brizola e Tancredo tenham feito um comício ontem”

$(p \vee q) \rightarrow P(p \wedge q)$

Também ao nível dos operadores modais surge o problema das implicaturas, uma vez que eles também representam uma ordem de força informativa⁶³.

Considerando-se uma escala $\langle \Box, \Diamond \rangle$, afirmar $\Diamond p$ é implicar que se sabe $\sim \Box p$ ou ainda $\Diamond \sim p$. Dizendo de outra maneira,

“Um enunciado de forma $\Diamond p$ implica conversacionalmente $\sim \Box p$ e, assim, por equivalência lógica, $\Diamond \sim p$.”

Ao dizer

(38) É possível que Brizola seja o presidente ($\Diamond p$)

eu implico

(39) Não é necessário que ele seja ($\sim \Box p$)

e por equivalência lógica,

(40) É possível que ele não seja ($\Diamond \sim p$)

Essas duas formas de implicaturas são importantes porque dizem respeito a propriedades lingüísticas indiscutíveis. Efetivamente, existe, na língua, uma relação de itens hierarquizados mediante um grau de quantidade de informação.

Dada a importância desse tipo de inferência, sistematizemos uma lista mais exhaustiva de exemplos para o português.

< todos, muitos, alguns, poucos >

< e, ou >

< n, 5, 4, 3, 2, 1 >

< ótimo, bom >

< sempre, freqüentemente, algumas vezes >

⁶³ Os operadores são tomados aqui à semelhança de Kripke (1969).

< necessariamente p, p, possivelmente p >
 < amar, gostar >

Pares de construções similares podem ser usados nas sentenças complexas:

< (p e q), (p ou q) >
 < (Já que p, q), (se p, então q) >
 < (A sabe que p), (A acredita que p) >

Exemplifiquemos:

a. escalares:

a1) < sempre, algumas vezes >

(41) p: A democracia é sempre desejável.

q: A democracia é desejável algumas vezes.

p ||- q (p acarreta q)

q +> ~p (q implica conversacionalmente não p)

a2) < 5,3 >

(42) p: Figueiredo governou 5 anos.

q: Figueiredo governou 3 anos.

p ||- q

q +> ~p

a3) < obrigatoriamente, provavelmente >

(43) p: O governo mudará obrigatoriamente.

q: Provavelmente o governo mudará.

p ||- q

q +> ~p

b. oracionais

b1) < (A sabe que p), (A acredita que p) >

(44) e: O povo sabe que o governo mudará.

f: O povo acredita que o governo mudará.

$e \Vdash f$

$f \rightarrow \sim f$

b2) $\langle (\text{é necessário que } p), (\text{é possível que } p) \rangle$

(45) e: É necessário que o povo vote.

f: É possível que o povo vote.

$e \Vdash f$

$f \rightarrow \sim e$

A leitura que Gazdar faz da teoria de Grice é, indiscutivelmente, importante. Grice, no seu texto original (1967/75), propôs o princípio da cooperação e as máximas, sem examinar, mais detidamente, todas as implicações lógico-teóricas que seus conceitos provocariam. A tentativa de Gazdar é feita no sentido de permitir que o sistema griceano se torne mais forte em dois aspectos básicos:

- a. possa ser formalizado
- b. possa resolver problemas resistentes à teoria original.

Quanto ao primeiro aspecto, a proposta de Gazdar vem, realmente, preencher uma lacuna deixada no texto “Logic and Conversation”. Grice construiu sua teoria de maneira informal e estava consciente disso. Seu texto, inclusive, começa pela discussão dos problemas que surgem quando se examina a relação entre os símbolos formais da lógica standard e seus contrapartes em línguas naturais. O que Grice pretendeu, aliás, foi demonstrar que as possíveis divergências entre a linguagem natural e a formal devem-se a fenômenos que sua teoria poderia, perfeitamente explicar⁶⁴. É oportuna, portanto, a reformulação, proposta por Gazdar, das máximas, visando à formalização, para permitir ao texto original a clareza e rigor que, aparentemente, não tem. Além disso, o caráter demasiado geral das máximas, como formuladas inicialmente, permite a falácia do equívoco. Quanto ao segundo aspecto, a contribuição de Gazdar reside, principalmente, na inserção do conceito de implicaturas, bem como no detalhamento da proposta de Horn (1972) no que se refere às implicaturas escalares e oracionais.

⁶⁴ Cfe. observação de J. McCawley, Everything that Linguists have always want. to know about logic - but were ashamed to ask, p.219.

Do ponto de vista metateórico, é importante registrar, também, a contribuição do trabalho de Gazdar. Desde Kuhn (1962), sabe-se que um programa de pesquisa constitui-se num paradigma que determina a evolução da ciência dita normal. Sabe-se, também, que, mesmo resolvendo inúmeros problemas, uma teoria enfrenta contra-exemplos levantados, justamente, na tentativa de refutá-la. Popper (1963), aliás, distingue o conhecimento científico do metafísico exatamente por essa propriedade que ele, científico, possui de poder ser refutado. Popper, inclusive, institucionaliza a tarefa da refutação, dando a ela o principal mérito da história da ciência⁶⁵. Até aqui, o programa de Grice não poderia ter sido mais bem-sucedido. Seu núcleo teórico resolve fenômenos que nenhum outro pode resolver, ou seja, “como é possível um enunciado significar mais do que diz”, e, além disso, para não decepcionar a epistemologia popperiana, é refutável. Kuhn, entretanto, diverge de Popper, e admite a manutenção de um paradigma, como uma tarefa rotineira da fase normal da ciência. É nesse sentido que se valoriza o texto de Gazdar e que se procura entendê-lo. Considerando-se dentro do programa de Grice, ele faz, através da reformulação das máximas e da inserção de novos conceitos teóricos, a ampliação do paradigma griceano e a proteção do seu núcleo teórico⁶⁶.

Ainda no sentido de verificar a potencialidade teórica do modelo griceano, Karttunen e Peters (1979) tentam demonstrar que o conceito de pressuposição abriga fenômenos heterogêneos e que muitos deles podem ser reduzidos à noção de implicatura em suas variedades⁶⁷.

Nos textos clássicos, Frege (1892), Russel (1905), Strawson (1950), a pressuposição aparece de maneira um tanto difusa. Não há, neles, uma definição clara das questões semânticas e pragmáticas e isso tem gerado uma polêmica que ainda hoje se reproduz nos textos de Kripke (1977) e Donnellan (1977)⁶⁸.

⁶⁵ K. Popper, *A Lógica da Investigação Científica*, p. 41.

⁶⁶ T. Kuhn observa, a propósito da ampliação, que ela busca resolver problemas que um paradigma enfrenta na fase normal. Segundo ele, um paradigma só é abandonado se surgir outro para substituí-lo.

⁶⁷ Cfe. Karttunen e Peters, *Conventional Implicature*, p. 2.

⁶⁸ Frege (1892) foi, talvez, o primeiro teórico a tratar da pressuposição. No seu exemplo original, na sentença ‘Kepler morreu na miséria’ pressupõe-se que Kepler designa alguém. Ele mesmo observou que tanto a sentença quanto a sua negação apresentam a pressuposição de existência de Kepler:

1. Kepler morreu na miséria. (p)
2. Kepler não morreu na miséria. (~p)
3. Kepler existiu (q)

P >> q e ~p >> q

Keenan (1971) foi um dos primeiros a chamar a atenção para a possibilidade de uma diferença entre pressuposição semântica e pragmática. Para ele, a pressuposição lógica é a que surge da relação entre uma sentença e o mundo a que ela se refere, de acordo com as intuições de Frege e Strawson.

(p) pressupõe (q) se, e somente se, a verdade de (q) é necessária para que (p) possa ser verdadeira ou falsa. Já a pressuposição pragmática é a que envolve a relação entre declaração da sentença e o contexto no qual ela é enunciada⁶⁹.

Stalnaker (1972-1974) e Gazdar (1979) também buscam definições pragmáticas para a pressuposição, abrindo caminho para as tendências mais

Frege, no entanto, referia-se à pressuposição de maneira um tanto obscura. Ao longo do seu artigo sobre o sentido e a referência, ele sugere pressuposições a partir do falante, do uso de sentenças (enunciados) e de sentenças propriamente ditas.

Russel, mais tarde (1905), discorda de Frege e desenvolve a sua conhecida “teoria das descrições” como uma solução para os problemas que surgem quando uma sentença significa, mesmo não tendo o seu referente existência garantida.

No exemplo clássico:

O rei da França é calvo.

segundo Russel

- a. Existe pelo menos um indivíduo que é rei da França;
- b. Existe no máximo um indivíduo que é rei da França;
- c. Se alguém é rei da França, então é calvo.

$\exists x (\text{Rei}(x) \ \& \ \sim \exists y (y \neq x) \ \& \ \text{Rei}(y)) \ \& \ \text{calvo}(x)$

Strawson (1950), num artigo bastante conhecido, nega a posição de Russel, afirmando que ele não distinguiu, como deveria, sentença de uso da sentença. Para Strawson, sentenças não podem ser verdadeiras ou falsas; enunciados, sim.

Uma sentença como

Ele está em casa.

não é verdadeira nem falsa, mas, se eu a profiro numa determinada circunstância em que “ele” faça referência a um indivíduo determinado, aí, então, eu formulei um enunciado e este, sim, é verdadeiro ou falso.

A partir daí, Strawson defende a diferença entre asserção e pressuposição. A pressuposição é um tipo especial de pré-condição para a constituição de um enunciado. A sentença

1. O atual rei da França é sábio

só será um enunciado verdadeiro ou falso se existe a entidade de quem se diz algo. Em outras palavras, (1) só é verdadeira ou falsa se

2. Existe o atual rei da França

for verdadeira.

Para Strawson, a asserção só terá valor-verdade se a pressuposição for verdadeira. De maneira mais formal, é possível dizer que um enunciado p pressupõe outro enunciado q se:

a. se p é verdadeiro, então q é verdadeiro

b. se p é falso, então q é verdadeiro.

Ao nível da sentença, seria possível dizer que uma sentença p pressupõe semanticamente q, se:

$p \rightarrow q$

$\sim p \rightarrow q$

A discussão Russel-Strawson ainda hoje, quase sessenta anos depois, é motivo para inúmeros textos.

⁶⁹ Por enunciado, Keenan entende um acontecimento lingüístico no espaço e no tempo; por contexto, os indivíduos que participam do acontecimento, bem como o conjunto de condições físicas e culturais do referido ato.

modernas que abandonam, pouco a pouco, o tratamento semântico desse tipo de fenômeno⁷⁰.

É dentro, portanto, dessa linha que Karttunen e Peters trabalham esse conceito e o encaixam no modelo de Montague⁷¹.

Para eles, a literatura sobre o assunto vem chamando de “pressuposição” fenômenos lingüísticos multiformes. Na análise, por exemplo, dos chamados condicionais contrafactuais, Karttunen e Peters levantam situações em que a pressuposição contrafactiva aparece, claramente, como implicatura conversacional particularizada. Ela é uma inferência, nesse caso, que envolve

- a. o dito, ou seja, suas condições-de-verdade
- b. a situação particular na qual o enunciado foi feito
- c. as máximas griceanas de interação conversacional.

Examinemos o exemplo abaixo:

(46) Se o presidente Figueiredo fosse civil, ele não seria o presidente agora.

É verdade que o ouvinte, na maioria das vezes, é levado a acreditar que a oração antecedente é falsa. Não é correto, entretanto, que se julgue que a pressuposição desse tipo de sentença pode ser inferida dadas apenas as condições semânticas típicas desses condicionais.

No caso da sentença (46), o falante compromete-se com a falsidade da oração antecedente pelo simples fato de que a oração conseqüente é evidentemente falsa. O falante sabe que o ouvinte sabe que Figueiredo é o presidente agora.

⁷⁰ Stalnaker distingue a pressuposição semântica da pragmática. Para ele, a pressuposição pode ser encarada ao nível da proposição, enquanto manifestação puramente lingüística, ou ao nível da proposição enquanto atitude comunicativa de um falante (F). No primeiro caso, trata-se de um fenômeno semântico; no segundo, de um pragmático. O conjunto de todas as pressuposições feitas por uma pessoa, num dado contexto, determina uma classe de mundos possíveis. Segundo Caton (1981), a melhor definição de pressuposição pragmática em Stalnaker seria esta:

Um falante pressupõe pragmaticamente que p declarando que q pela afirmação e em certo contexto quando, no caso,

- i. o falante supõe ou acredita que p
- ii. o falante supõe ou acredita que seu ouvinte supõe ou acredita que p
- iii. o falante supõe ou acredita que seu ouvinte reconhece, de sua declaração, que q pela afirmação e no contexto, que o falante está fazendo essas suposições ou tem essas crenças (as referidas em (i) e (ii) ou ainda (iv)) os atos do falante como se ou pretendendo que (i), (ii) e (iii) são verdadeiros.

⁷¹ Karttunen e Peters observam que o modelo de Montague é o método formal mais satisfatório para tratar de elementos como “mesmo”, por exemplo, que dão origem às implicaturas convencionais.

Além disso, uma regra geral das construções do subjuntivo condicional que afirmasse que, nelas, existe pressuposição de que a oração subordinada é falsa, poderia ser facilmente falseada mediante contra-exemplos como os seguintes:

(47) Se o Brasil estivesse em crise econômica, o índice de inflação seria cada vez maior como, de fato, é.

Nesse caso, a oração conseqüente é evidentemente verdadeira, e a antecedente passa a ser, então, verdadeira.

(48) Se Jânio Quadros tivesse renunciado pela pressão dos militares, isso estaria registrado no seu diário pessoal que está no palácio.

Para que se veja em (48) a dependência do contexto, basta que se considerem dois tipos de situação:

- a. Contexto em que o diário foi analisado e nada foi encontrado quanto à renúncia. Aqui, a oração antecedente é falsa.
- b. Contexto de especulação apenas. O falante não sabe se ele renunciou por causa da pressão ou não.

Nos casos como (a), para que se passe da falsidade de conseqüente para a falsidade de antecedente, é preciso supor que o falante está observando a máxima “fale a verdade”. Nos outros, em que o condicional-subjuntivo indica a crença do falante em que a antecedente poderia ser verdadeira, o ouvinte precisa supor que o falante está respeitando a máxima “seja relevante”.

Esses casos demonstram, então, a pressuposição como implicatura conversacional particularizada. O cancelamento desse tipo de pressuposição também é claramente demonstrável.

(49) Se as eleições diretas fossem em 1985, a abertura política seria essa que estamos constatando. Mas nós sabemos que as eleições diretas só vão ocorrer em 1988.

Ainda dentro da análise de Karttunen e Peters, seria possível generalizar uma diferença entre o modo indicativo e o subjuntivo.

Modo Subjuntivo - É epistemicamente possível que $\sim A$

(50) Se Tancredo fosse revolucionário, ele faria uma reforma agrária.
Modo Indicativo - É epistemicamente possível que A

(51) Se Tancredo for revolucionário, ele fará uma reforma agrária.

Passemos agora, a um outro tipo de sentença, em que as pressuposições podem ser explicadas em termos de

- a. condições-de-verdade
- b. condições preparatórias dos atos de fala
- c. princípios conversacionais

Examinemos o exemplo abaixo:

(52) Brizola criticou o PMDB por ter proposto a Frente Liberal.

De acordo com Fillmore, uma pessoa que afirme o enunciado (52) pressupõe

(53) O PMDB propôs a Frente Liberal.

Basta que se veja que a negação

(54) Brizola não criticou o PMDB por ter proposto a Frente Liberal

de (52) também pressupõe (53). Mesmo aqui, a pressuposição não está tão presa à sentença que não possa ser cancelada, como em (55):

(55) Brizola criticou o PMDB por ter proposto a Frente Liberal, mas ele foi injusto porque ela foi proposta pelo PDS.

Além da cancelabilidade, a não-destacabilidade desse tipo de inferência (ela ocorreria em outros verbos como “condenar”, “julgar” e outros, que são chamados coletivamente “verbos de julgamento”) leva-a a ser considerada como implicatura conversacional generalizada já que não depende de um contexto particular.

Consideremos, finalmente, um terceiro caso de pressuposição, em especial aquela que parece ser determinada pelo léxico.

Em enunciados como

(56) Até os burgueses querem mudar o governo

O elemento “até” parece não ter nenhuma influência sobre as condições-de-verdade.

(57) Os burgueses querem mudar o governo
apresenta as mesmas condições.

O sentido, entretanto, não é o mesmo, já que (56) pressupõe

(58) a) outras pessoas também querem mudar

(58) b) os burgueses seriam os menos indicados para querer mudar

Nesse caso, (58) não está dito em (56), mas implicado no sentido de Grice. Esse tipo de implicatura, entretanto, não depende de princípios conversacionais, mas decorre da significação da palavra “até”. Isso permite, então, que esse tipo de pressuposição seja tratada como implicatura convencional. Ela pode ser explicada em termos de considerações semânticas sobre as condições-de-verdade, e pragmáticas sobre a significação extraliteral do item lexical.

Tendo em vista que se trata de um problema muito delicado, demonstraremos as propriedades da análise de Karttunen e Peters com uma lista mais sistemática de exemplos em português.

1 - Pressuposições com Implicaturas Convencionais

(59) (A) Só o povo decidiu a eleição

(59) (B) O povo decidiu a eleição.

(A) e (B) possuem as mesmas condições-de-verdade; entretanto, (A) pressupõe

(C) outras entidades participaram da eleição

(D) nenhuma outra decidiu

Essas pressuposições (C) e (D) podem ser consideradas implicaturas convencionais, à medida que partem do sentido da expressão “só” e não fazem parte do dito.

(60) (A) O próprio professor parou de falar

(60) (B) O professor parou de falar.

(A) e (B) têm as mesmas condições-de-verdade e pressupõe, ambas, que

(C) O professor estava falando

A expressão “próprio” de (A), porém, provoca pressuposições como

(D) outras pessoas pararam de falar

(E) o professor era o menos provável para parar de falar

que são, então, implicaturas convencionais de “próprio”.

2 - Pressuposições como Implicaturas Conversacionais Generalizadas

(61) (A) O professor censurou o aluno por ter colado

(61) (B) O aluno colou

(A) \gg (B), ou seja, (A) $+>$ (B)⁷²

O verbo censurar parece exigir condições preparatórias que determinem, pragmaticamente, que só é possível censurar algo que, realmente, tenha ocorrido. “O aluno tem que ter colado” para que alguém possa censurá-lo por isso. Além disso, se alguém proferisse (A) estaria implicando saber que o aluno colou, caso contrário, revelaria um desrespeito ao princípio da cooperação, no que se refere à máxima de qualidade.

Observa-se, também, a facilidade com que se poderia cancelar essa implicatura.

⁷² Símbolo da pressuposição.

(62) O professor censurou o aluno por ter colado, mas ele cometeu uma injustiça: o aluno simplesmente tinha decorado tudo.

(63) (A) João continuou no poder.

(63) (B) João estava no poder.

Aqui, é o verbo continuar que exige condições preparatórias de adequação. Só é possível continuar se já estava no poder.

(64) (A) Feche a porta.

(64) (B) A porta estava aberta.

(A) >> (B), ou seja, (A) +> (B)

Esse tipo de ordem também exige condições de adequação.

3 - Pressuposições como Implicaturas Conversacionais Particularizadas

(65) (A) Se estivéssemos com fome, estaríamos lanchando agora.

(65) (B) Não estamos com fome.

(A) >> (B), ou seja, (A) +> (B), tendo em vista que o ouvinte pode inferir que o falante implicou que eles não estão com fome, à medida que ele, falante, sabe que o ouvinte sabe que eles não estão lanchando agora.

Aqui, o conhecimento do contexto é que torna possível esta implicatura, que se chama, então, particularizada. O elemento indicial “agora” explicita, claramente, a presença do contexto.

(66) Se foi um acidente por culpa do piloto, ficou registrado na caixa-preta.

Nesse caso, o falante não permite a implicatura sobre a verdade ou falsidade da sentença condicional, tendo em vista que a conseqüente é uma possibilidade especulativa. Aqui, então, (A) pressupõe ou implica: “Pode ter sido ou não culpa do piloto”.

(67) Se o nosso time estivesse ganhando, estaríamos ouvindo foguetes como realmente estamos.

(67), agora, pressupõe ou implica que a oração antecedente é verdadeira, tendo em vista que a afirmação da conseqüente como verdadeira, obriga a implicatura já assinalada.

Essas pressuposições reduzidas a implicaturas representam uma tentativa de incluir esse tipo de inferência tão problemática ao alcance do modelo de Grice. De qualquer maneira, apesar da complexidade do problema, as teorias semânticas sobre pressuposição estão sendo abandonadas em favor de teorias pragmáticas, como bem observou Levinson (1983). Condições de adequação e conhecimento mútuo parecem ser dois instrumentos bastante usados para as definições pragmáticas de pressuposição.

Não é por outra razão, aliás, que o próprio Grice (1981) sugere a possibilidade de um tratamento das pressuposições como implicaturas.

Como em outras situações teóricas complexas, o modelo pragmático de Grice parece ajustar-se, perfeitamente, à necessidade de simplificar conceitos que problematizam a Semântica.

É exatamente, nesse sentido, que valorizamos a tentativa de Karttunen e Peters (1979) e a reconhecemos como válida em nosso modelo ampliado.

Mais uma vez, é justo que se observe que a Pragmática e a Semântica parecem complementar-se na abordagem desses fenômenos cujo caráter obscuro dificulta a proposta teórica que se pretende rigorosa.

Cabe, finalmente, discutir uma das raras tentativas de crítica ao modelo de Grice, acompanhada de uma proposta nova.

Ao moverem um ataque contra o conceito de “conhecimento mútuo”, denunciando-o como não necessário, nem suficiente para o contexto, Sperber e Wilson (1982) desenvolvem um modelo pragmático alternativo ao de Grice (1975) em que a supermáxima, a de relevância, passa a ser uma espécie de princípio geral de toda a conversação para que inferências pragmáticas possam ser compreendidas⁷³.

Para eles, o sistema de Grice deve ser reavaliado, uma vez que se apresenta, originalmente, muito vago e flexível.

⁷³ D. Sperber e D. Wilson, *Theories of Comprehension*, p. 75.

Inicialmente, Sperber e Wilson defendem a idéia de que, na conversação real, os interlocutores não ficam fazendo exercícios de inferências lógicas possíveis. Dadas duas premissas 'p' e 'q', conclusões como 'p' e 'p', 'p' e 'q', 'q' e 'q', 'p' ou 'p', 'p' ou 'q', 'q' ou 'q', etc., podem ser derivadas em manuais escolares de lógica, mas não representam nenhum interesse para o diálogo comum das pessoas. Ao invés disso, elas se concentram em inferências de deduções não-triviais⁷⁴.

No exemplo abaixo, dentro de um contexto C

- (68) (a) Democracia é eleição direta.
- (68) (b) Maluf é do PDS.
- (68) (c) O PDS não quer eleição direta.
- (68) (d) O PDS e Maluf não são democráticos.

Se (A) diz abc, (B) infere d que é o que interessa no contexto C.

Isto quer dizer, em última análise, que uma teoria pragmática que procure apreender os dados significativos e inerentes à linguagem natural não pode permanecer, apenas, no âmbito das inferências decorrentes dos sistemas dedutivos do tipo "standard", devendo buscar um modelo de lógica alternativa, em que se possa, ao mesmo tempo, tratar de inferências interessantes como as de Grice, mas numa perspectiva dedutiva mais rigorosa.

O modelo alternativo de Sperber e Wilson propõe, então, um sistema de inferências não-triviais, baseado no princípio de relevância, como implicações contextuais, derivadas da relação entre enunciado e o contexto. A derivação não poderá ser feita nem do enunciado sozinho, nem do contexto, isoladamente, mas do jogo de ambos no ato comunicativo. O exemplo abaixo é ilustrativo.

- (69) (A) Você não quer comprar um título do Inter?
 - (69) (B) Não, obrigado, aos domingos, eu vou sempre para o meu sítio.
- (69) parece ser de difícil compreensão. Entretanto, dado o contexto (70), a conclusão (71) surge como uma Implicação Contextual de (69) no contexto (70):

(70) a - O sítio de B está fora do roteiro dos jogos.

⁷⁴ Ibid, p.73.

- b - Comprar um título corresponde a ser sócio do Inter.
- c - Sócio do Inter pode assistir jogos por menor preço.
- d - Os jogos são, normalmente, aos domingos.
- e - Quem vai ao sítio todos os domingos não pode assistir aos jogos.
- f - Quem não pode assistir aos jogos não tem interesse em ser sócio.

(71) - O falante de (69) (B) não pode ser considerado um interessado em comprar títulos do Inter.

O importante, aqui, é observar que a implicação contextual é derivada por meio de uma lógica não-trivial em que a relevância da resposta só pode ser constatada mediante as operações quase-dedutivas que levam de (69) e (70) a (71).

Sperber e Wilson tratam da relevância como um princípio que se manifesta em diversos graus. Assim, será necessário avaliar a relação entre a quantidade de processos e as implicações contextuais para se ter o grau de relevância⁷⁵.

Entre dois enunciados, por exemplo, com a mesma quantidade de processos ou operações, o mais relevante será o que tiver mais implicações contextuais; por outro lado, entre enunciados com o mesmo número de implicações contextuais, o mais relevante será o que tiver a menor quantidade de operações.

Como se disse antes, a proposta de Sperber e Wilson parece ser, realmente, uma tentativa de substituir o modelo griceano, mediante o conceito de implicação contextual, alcançado através de um princípio geral em que os interlocutores buscam a maior relevância possível para o enunciado.

Após a discussão dessa proposta alternativa e das críticas e sugestões de Sadock (1978), Gazdar (1979), Karttunen e Peters (1975) e Levinson (1983), passa a ser necessária em nosso trabalho uma nova contribuição no sentido ou de refutar ou de ampliar o modelo de Grice. Como acreditamos que a sua potencialidade teórica ainda não foi esgotada, optamos por ampliá-la.

⁷⁵ A noção de quantidade de processos em Sperber e Wilson refere-se a uma função de tempo e grau de atenção despendida.

2.2 A Relevância da Relevância para o Modelo Clássico Ampliado

No capítulo anterior, expusemos, de maneira clara, o modelo pragmático clássico de Grice (1975), seu núcleo teórico e sua capacidade potencial de aplicação. Avaliamos, também, as críticas mais consistentes, seus contra-exemplos e as sugestões mais importantes para aumentar a consistência teórica do sistema griceano. Trata-se, indiscutivelmente, de um modelo pragmático muito forte. Não restam dúvidas, entretanto, de que existem, ainda, inúmeros pontos frágeis que devem ser retificados para que ele possa atingir o rigor de uma teoria científica perfeitamente falseável.

Neste sentido, passaremos, agora, a propor o que denominamos modelo clássico ampliado, levando em consideração as propostas de Gazdar (1979), Karttunen e Peters (1979) e Sperber e Wilson (1982), conforme as discussões no capítulo anterior. Além disso, e principalmente, desenvolveremos, nós mesmos, o conceito de relevância dentro de uma nova posição no modelo de Grice.

Ainda nessa perspectiva cabe, também, registrar que as contribuições de Levinson (1983) e Sadock (1978) serão aproveitadas, embora não ao nível das anteriormente citadas.

A Função Teórica do Conceito de Relevância

Desde o seu surgimento, o modelo de Grice destacou a complexidade do conceito de relevância e sua importância dentro do quadro de uma abordagem pragmática.

No seu artigo clássico, ele propõe a noção de relevância como a única máxima da categoria de relação, expressa pela fórmula “Seja Relevante”⁷⁶. Oferece, inclusive, um exemplo bastante claro de uma implicatura conversacional obtida pela violação explícita dessa máxima.

Numa recepção social,

(1) (A) diz: A senhora X é uma chata.

(1) (B) responde: O tempo tem estado ótimo neste verão, não é?

⁷⁶ H.P. Grice, *Lógica e Conversação*, p. 87.

Nesse momento, tendo em vista a resposta irrelevante de (B) quanto à sua observação, (A) julga que se (B) está cooperando, ele deve estar implicando algo como “você não deveria ter feito a observação”.

Além de poucos exemplos como esse, Grice não oferece mais informações teóricas significativas sobre a noção de relevância, remetendo-a, pela sua dificuldade, a artigos posteriores.

No seu trabalho de reformulação das máximas, Gazdar (1979) oferece uma contribuição teórica bastante grande sobre as categorias de quantidade e qualidade, mas não acrescenta nada ao conceito de relevância, tal como formulado por Grice, lembrando, apenas, a sua importância, o grau de complexidade que envolve e a inexistência de teorias significativas que permitam o tratamento adequado da noção de relevância dentro de uma teoria pragmática⁷⁷.

Kempson (1975) observa que as categorias de relação e a de qualidade são as duas responsáveis pelo grande poder explanatório do Princípio da Cooperação de Grice⁷⁸. Na análise de um conjunto de duas sentenças, ela mostra que a manutenção do tópico comum entre os interlocutores pode depender de um julgamento de relevância de um enunciado para outro. Tomemos um exemplo:

(2) (A) João tem um iate.

(2) (B) Pedro tem uma mansão.

Para que o tópico da conversação se mantenha, é preciso que (A) suponha que o enunciado de (B) é relevante para o que ele (A) disse. (A), nesse sentido, poderia acrescentar

(3) (C) É, e qual você acha que é o mais rico?

nesse momento, fica explícito então o tópico. Tratava-se de um diálogo sobre a riqueza das pessoas.

A categoria de relação poderia, até, num primeiro momento, como sugere Kempson, ser reformulada assim:

⁷⁷ G. Gazdar, *Pragmatics – Implicature, Presupposition and Logical Form*, p. 45.

⁷⁸ R. Kempson. *Presupposition and Delimitation of Semantics*, p. 159.

“Somente diga uma sentença S_i formada de “ ψ_p ” se p ou acarreta ou implica alguma proposição q , que é também implicada por S_{i-1} ”⁷⁹.

Esse tipo de tratamento seria, apenas, um modo de sugerir restrições sobre a noção de relevância, relacionando-a com a noção de acarretamento.

Ao aproximar a categoria de relação do problema da acentuação dos enunciados, Kempson observa que ‘ser relevante’ é normalmente considerado a partir de relação entre enunciado e evento, ou entre enunciado e enunciado; mas, no caso do acento, essa noção passa a ser intra-enunciativa, relacionando a forma de um enunciado ao seu conteúdo, como se estivesse obedecendo a uma máxima do tipo: “Faça a forma de seu enunciado relevante para o seu conteúdo”⁸⁰.

As sugestões de Kempson (1975) são, sem dúvida, interessantes, mas como ela própria observa, seu trabalho não tem a finalidade de analisar, extensivamente, o conceito de relevância e todas as suas conseqüências teóricas.

Uma abordagem que merece destaque é a de Dascal (1982), em que ele defende a tese de que a noção de relevância não engloba relações homogêneas, exigindo, por isso, um tratamento mais rigoroso que permita diferenciá-la em suas formas de manifestação no fenômeno da implicatura conversacional⁸¹.

Para explicar seu ponto de vista, ele se utiliza de um exemplo sugerido pelo próprio Grice em “Lógica e Conversação”, em que a máxima de relevância é violada.

O exemplo refere-se a uma situação em que (A) e (B) estão conversando sobre um amigo comum (C), que está num emprego novo.

(4) (A) pergunta: Como vai (C) em seu emprego?

(4) (B) responde: Ah! bastante bem, eu creio, ele gosta de seus colegas e ainda não foi preso. (E)

Um primeiro juízo leva (A) a pensar que (B) quebrou a máxima de relevância ao dizer o enunciado (E), “(C) ainda não foi preso”. Através desse juízo, (A) é levado a buscar a implicatura por acreditar que (B), apesar disso, está cooperando. Depreende, então, a implicatura (Q), ou seja, que (B) está sugerindo que (C) é potencialmente desonesto ou algo equivalente. Nesse momento, (A) faz o segundo

⁷⁹ Ibid., p. 160.

⁸⁰ Ibid., p.196.

juízo de relevância ao julgar que a implicatura (Q) é, então, relevante. Finalmente, se (B) disse (E) e transmitiu (Q), o seu ato comunicativo é relevante porque contém elementos significativos relevantes para a conversação, e esse é o terceiro juízo de (A) sobre a relevância de (B).

Os dois primeiros parecem situar-se ao nível do significado, e, nesse sentido, Dascal os denomina “semânticos”, enquanto o terceiro diz respeito ao ato comunicativo e é analisado com o juízo de relevância pragmática.

A posição de Dascal merece registro porque representa a tentativa de demonstrar que a complexidade do conceito de relevância deve-se à heterogeneidade das relações que ele subsume. Nesse sentido, ele está correto em nosso entendimento. Parece, entretanto, que ele não quer arriscar-se a generalizar sobre a relevância, não conseguindo, por isso, a sistematização desse conceito no interior da teoria.

Bem diferente da posição de Dascal é a proposta de Sperber e Wilson (1982), que discutimos anteriormente. Para eles, o conceito de relevância poderia, inclusive, ser utilizado dentro de um modelo alternativo de Pragmática como teoria da compreensão de sentenças contextualizadas⁸².

Levinson (1983) observa que o próprio conceito de implicatura conversacional parece envolver fenômenos diversos e que a noção de relevância pode, inclusive, servir para diferenciá-los. Não chega, entretanto, a nenhuma proposta clara de sistematizá-la, nesse aspecto, limitando-se, também, a apontar-lhe a complexidade.

Apesar de toda a dificuldade apontada e do constrangimento de inúmeros teóricos, o nosso trabalho tem a pretensão de oferecer alguma contribuição no que diz respeito ao papel do conceito de relevância dentro de uma teoria pragmática, mesmo que de maneira informal⁸³.

⁸¹ M. Dascal. Relevância Conversacional, In: Pragmática, Problemas, Críticas, Perspectivas da Lingüística, 1982, p. 107.

⁸² D. Sperber e D. Wilson. Theories of Comprehension. Passim.

⁸³ Existem tentativas de lógica de Relevância como na obra Entailment, de Anderson e Balnap (1975), mas ainda não se tem uma sistematização possível de aplicar à noção de implicatura.

A Relevância e Suas Formas

Após o exame preliminar do conceito de relevância dentro do modelo clássico e de alguns textos críticos, passemos a uma análise mais detalhada dessa noção. O nosso propósito, aqui, poderia ser resumido assim:

- a. discutir o papel da relevância e sua função nos mais diversos casos.
- b. propor uma reformulação funcional desse conceito para o modelo ampliado, que o torne mais consistente em seu núcleo teórico.

I - Supermáxima da Categoria de Relação

Trata-se do caso clássico definido no texto original de Grice. O interlocutor (A) é capaz de inferir uma implicatura conversacional por julgar que (B) está respeitando a máxima “seja relevante” ou, pelo menos, o princípio da cooperação.

O exemplo abaixo é ilustrativo:

(5) (A) Você me chamou?

(5) (B) Sim, preciso de fósforos.

Aqui, (A) está autorizado a inferir que (B) precisa de fósforos naquele momento, embora ele não tenha dito isso. Ocorre que (A) julga que, se (B) o chamou e disse que precisa de fósforos, seu enunciado será relevante se quiser implicar (Q) “preciso de fósforos agora”⁸⁴.

Este é o caso de Implicatura Conversacional standard (p. 121)

Grice observa que os exemplos de quebra de supermáxima de relação são mais raros. Consideremos os diálogos abaixo:

(6) (A) Que horas são?

(6) (B) Você não gosta de estar comigo?

Nesse caso, (A) julga que o enunciado de (B) parece ser irrelevante para a sua pergunta, mas como acredita que ainda, assim, ele está cooperando, busca a implicatura que (B) deve estar transmitindo e infere que (B) deve estar implicando que, se (A) gostasse dele (B), não deveria perguntar a hora. Parece ser o típico

⁸⁴ Levinson sugere, na obra citada, p. 107, um exemplo semelhante de implicatura, por respeito à máxima de relevância. “Passe o sal” implicando “Passe agora”.

exemplo de implicatura conversacional por quebra. Mas vejamos uma situação menos típica.

(7) (A) Que horas são?

(7) (B) Já começou o Jornal Nacional.

Aqui, (A) percebe que (B) não respondeu um enunciado relevante, a menos que ele (B) queira implicar algo. Efetivamente, (A) infere que (B) quis implicar que já era mais de 19h55min.

Esse exemplo parece ser um pouco diferente do anterior à medida que dá a impressão de ter sido uma quebra mais fraca da relevância.

Examinemos mais algumas implicaturas que poderiam ser inferidas a partir da mesma máxima.

(8) (A) Você viu o que aconteceu?

(8) (B) A namorada do João chegou e ele jogou o cigarro fora.

Aqui, (A) julga que a segunda oração do enunciado complexo de (B) parece não ser relevante em relação à primeira, a não ser que, com ela, (B) queira implicar algo. De fato, (A) infere que (B) implicou que João não queria que a namorada o visse fumando.

(9) (A) João brigou com a Maria?

(9) (B) Não, foi com a Greice.

(10) (A) João brigou com a Maria?

(10) (B) Não, foi José.

Nesses dois casos, a resposta de (B) demonstra que ele inferiu a implicatura decorrente da acentuação de (A) sobre Maria em (9) e sobre João em (10), por julgá-la (a acentuação) relevante para o conteúdo da pergunta de (A).

Analisemos, mais detidamente, essas diversas situações que parecem recair dentro da máxima de relação.

Em (5), (A) infere a implicatura “preciso de fósforos agora”, ao julgar a relevância, como relação entre o conteúdo do enunciado de (B) e seu ato

comunicativo. Tanto é verdade que “agora” é uma expressão indicial de tempo acrescida ao dito. Caso (B) não tivesse pretendido implicar “agora”, seu enunciado não seria o mais relevante possível, tendo em vista a irrelevância do ato comunicativo. “Preciso de fósforos” diz “algo” que se torna mais relevante porque é um “pedido” e para aquele momento.

Em (6), (A) julga que (B) disse algo irrelevante, porque o conteúdo de seu enunciado parece não ter conexão semântica com o enunciado dele (A). Entretanto, ao considerar que (B) está cooperando, (A) infere a implicatura “se você gostasse de mim, não perguntaria a hora”, que é relevante para o tópico de sua conversação, embora não o seja para o conteúdo de sua pergunta. Aqui, a relevância, como relação-enunciado tópico da conversação, pode estar sugerindo a mudança do tópico.

No exemplo (7), (A) julga que a resposta de (B) não é totalmente relevante no que se refere ao conteúdo de sua pergunta; mas, ao julgar a implicatura “já são mais de 19h55min”, conclui que aquele era o enunciado mais relevante possível para (B) sem quebrar a máxima da qualidade. Nesse caso, a relevância é vista como relação entre o conteúdo dos enunciados de (A) e (B), dentro do mesmo tópico, e o princípio da cooperação.

Em (8), (A) julga que o enunciado complexo de (B) parece não conter uma relevância intra-enunciativa, a partir da relação entre o conteúdo semântico da primeira e da segunda parte. A partir disso é que depreende a implicatura. A relevância, aqui, é vista como relação necessária entre as partes de um mesmo enunciado.

Já no caso de (9) e (10), a relevância é vista a partir da relação necessária entre a acentuação de um enunciado e seu conteúdo. Observa-se que, aqui, a relação entre a forma da expressão e o dito é externa ao conteúdo semântico.

O que pretendemos, em última análise, demonstrar é que, mesmo no caso da relevância tomada como supermáxima da categoria de relação, a implicatura surge para harmonizar relações entre funções diversas do jogo comunicativo.

- (5) - Relação dito - ato comunicativo
- (6) - Relação dito - tópico da conversação
- (7) - Relação dito - princípio da cooperação
- (8) - Relação Intradito (dito - dito)

(9 - 10) - Relação entre forma e conteúdo do dito

II - A Relevância como Supermáxima Geral nas Implicaturas Conversacionais do Tipo Standard

Dentro do modelo griceano as implicaturas podem ser produzidas mediante dois tipos de comportamento comunicativo: ou o falante, ao dizer (E) sugere (Q), por estar respeitando as máximas e o princípio da cooperação, ou o falante, ao dizer (E) sugere (Q), por estar desrespeitando as máximas sem deixar de estar obedecendo ao princípio da cooperação. No primeiro caso, chamamos com Levinson (1983), implicaturas do tipo “standard”; no segundo, do tipo “quebra”. O papel da relevância parece ser diferente em cada um dos casos.

Examinemos a maneira como ela funciona nos casos de implicatura conversacional do tipo standard.

1 - Máxima da Quantidade

(11) (A) Os convidados já foram?

(11) (B) Alguns saíram.

(A) infere que (B), se está respeitando a máxima de quantidade, implicou que nem todos saíram, ou que alguns ficaram.

(12) (A) Qual é a cor da camiseta de seu time?

(12) (B) Vermelha.

(A) infere que (B), se está respondendo à informação requerida, implica que a camiseta é totalmente vermelha.

(13) (A) Você tem quantos irmãos?

(13) (B) Três.

(A) depreende que (B) está implicando “três, e somente três”

2 - Máxima da Qualidade

(14) (A) Você sabe o que João é?

(14) (B) João é doutor em Filosofia.

(A) infere que (B), se está respeitando a máxima de qualidade, está dizendo algo que sabe ou acredita ser verdadeiro e que, das coisas que ele sabe, essa é a que tem mais importância para a sua pergunta.

3 - Máxima da Relação

(15) (A) Você vai ao cinema hoje à noite?

(15) (B) Não, preciso estudar.

(A) infere que (B), se está respeitando a relevância na sua negativa, implica que precisa estudar naquela noite, e que isto é a causa mais relevante de não ir ao cinema.

4 - Máxima de Modo

(16) (A) Por que João está machucado?

(16) (B) Ele saiu correndo na rua e caiu.

(A) depreende que (B), se está respeitando a ordem do que disse, está implicando que João saiu correndo e então caiu.

(17) (A) Maria virá jantar conosco?

(17) (B) É possível que sim.

(A) infere que (B), se está respeitando a máxima da clareza, está implicando “não é necessário que ela venha”.

Os exemplos de 11 a 17 parecem ser, sem dúvida, casos de implicatura conversacional standard, à medida que não são convencionais, nem quebram, explicitamente, máximas. Cabe, entretanto, a pergunta crucial: Como (A) infere que (B) pretende implicar (Q) se (B) não deu sinais positivos disso?

Parece-nos que uma resposta razoável para isso seria essa:

(A) julgou que (B) deveria estar implicando (Q), caso contrário, ele estaria desrespeitando as máximas.

Alguém poderia fazer a objeção de que, ao dizer que a camiseta de seu time era branca, (B) não estaria deixando de oferecer a informação requerida, desde que a outra cor, se houvesse, fosse secundária em relação ao branco.

Realmente, mas (B), nesse caso, não estaria oferecendo a informação mais relevante possível, e, aqui, é que está o centro da questão.

Para justificar o nosso ponto de vista, exemplificaremos, reinterpretando, inclusive, alguns casos de implicaturas escalares.

Em (11), “alguns”, logicamente, não se opõe a “todos”. Basta imaginar que (B) poderia, inclusive, cancelar a implicatura dizendo: “Alguns, na verdade todos, saíram”. O que leva (A), então, a depreender a implicatura “nem todos”? Um juízo do seguinte tipo: Se (B) disse “alguns” e está sendo o mais relevante possível, está implicando “nem todos”, já que, se todos tivessem saído, ao dizer alguns não estaria oferecendo a informação mais relevante para minha pergunta.

O exemplo (13) é análogo; três, logicamente, não se opõe a cinco, mas leva a inferir “somente três” porque se julga que (B) está sendo o mais relevante possível e oferecendo a informação mais exata para a sua pergunta.

No caso de (14), que envolve o respeito à máxima de qualidade, (A) infere que (B) está implicando saber o que disse, porque se não fosse essa implicatura, (B) estaria desrespeitando a máxima da qualidade e implica que o que disse é o mais relevante possível, caso contrário, poderia afirmar outra verdade menos relevante, como, por exemplo, “João é professor”.

O exemplo (15) sugere que (A) infere a implicatura, tendo em vista que, se não fosse assim, (B) estaria desrespeitando a máxima de relação. Veja-se que, além disso, (B) poderia ser relevante oferecendo uma justificativa para a negação, mas que não fosse a mais relevante possível; se ele dissesse, por exemplo, “Não, tenho prova na semana que vem”. Tanto é verdade que (A) poderia retrucar – “Sim, mas o filme é hoje à noite”.

Em (16), (A) infere que (B) implicou “e então” porque considerou que o mais relevante possível era oferecer a causa de ter João caído.

Assim, também, em (17), (A) depreende a implicatura à medida que entende que (B) quis transmitir a informação mais relevante dentro da possibilidade de certeza, clareza e concisão de que dispunha.

A partir dos exemplos analisados, podemos, agora, compreender que, nos casos de implicatura conversacional *standard*, embora o falante (B) não quebre

explicitamente nenhuma máxima, ele autoriza a implicatura através de um juízo sobre a relevância máxima em cada categoria de cooperação. Caso não fosse assim, não seria possível distinguir os casos em que ele (B) não quebra e implica dos casos em que ele não quebra e não implica.

Digamos, então, mais simplesmente:

“Nos casos de implicatura conversacional standard a implicatura acrescenta-se ao dito para torná-lo o mais relevante possível”.

III - A Relevância como Supermáxima Geral nos Casos de Implicatura Conversacional por Quebra de Máximas

As implicaturas conversacionais do tipo “Quebra de Máximas” se opõe às anteriores por serem sugeridas explicitamente através de transgressão das máximas conversacionais. O ouvinte, nessa situação, é convidado a fazer uma inferência do tipo implicatura, sob pena de não captar o aspecto significativo mais importante que o falante pretendia transmitir. Nesses casos, o falante faz da violação das máximas um veículo de suas idéias e cabe ao ouvinte depreendê-las para que a conversação satisfaça aos dois.

Qual o papel da relevância nesse tipo de implicatura?

Como na análise anterior, levantemos exemplos de violação em todas as categorias.

1 - Máxima da Quantidade

(18) (A) – Você viu como aquelas crianças brigam?

(B) – Crianças são crianças.

(A) infere que (B) afirma uma obviedade, uma tautologia, para implicar que as crianças fazem coisas que são próprias delas.

2- Máxima da Qualidade

(19) (A) – Você tem certeza que o Brasil vai mudar?

(B) – Tenho tanta certeza como dois mais dois são cinco.

Aqui (A) infere que (B) diz algo evidentemente falso para implicar que ele não tem certeza de que o Brasil vai mudar.

3 - Máxima da Relação

(20) (A) – Você quer sair comigo?

(B) – Meu pai comprou uma casa e minha mãe está muito contente.

Nesse caso, (A) infere que (B) disse algo sem relação com a pergunta porque não quer respondê-la.

4 - Máxima de Modo

(21) (A) – Você conhece pragmática?

(B) – Prag... o quê?

(A) infere que (B) quebrou a ordem da frase para implicar que ele não conhece nem a palavra quanto mais o assunto.

No exemplo (18) a tautologia representa uma violação da máxima da quantidade. Mas o que significa exatamente isso?

Significa que (B) ofereceu menos informação do que o desejável para a conversação, ou seja, que ele não está cooperando com (A). Cooperar com (A) significa dizer algo relevante para a pergunta de (A) e, no aspecto analisado, dizer algo que seja informativamente relevante para (A). A obviedade de (B) não corresponde à não colaboração no sentido do tópico. (B) foi relevante quanto ao tópico, mas a quantidade de informação dada é que foi pouco relevante. Entretanto, (B) pode estar tentando transmitir uma informação mais relevante do que a que disse, exatamente por ter dito o que disse. (B) está pretendendo que (A) infira (Q), e (Q), sim, é informativamente relevante para (A).

No caso de (19), (B) disse algo evidentemente falso, mas (B) não pode estar mentindo. Ele sabe que (A) sabe que o que ele disse é falso. Dizer algo falso pode ser entendido como colaborar com o ato de convencer, mas retirar a relevância da qualidade do que disse. Mas, se (B) está cooperando ele pode estar querendo transmitir algo verdadeiro com as suas falsidades. Aliás, o caráter tão explícito de sua falsidade leva a supor exatamente isso. (B) quer implicar (Q) e (Q) é realmente o que (B) sabe e é com a relevância de (Q) que ele quer comprometer-se.

Em (20), (B) parece não ter ouvido a pergunta de (A), mas não há nenhum motivo para ele não ter ouvido. Ele disse algo completamente fora do tópico da conversação e, fazendo isso, ele parece não estar colaborando com a conversação.

Mas ele deve estar colaborando e pretendendo que (A) entenda, através da desconexão que provoca, alguma conexão de outro tipo. (B) está querendo implicar que o que ele não quer é participar dessa pergunta que (A) faz. A irrelevância do seu enunciado para o tópico sugere uma implicatura relevante para a mudança do tópico.

No exemplo (21), (B) não chegou nem a terminar a palavra que pronunciava. (B) quebrou a própria fala, a ordem mínima que se exige numa conversação. Ou (B) não quer colaborar com a pergunta de (A), ou ele pretende que (A) entenda algo além do que ele disse. (B) pretende implicar que ele não conhece nem a ordem da palavra que ouviu e que isso é o mais relevante que (A) pode entender sobre o que ele (B) sabe de pragmática.

Em todos esses casos de violação de máximas, o enunciado de (B) problematizou o dito de alguma forma. No caso de (18), o dito era pouco informativo; no (19), o dito era algo evidentemente falso; no (20), o dito estava fora do tópico e no (21) o dito fora interrompido. (A), nesses casos, ficava, então, diante da seguinte alternativa: ou (B) não está colaborando, tendo em vista suas violações declaradas que tornam a sua participação pouco relevante para a nossa conversação, ou ele pretende tornar-se mais relevante com o que quer implicar através de suas transgressões. (B) não tenta impedir-me de pensar que ele pretende implicar (Q) nem reforça suas violações, então (B), realmente, quer que eu pense (Q).

Nas implicaturas conversacionais por quebra de máxima o que ocorre é que o dito está a serviço do implicado. As quebras nada mais são do que uma forma de irrelevância pragmática para que o ouvinte busque a implicatura que é o aspecto central da significação pretendida nestes casos.

Digamos, então, mais simplesmente, que, nos casos de implicaturas conversacionais por quebra de máximas, a implicatura é a relevância pragmática do dito.

Dentro dessa concepção de relevância, ao exame dos mais diversos casos de implicatura conversacional, cabe considerar o seguinte:

- A) A noção de relevância não subsume fenômenos uniformes. Ela existe como uma relação articuladora em todos os níveis de cooperação. A apreensão das implicaturas depende de juízos de relevância ao nível da relação
 - a) entre componentes do dito (dito-dito)

- b) entre o dito e o tópico
 - c) entre o dito e o ato comunicativo
 - d) entre o dito e o implicado
 - e) entre o implicado e o tópico
 - f) entre o implicado e o ato comunicativo
- B) Tendo em vista este caráter multiforme e onipresente da relevância, é melhor tratá-la como uma propriedade do fenômeno de cooperação conversacional do que como máxima apenas, ao nível das outras.
- A relevância é a propriedade pragmática por excelência. O acarretamento é uma espécie de relação lógica relevante, e a relevância é o acarretamento pragmático.
- C) A análise da relevância permite, inclusive, observar que as próprias máximas griceanas não são fenômenos da mesma natureza: a máxima de quantidade estabelece uma relação mais relevante entre o dito e a expectativa informacional do ouvinte. A de qualidade caracteriza a relevância maior na relação entre o dito e o falante; a de relação, entre o dito e o tópico, e a de modo, entre a forma e o conteúdo semântico do dito.
- D) Diante da heterogeneidade dos fenômenos envolvidos, cabe propor um reordenamento das máximas.
- a) A relevância deve ser tratada como uma função pragmática que designa a própria relação entre os componentes do ato comunicativo. Nesse sentido, a posição mais coerente para ela é a de uma supermáxima ligada ao princípio geral da cooperação.

“Seja o mais relevante possível”.

- b) Enquanto simples máxima da categoria de relação, a relevância, no modelo clássico, refere-se, principalmente, à conexão necessária entre o dito e o tópico. Trata-se, nesse caso, da forma mais explícita, ou da estrutura mais superficial da relevância.

Como já existe um princípio mais geral da mesma natureza, poder-se-ia, até, suprimir essa máxima⁸⁵. Cabe, entretanto, lembrar que o princípio geral diz respeito à maior relevância possível e não se confunde, portanto, com o “Seja relevante” da máxima. Quando alguém (A) pergunta a hora, as respostas (B) podem variar assim:

- (i) 19h55min – maior relevância possível
- (ii) Começou, agora, o Jornal Nacional – relevante para o tópico – pode não ser a mais relevante possível se (A) precisa da hora exata e (B) sabe disso porque tem relógio.
- (iii) Estou de férias – irrelevante para o dito e relevante para o implicado (não quero saber da hora, por exemplo).

O caso (i) pode, perfeitamente, ser explicado pela relevância enquanto supermáxima geral; o caso (ii), entretanto, já é diferente à medida que (A) pode, inclusive, entender como uma certa quebra e inferir a implicatura “(B) sabe, mas não com certeza, a hora” e, por isso, foi relevante, mas não o mais possível, que seria, por exemplo, ter dito “19h5min, eu acho”. Já no caso (iii), (A) infere a implicatura pela quebra ostensiva da máxima de relevância para o dito; (B) é o mais relevante possível para o que pretende implicar.

Dadas essas diferenças, propomos manter a categoria da relação com a máxima agora denominada “seja adequado” por três motivos básicos:

- diferenciar a função “seja adequado” ao nível enunciado-dito da função “seja o mais relevante possível” ao nível do ato comunicativo;
- conservar a categoria de relação, para não permitir confusão entre casos de quebra de relevância ao nível do dito, para gerar implicatura, e casos de não cooperação ao nível de maior relevância comunicativa;
- evitar, quanto ao uso do rótulo “adequação”, a ambigüidade do lexema ‘relevância’.

Modelo de Grice Ampliado

Esquema Informal

Princípio da Cooperação

⁸⁵ Ibid. p. 46.

Regras Gerais de Conversação

Supermáxima Geral – “Seja o mais Relevante Possível”

I - Categoria da Quantidade

1ª. máxima - Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto o requerido (para o propósito corrente da conversação)

2ª. máxima - Não faça sua contribuição mais informativa do que o requerido

II - Categoria da Qualidade

a. Supermáxima: Diga somente o que você sabe

1ª. máxima - Não diga o que você sabe ser falso

2ª. máxima - Não diga o que você não pode assumir como sabendo

III - Categoria de Relação

Supermáxima: Seja Adequado

IV - Categoria de Modo

Supermáxima: Seja claro

1ª. máxima - evite obscuridade

2ª. máxima - evite ambigüidade

3ª. máxima - seja breve (evite prolixidade)

4ª. máxima - seja ordenado

Inferências Pragmáticas (não ditas)

Tipos de Implicaturas

Quanto à natureza Pragmática

A – Convencionais: Relação dito-léxico

B – Conversacionais: Relação dito-contexto-princípio da cooperação

Quanto ao tipo de causa

A – Standard – respeito às máximas

B – Quebra – Violação das máximas

Quanto ao tipo de contexto

A – Generalizadas – contexto geral (regras lingüísticas)

B – Particularizadas – contexto particular (regras comunicacionais)

No encerramento desta parte em que apresentamos uma proposta de ampliação para o modelo de Grice cabe considerar o seguinte:

1 – A apresentação segue informal como no modelo original. Para nós, Grice quis “implicar”, com sua explícita informalidade, os problemas que existem para que a lógica Standard sistematize as inferências do tipo implicatura conversacional.

2 – A supermáxima de Relação – Seja o mais relevante possível – ocupa uma posição hierarquicamente mais alta no modelo, à medida que, como foi amplamente demonstrado, ela é uma propriedade geral que se manifesta junto a todas as outras máximas.

3 – A ampliação de um modelo é feita no sentido de levar ao máximo sua potencialidade teórica e sua coerência lógica para que ele possa ser virtualmente falseável.

4 – Sua capacidade de descrição de fragmentos de linguagem natural será ainda mais clara pelos exemplos de slogans políticos, analisados no próximo capítulo.

3 O MODELO DE GRICE AMPLIADO - UMA CLASSE DE APLICAÇÕES

Neste capítulo, tentaremos demonstrar a consciência do modelo de Grice ampliado para descrever e explicar as implicaturas contidas numa classe de fragmentos da linguagem natural, o discurso político sob a forma de slogan.

No que se refere à ampliação do modelo de Grice, como já se sabe do capítulo anterior, foram reformuladas as máximas de qualidade e quantidade, conforme a sugestão de Gazdar, a noção de pressuposição foi reduzida à de implicatura, dentro da proposta de Karttunen e Peters, e a máxima de relevância foi levantada à condição de supermáxima ligada diretamente ao princípio da cooperação, conforme proposta de nossa própria iniciativa.

No que diz respeito ao slogan político, o nosso trabalho pretende, apenas, utilizá-lo como exemplo de aplicação do modelo. Não há nenhuma intenção de investigá-lo exaustivamente aqui. O nosso objetivo prende-se, exclusivamente, à existência de implicaturas nesse tipo de fragmento e à capacidade do modelo de Grice para apreendê-lo teoricamente.

Por isso, apenas algumas considerações que consideramos significativas sobre o slogan político serão oferecidas nas seções seguintes.

3.1 Aspectos Comunicacionais do Slogan Político

Do ponto de vista comunicacional, o slogan político pode ser considerado, em primeiro lugar, quanto às propriedades lingüísticas e comunicativas do slogan, depois, quanto à propriedade do político e, finalmente, quanto às possibilidades comunicativas do conjunto.

Etimologicamente, o vocábulo “slogan” vem de “Sluagh-Ghairm”, que significava, na Velha Escócia, grito de guerra de um clã. Foi adotado em inglês por volta do século XVI, para transformar-se, no século XIX, em divisa de um partido e, depois, em palavra de ordem eleitoral, como aconteceu com “The Full dinner-pail” (A panela cheia!), que conquistou os sufrágios populares em 1986.

O sentido comercial que tem até hoje foi uma criação dos americanos que passaram a usar o termo com propósitos publicitários⁸⁶. Cabe, portanto, ressaltar

⁸⁶ G. Reboul, O Slogan, 1975, p. 8.

que, em suas origens, o slogan está ligado a finalidades políticas, embora, modernamente, o seu uso em política diga respeito à propaganda de um determinado indivíduo ou partido.

Reboul (1975) define assim o slogan: “chamo de uma fórmula concisa e marcante, facilmente repetível, polêmica e freqüentemente anônima, destinada a fazer agir as massas, tanto pelo seu estilo, quanto pelo elemento de autojustificação, passional ou racional que ela comporta; como o poder de incitação do slogan excede sempre seu sentido explícito, o termo é mais ou menos pejorativo”⁸⁷.

Essa definição é bastante geral, mas, de qualquer maneira, destaca algumas propriedades importantes do slogan:

- o caráter de fórmula geralmente anônima
- o fato de transmitir mais do que diz
- o objetivo de produzir uma reação determinada das massas
- o fato de ser uma mensagem pragmática por natureza, ou seja, dependente do contexto⁸⁸.

Embora esses itens estejam relacionados de modo informal e demasiadamente amplo, servem ao mesmo objetivo que é apenas observar a possibilidade de sistematizar inferências pragmáticas, do tipo implicaturas, nessa espécie de discurso.

Quanto ao aspecto político, o slogan serve, geralmente, para resumir um programa, uma proposta eleitoral ou, ainda, uma convocação das massas para uma ação coletiva de cunho ideológico. “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” é um slogan que resume uma ideologia; “Vamos Governar Juntos” é uma proposta eleitoral; “Diretas Já” foi usado para atos públicos em favor da eleição para presidente da república do Brasil pelo voto direto. Nesse sentido, a propriedade de ser político, em nosso trabalho, já é definida pragmaticamente e não pela metafísica da ideologia⁸⁹.

No que diz respeito à forma como o slogan é transmitido, é necessária uma análise mais exaustiva do seu comportamento lingüístico.

⁸⁷ Ibid., p. 39.

⁸⁸ Aqui, nessa característica, a propriedade pragmática por excelência do slogan.

⁸⁹ O conceito de ideologia é demasiado vago e, por isso, nós preferimos tratar o slogan de maneira pragmática e restritiva.

O discurso político é pragmático por natureza à medida que ele se comporta como um ato comunicativo. Não tentaremos, entretanto, captar-lhe em todo o seu conteúdo ideológico, faremos, para os nossos propósitos, uma delimitação de ordem pragmática, reduzindo-o na sua amplitude significativa.

O discurso político em nossa abordagem será constituído apenas de slogans produzidos por partidos, ou indivíduos, com finalidades políticas. Esses slogans são fórmulas que representam, para nós, as propriedades fundamentais do ato comunicacional político, que se manifestam em todos os outros da mesma espécie. Não tentaremos, entretanto, demonstrar isso. Diremos, apenas, que, para nós, a capacidade de persuasão bem, como a força de levar o povo ao gesto político, está presente também em conteúdos não ditos que se escondem sob a forma do que chamamos implicatura e, daí, a razão de nossa análise.

Além disso, o slogan político, tal como o entendemos, sempre tem uma existência social concreta, aparecendo durante campanhas eleitorais e provocando reações populares que podem até ser testadas empiricamente. Exatamente por isso, ele se destaca como uma mensagem fundamentalmente pragmática. Nisso, ele não se confunde com as frases idealizadas do especialista em Gramática Gerativo-Transformacional, nem com os exemplos privilegiados dos logicistas de Semântica Formal. Isso não quer dizer, absolutamente, que as sentenças idealizadas não sejam um objeto adequado; pelo contrário, são as que possuem tanta potencialidade que já foram escolhidas por serem extremamente próprias à teoria. Algumas são problemáticas, é verdade, justamente porque têm vocação para enunciados em sua dependência contextual. O slogan político, entretanto, é sempre um enunciado; sua significação é carregada de fatos e suas propriedades expressam a linguagem natural em sua dimensão mais típica. Trata-se, é claro, de um objeto extremamente complexo que, a maioria das vezes, tem provocado abordagens frouxas e sem qualquer rigor. Os teóricos mais exigentes fogem, certamente, desse tipo de discurso. Cada slogan desses parece um poço metafísico. É preciso, para eles, evitar o contato com essas entidades lingüísticas, semanticamente espessas. Do nosso ponto de vista, entretanto, a análise mais interessante é aquela que já saiu da obscuridade puramente subjetiva, ainda que não tenha a elegância técnica de modelos formais.

3.2 O Dito e o Implicado no Slogan Político – Observações Teóricas

No segundo capítulo do nosso trabalho expusemos detidamente o modelo de Grice e as ampliações feitas. Lá ficou bem claro que uma das propriedades mais significativas do conceito de implicatura é o fato de ele permitir a explicação de um fenômeno da linguagem natural, que preocupa lingüistas e filósofos pela sua complexidade e importância: Um enunciado (E) expressa uma proposição (p) e transmite, além disso, (Q). Em outras palavras, isso quer dizer que um enunciado é capaz de produzir mais significado do que aquilo que efetivamente disse.

O slogan político é desses fatos lingüísticos privilegiados em que o transmitido vai além, quase que naturalmente, do que o literalmente dito. Tomemos cinco slogans, usados na campanha eleitoral para o governo do Estado do Rio Grande do Sul em 1982, como material de investigação teórica sobre o dito e o implicado em linguagem natural.

O slogan político do candidato do PDS, Jair Soares, que venceu a eleição, era este: “Quem fez, Fará!” Produzido com o auxílio de uma agência de publicidade, esse slogan tinha o objetivo evidente de fazer com que o povo votasse em Jair Soares e não em Pedro Simon, Olívio Dutra ou Alceu Collares, seus concorrentes⁹⁰. Numa primeira e superficial observação, entretanto, já percebemos o problema que nos cabe dissipar: o slogan diz, apenas, que “existe uma relação entre os atos realizados por uma pessoa qualquer e os atos que irá realizar”. Um indivíduo qualquer, porém, que estivesse acompanhando o processo eleitoral garantiria, sem dúvida, que o slogan transmitia outros conteúdos não explícitos, mas seguramente aceitos por uma grande maioria de pessoas⁹¹.

Alguns desses conteúdos sugeridos:

Jair fez, Jair fará (Se Jair fez, Jair fará)

⁹⁰ A campanha do Governador Jair Soares foi elaborada pela MPM propaganda.

⁹¹ Não se trata, aqui, de julgar os eleitores reais, já que a sua maioria captava, de forma consciente, essas informações além do dito. Sabe-se, e isso basta, que, independente de estados mentais ou variações subjetivas, um enunciado contextualizado relaciona a proposição expressa pela sentença e a informação do contexto comum aos interlocutores. Caso isso não fosse verdade, decorreriam, daí, duas conseqüências contrafactuais: as pessoas não entenderiam os objetivos de um enunciado e não teriam, portanto, nenhuma reação diante dele. No caso do slogan político, ao contrário, as pessoas sabem o que ele quer dizer e tomam decisões fundamentadas nesse entendimento. Apenas como informação adicional, queremos registrar que fizemos um questionário para mais de mil pessoas que votaram em 1982, e elas evidenciaram entender, efetivamente, conteúdos não-ditos, mas nem por isso arbitrários. Além disso, os slogans analisados são, na verdade, apenas objetos de uma investigação teórica sobre a lógica da linguagem natural, mediante a aplicação do modelo de Grice.

Jair fez coisas boas e fará coisas boas

Um governador deve fazer coisas

Quem não fez, não fará

Pedro Simon, Olívio Dutra e Alceu Collares não fizeram e, portanto, não farão

O passado permite falar sobre o futuro

Vote em Jair e não em Simon, Collares e Olívio

Uma vez que a grande quantidade de eleitores era capaz de identificar esses conteúdos, surge a questão pragmática mais relevante: identificar como?

É nesses momentos que o lingüista teórico ou prático se vê em dificuldades, porque ele não pode simplesmente responder que as pessoas possuem competência lingüística para entender frases da língua, ou competência comunicativa para captar as intenções do falante. Cabe ao lingüista propor um método que descreva e explique o fenômeno com o rigor mínimo que a teoria exige. Parece claro, então, que as exigências são grandes. O fenômeno é demasiadamente complexo e a necessidade de rigor, capacidade descritiva e explanatória é indispensável.

Aqui é que a teoria de Grice encontra seu mérito maior. Ela apresenta problemas, é verdade, como já se discutiu antes, mas é o modelo pragmático mais forte para a abordagem da significação extraliteral. Através dele, compreendemos que o eleitor de 1982, por exemplo, tinha condições potenciais de relacionar o que o slogan do PDS dizia com o que ele sabia sobre o contexto da eleição e inferir de uma maneira não-trivial aquilo que denominamos, com Grice, implicatura conversacional.

Grice, entretanto, não abriu mão de algumas propriedades obrigatórias das implicaturas conversacionais. Esse tipo de inferência, por exemplo, deve, obrigatoriamente, ser apreendida mediante um cálculo, entre outras propriedades. Não esclareceu, é verdade, a natureza desse cálculo, embora, em alguns momentos, sugira que ele pudesse ter a estrutura de um argumento dedutivo⁹².

⁹² Em alguns exemplos de Grice (*Lógica e Conversação*, p. 92) observa-se a utilização de dedução. Como observam Levinson (1982) e Dascal (1982), entretanto, o fato de uma implicatura conversacional ser cancelável coloca-a mais próxima do argumento indutivo. Givón (1983), ao tratar da relação entre Lógica e Pragmática, sugere o caráter abduutivo da pragmática à medida que essa abordagem apresenta propriedades muito diferentes das que caracterizaram a lógica dedutiva

O cálculo, de qualquer maneira, representa uma operação lógica que um indivíduo (A) faz ao ouvir (E) e julgar que, dentro do contexto (C), o remetente da mensagem (B) quis transmitir (Q) além do que (E) significa literalmente.

Essa lógica que permite o cálculo, entretanto, é de uma natureza especial à medida que leva em consideração o enunciado em sua relação com as regras da conservação e o conhecimento do contexto.

Aqui, cabe uma observação mais detalhada sobre o problema do contexto, tendo em vista que os slogans políticos são, como se disse anteriormente, altamente dependentes das informações contextuais.

Desde Wittgenstein (1953), tem-se ressaltado o caráter de “jogo” da linguagem em que a idéia de contexto-de-uso é embrionária. Trata-se, entretanto, de afastar o ceticismo das “Investigações Filosóficas” e organizar, pelo menos, os problemas relativos a essas informações extra-enunciativas. Bar-Hillel (1954), como já vimos anteriormente, preferiu a designação de “descrições-de-contexto” para evitar o caráter extralingüístico dessas informações. Kaplan (1978) tentou reunir dentro do conceito de contexto para uma abordagem de semântica formal uma “quíntupla ordenada”.

“Contexto” = o agente de c, a audiência de c, o tempo de c, o lugar de c, o mundo de c.

Nesse sentido, porém, parece evidente a complexidade metodológica provocada pela heterogeneidade dos componentes de um só conceito. Provavelmente, por isso, Montague tenha preferido fixar-se nos índices como pontos de referência para localizar o enunciado.

Diante do exposto, preferimos, com Gazdar (1979), Bar-Hillel (1954) e com Sperber e Wilson (1982), optar por um conceito de contexto que possua as seguintes propriedades:

- a) Ser uma função de um par ordenado com a sentença, uma vez que é nessa relação que ele deve ser considerado, ou seja, na análise pragmática do enunciado.
- b) Ser parcialmente conhecimento mútuo, caso contrário não será possível nova informação.

Standard. Sperber e Wilson (1982) usam uma terminologia, que adotaremos em nosso trabalho, ao se referirem a essa razão lógica que leva em consideração o contexto. Chamam-na de “lógica não-trivial”.

- c) Ser um conjunto de proposições formado, portanto, de entidades representáveis lingüisticamente.

Assim, dado um slogan político qualquer, o conhecimento contextual será traduzido por sentenças referentes às proposições mutuamente conhecidas ou facilmente aceitas. Nesse sentido, esse conjunto de proposições será uma função que, emparelhada ao slogan-enunciado, permitirá ao destinatário inferir o conteúdo significativo total transmitido pelo remetente, ou seja, (E) + (Q).

Antes de encerrar esta seção é preciso que se façam, ainda, duas observações de ordem metodológica sobre a função-contexto dentro da nossa abordagem.

Em primeiro lugar, o contexto é constituído de um conjunto indeterminado de sentenças mutuamente conhecidas: na apreensão de uma implicatura, entretanto, apenas algumas são relevantes, necessárias e determináveis. Por isso, faremos, sempre uso de um subconjunto de sentenças do contexto, exatamente as indispensáveis para o cálculo de uma implicatura.

Além disso, é importante ressaltar que o conceito é definido de uma forma um tanto elástica, tendo em vista que é o tipo de função que ele representa o que realmente interessa. Trabalhos posteriores poderão restringi-lo e formalizá-lo adequadamente.

Não desconhecemos, certamente, a gravidade teórica que esse conceito representa. Compreendemos, perfeitamente, que ele é um obstáculo altamente resistente para uma teoria rigorosa. De qualquer maneira, entendemos que o tratamento informal organizado de um modelo já é um passo, indiscutivelmente, importante, para uma teoria consistente e é nesse sentido que não hesitamos em arriscar uma proposta.

O conceito de contexto parece ser o ponto crucial de uma abordagem pragmática para a significação na linguagem natural e, por isso mesmo, cabe enfrentá-lo de uma vez.

3.3 O Dito e o Implicado no Slogan Político: O Cálculo das Implicaturas

Para analisarmos os slogans políticos pelo modelo de Grice ampliado, proporemos a caracterização dos elementos através da seguinte simbolização:

(A) = o destinatário (o povo)

(B) = o remetente (o PDS, Jair Soares, o PMDB, etc.)

(C) = o contexto (conjunto de proposições potenciais conhecidas por (A) e por (B) ou que, pelo menos, podem ser aceitas como não-controvertidas)

(E) = Enunciado (slogans políticos)

(Q) = Implicaturas (inferências pragmáticas do tipo griceano)

Então:

(22) (E1) Quem fez, fará:

(A) povo

(B) PDS

(C) {
1 - O PDS é o remetente
2 - Jair Soares é do PDS
3 - Jair é candidato ao governo
4 - O povo deve votar num candidato
5 - Jair fez coisas boas
6 - Há uma relação entre passado e futuro
7 - Simon, Olívio e Collares são outros candidatos
8 - Simon, Olívio e Collares nada fizeram
9 - Um governador deve fazer coisas
Etc.

}

(Q₁) Jair fez, Jair fará (Implicatura Conversacional particularizada) por quebra.

Esse é o cálculo de (A) que permite a inferência da implicatura:

1 - (B) disse (E)

2 - (B) não ofereceu todas as informações requeridas pelo que disse

3 - (B) ainda assim deve estar cooperando

4 - (B) sabe que eu sei C {C₁, C₂, C₅...}

5 - (B) será relevante dizendo (E) se pretender que eu pense (Q₁)

6 - (B) disse (E) e implicou (Q₁)

Grice não explicitou, no seu trabalho clássico, o encadeamento de inferências do tipo implicaturas conversacionais. De qualquer maneira, isso parece bastante compatível com o que ele pensa. Na análise de (E1), por exemplo, há

várias implicaturas conversacionais que podem ser inferidas umas a partir das outras. Assim,

(Q₂) Simon, Olívio e Collares nada fizeram e, portanto, nada farão. (Implicatura Conversacional particularizada Standard – (Q₁) foi gerada por quebra, (Q₂) apenas torna (Q₁) o mais relevante possível).

- 1 - (B) disse (E)
- 2 - (B) está cooperando
- 3 - (B) sabe que eu sei C {C₁, C₂, C₃, C₅, C₇, C₈, Q₁}
- 4 - (B), dizendo (E), só será o mais relevante possível se pretender que eu pense (Q₂)
- 5 - (B) disse (E) e implicou (Q₂)

(Q₅) Quem vai fazer é melhor candidato do que quem não vai fazer (Implicatura Conversacional particularizada standard (Q₃) forma o mais relevante possível (Q₂) e, pelo princípio da transitividade (Q₁)).

- 1 - (B) disse (E)
- 2 - (B) está cooperando
- 3 - (B) sabe que eu sei C {C₃, C₅, C₆, C₉, (Q₁) e (Q₂)}
- 4 - (B), dizendo (E), só será o mais relevante possível se pretender que eu pense (Q₃)
- 5 - (B) disse (E) e implicou (Q₃)

(Q₄) Vote em Jair Soares e não em Olívio, Simon e Collares (Implicatura Conversacional por quebra)

- 1 - (B) disse (E)
- 2 - (B) não foi tão informativo quanto o requerido para o seu ato comunicativo
- 3 - (B) ainda assim está cooperando
- 4 - (B) sabe que eu sei C {C₁, C₂, C₃, C₄, C₅, C₆, C₇, C₈, C₉, Q₁, Q₂, Q₃}
- 5 - (B) só será relevante se pretender que eu pense (Q₄)
- 6 - (B) disse (E) e implicou (Q₄)

Antes de passar ao slogan seguinte (E_2), é possível retirar-se mais algumas conseqüências lógico-pragmáticas de enunciado (E_1), mediante o modelo ampliado. Assim,

(E_1) Quem fez, fará pressupõe “alguém fez” e “alguém poderá fazer”, que podem, também, ser considerados implicaturas convencionais do vocábulo “Quem” (Aquele que).

Além disso, pela escala do tipo Gazdar-Horn {Já que, se então}, ao afirmar “Quem fez, fará” (Já que fez, vai fazer), a opção pela primeira da escala acarreta a mais fraca (se então). Se o slogan fosse, ao contrário, “se fez, fará”, ele implicaria “Não é possível dizer que ele fez, portanto não é possível dizer que fará”.

(23) (E_2) Vamos Governar Juntos

(B) P. Simon (PMDB)

(A) povo

(C) {

- 1 - Simon é o remetente
- 2 - Simon é o candidato do PMDB ao governo
- 3 - O povo deve votar num candidato
- 4 - O PMDB é de oposição ao governo
- 5 - O governo decide sem o povo
- 6 - Jair é do governo, e Olívio e Collares são de outros partidos
- 7 - A participação do povo é importante para um governo desejável
- Etc.

}

(Q_1) Simon quer governar com a participação do povo (Implicatura Conversacional particularizada por quebra)

1 - (B) disse (E)

2 - (B) não ofereceu todas as informações requeridas pelo que disse (Juntos – com quem?)

3 - (B), ainda assim, deve estar cooperando

4 - (B) sabe que eu sei C { $c_1, c_2, c_7...$ }

5 - (B), dizendo (E), só será relevante se pretender que eu pense (Q_1)

6 - (B) disse (E) e implicou (Q_1)

(Q₂) vamos mudar (Implicatura Conversacional particularizada standard)
(Q₂) torna o mais relevante possível (Q₁)

- 1 - (B) disse (E)
- 2 - (B) está cooperando
- 3 - (B) sabe que eu sei C {c₁, c₂, c₄, c₅, ... Q₁}
- 4 - (B), dizendo (E) só será o mais relevante possível se pretender que eu pense (Q₂)
- 5 - (B) disse (E) e implicou (Q₂)

(Q₅) O melhor candidato é o que propõe mudança (Implicatura Conversacional particularizada standard)

- 1 - (B) disse (E)
- 2 - (B) está cooperando
- 3 - (B) sabe que eu sei C {c₁, c₂, c₄, c₅, c₆... Q₁, Q₂}
- 4 - (B), dizendo (E), só será o mais relevante possível se pretender que eu pense (Q₃)

(Q₄) Vote em P. Simon e não em Jair, Collares e Olívio (Implicatura Conversacional particularizada por quebra)

- 1 - (B) disse (E)
- 2 - (B) não ofereceu todas as informações requeridas pelo seu ato comunicativo
- 3 - (B), ainda assim, deve estar cooperando
- 4 - (B) sabe que eu sei C {c₁, c₂, c₃, c₄, c₅, c₆, c₇... Q₁, Q₂ Q₃,}
- 5 - (B), dizendo (E), só será o mais relevante possível se pretender que eu pense (Q₄)
- 6 - (B) disse (E) e implicou (Q₄)

(E₂) “Vamos governar juntos!” também permitiria depreender a pressuposição “Mais de um pode governar”, por exemplo, que poderia ser considerada uma implicatura convencional de “Vamos” e “Juntos”.

Um outro aspecto interessante diz respeito à máxima da quantidade: “Diga só o que você sabe”. A expressão “Vamos governar juntos” soa um pouco falsa (demagógica) para o povo, porque parece um tanto exagerada. Os fatos, nesse momento, desmentem a democracia absoluta. Esse slogan é admitido, entretanto, à medida que afirmar (E) implica comprometer-se em saber (E). Em outras palavras, “Vamos governar juntos” implica “Simon sabe o que está dizendo” e o povo deve acreditar nisso.

(24) (E₃) Neste o povo confia:

(B) PDT

(A) povo

(C) {

- 1 - O PDT é o remetente
- 2 - Collares é o candidato do PDT ao governo
- 3 - O PDT é de oposição ao governo
- 4 - O governo não é de confiança
- 5 - Confiança é qualidade desejável num governador
- 6 - Jair, Simon, Olívio são seus concorrentes
- Etc.

}

(Q₁) Alceu Collares é de confiança como candidato (Implicatura Conversacional particularizada por quebra)

1 - (B) disse (E)

2 - (B) não deu todas as informações requeridas (que Alceu Collares era o candidato de confiança)

3 - (B), ainda assim, deve estar cooperando

4 - (B) sabe que eu sei C {c₁, c₂...}

5 - (B) só será relevante, dizendo (E), se eu pretender que eu pense (Q₁)

6 - (B) disse (E) e implicou (Q₁)

(Q₂) Simon, Jair e Olívio não são de confiança (Implicatura Conversacional particularizada standard)

Q₂ torna Q₁ o mais relevante possível

1 - (B) disse (E)

2 - (B) está cooperando

3 - (B) sabe que eu sei C {c₁, c₂, c₃, c₄, c₅, c₆... Q₁}

4 - (B), dizendo (E), só será o mais relevante possível se pretender que eu pense (Q₂)

5 - (B) disse (E) e implicou (Q₂)

(Q₃) Um candidato de confiança é melhor que um não confiável (Implicatura Conversacional particularizada standard)

1 - (B) disse (E)

2 - (B) está cooperando

3 - (B) sabe que eu sei C {c₁, c₂, c₃, c₄, c₅, c₆... Q₁, Q₂}

4 - (B), dizendo (E), só será o mais relevante possível se pretender que eu pense (Q₃)

5 - (B) implicou (Q₃)

(Q₄) Vote em Collares e não em Simon, Jair e Olívio (Implicatura Conversacional particularizada standard)

1 - (B) disse (E)

2 - (B) não ofereceu todas as informações requeridas para o seu ato comunicativo

3 - (B), ainda assim, está cooperando

4 - (B) sabe que eu sei C {c₁, c₂, c₃, c₄, c₅, c₆ ... Q₁, Q₂, Q₃}

5 - (B) só será relevante, dizendo (E), se pretender que eu pense (Q₄)

6 - (B) disse (E) e implicam (Q₄)

O slogan “Neste o povo confia” acentua o pronome “Neste”. Nesse caso, pressupõe “Alguém é de confiança”. Pode-se interpretar essa pressuposição como implicatura convencional do vocábulo “Neste”.

Um outro aspecto interessante diz respeito ao fato de que se o candidato é de oposição, o candidato da situação é, para ele (oposição), não confiável, e isso é óbvio. Se Collares estivesse referindo-se a Jair estaria, aos olhos do eleitor, dizendo uma coisa óbvia. Por isso, quando ele acentua o “neste”, faz oposição à oposição. (Simon e Olívio não são de confiança)

(25) (E₄) Trabalhador vota em trabalhador

(B) PT

(A) povo ou os trabalhadores

(C) {
1- O PT é o remetente
2- Olívio é o candidato do PT ao governo
3- O PT é de oposição
4- Olívio é trabalhador
5- Votar certo é votar no candidato da classe
6- Jair, Simon e Collares são seus concorrentes
Etc.

(Q₁) Olívio é o candidato dos trabalhadores (Implicatura Conversacional particularizada por quebra)

1 - (B) disse (E)

2 - (B) não deu todas as informações requeridas

3 - (B), ainda assim, está cooperando

4 - (B) sabe que eu sei C {C₁, C₂, C₃, C₄...}

5 - (B) só será o mais relevante possível se pretender que eu pense (Q₁)

6 - (B) disse (E) e implicou (Q₁)

(Q₂) Jair, Simon e Collares não são trabalhadores (Implicatura Conversacional particularizada standard)

1 - (B) disse (E)

2 - (B) está cooperando

3 - (B) sabe que eu sei C {C₃, C₄, C₆... Q₁}

4 - (B), dizendo (E), só será o mais relevante possível se pretender que eu pense (Q₂)

(Q₃) O trabalhador deve votar em Olívio, não em Jair, Simon ou Collares (Implicatura Conversacional particularizada por quebra)

1 - (B) disse (E)

2 - (B) não ofereceu todas as informações requeridas pelo seu ato comunicativo

3 - (B), ainda assim, deve estar cooperando

4 - (B) sabe que eu sei C {C₁, C₂, C₃, C₄, C₅... C₆, Q₁, Q₂}

5 - (B) só será relevante, dizendo (E), se pretender que eu pense (Q₃)

Um aspecto que chama a atenção no slogan do PT é a redundância do lexema “trabalhador”. Aqui, a repetição representa uma espécie de ênfase e que o slogan parece querer dizer ou implicar que “o trabalhador é tão importante” que, inclusive, se justifica a redundância.

Num processo de encadeamento de implicaturas em que (Q₁), (Q₂) e (Q₃) fazem parte da produção de (Q₄), por exemplo, não importa se, na verdade, o eleitor efetua o cálculo na seqüência em que o apresentamos. O importante é caracterizar um modelo de implicaturas encadeadas, em que as primeiras inferências depreendidas passam a fazer parte do contexto C para a depreensão de outras, de tal maneira que sem as anteriores não seria possível inferir as posteriores. Isso permite esclarecer a natureza de inferências em linguagem natural que dependem não só de premissas dadas como no cálculo dedutivo, mas de inferências anteriores que são supostas como realizadas, uma vez que foram autorizadas pelo remetente. Em outras palavras: se uma implicatura é produzida por (B) para que (A) a depreenda sob pena de não compreender a relevância de (E), parece lógico que (B), a partir daí, conte como conhecimento compartilhado essa implicatura e pretenda que (A), levando-a em consideração, pelo mesmo raciocínio de relevância anterior, infira outras.

Na análise dos quatro slogans que efetuamos ficou demonstrado, através do cálculo de (A), como as implicaturas conversacionais particularizadas foram inferidas. Cabe, entretanto, reafirmar dois aspectos importantes que se depreendem do modelo griceano. Primeiro, as implicaturas conversacionais têm um caráter indeterminado⁹³, a lista de implicados é aberta; segundo, refere-se ao fato de que o modelo apresentado, aqui, não pretende ser, absolutamente, uma cópia de processos mentais produzidos, nessa seqüência, pelo decodificador e inferidor. A nossa pretensão é, apenas, verificar, teoricamente, como pode ser executado esse

⁹³ Grice observou que as implicaturas possuem um caráter indeterminado porque, provavelmente, percebeu que o contexto é um conjunto indeterminado de proposições e, nesse caso, abre o conjunto das implicaturas. No caso dos slogans, entretanto, a implicatura do tipo “vote no candidato x e não no y” parece ser a mais trivial e indiscutível, exatamente porque, nessa situação, as proposições relevantes do contexto são bastante determináveis.

tipo de inferência autorizada, que tem uma existência tão evidente na comunidade diária, mas que parece tão difícil de sistematizar. O cálculo das implicaturas, no nosso entendimento, é o modelo pragmaticamente mais forte de lógica não-trivial para a apreensão do significado em linguagem natural que vai além do dito e escapa, portanto, às semânticas do tipo Tarski.

Não se trata, entretanto, de um modelo para a intencionalidade ou fenomenologia psicológica. (A), (B) e (C) são, apenas, funções dessa lógica não-trivial. Tanto é verdade que as implicaturas são inferidas a partir da relação entre (A), (B) e (C). Além disso, (B) e (C) são as sentenças-premissa do par e (A) é a inferência. Não é por outra razão que o silogismo clássico representa uma operação lógica mais rigorosa e menos psicológica, mas exatamente porque explicita as premissas como afirmações abstraídas do contexto-de-uso real, através do contexto-teórico de simbolização.

No modelo que propomos o contexto é reduzido a proposições relevantes e emparelhado ao enunciado para cumprir a mesma tarefa de eliminação do subjetivismo inerente às operações inferenciais dependentes do contexto, ou seja, em linguagem natural e real.

Os filósofos e cientistas de linguagem temem os problemas ligados à subjetividade dos “processos mentais”, como a subjetividade do “mundo” e do “ser”. Trata-se, sem dúvida, de uma cautela justificada, mas que não deveria congelar as investigações. A subjetividade indesejada é a que se coloca ao nível de especulações obscuras e sem conseqüências teóricas relevantes. A abordagem é que deve ser racional e evitar um psicologismo impróprio. Se Kripke esclarece o problema das ficções através da noção de mundo-possível, e esta é operacionalmente relevante, a subjetividade da ficção não assusta mais.

O cálculo das implicaturas poderia, nesse sentido, ser formulado de acordo com a proposta abaixo:

(E) só será o mais relevante possível para o contexto (C) se, e somente se, implicar (Q), para que se esclarecesse, ainda mais, o caráter não-psicológico do modelo.

A Pragmática atual parece ser uma tentativa intermediária e provisória para a linguagem natural, em que se evita cair em extremos, ora com apelo a um psicologismo subjetivista, ora com expectativa de formalização inadequada. Nesse sentido, ou seja, de explicitar ainda mais a competência teórica do modelo de Grice

ampliado para nossos fins, passamos a examinar outros slogans políticos que também fizeram parte das eleições de 1982 no Brasil.

(26) (E₅) PMDB ou fica como está (Ou você vota no PMDB (f) ou você fica como está (~))

(B) PMDB

(A) povo

(C) {

- 1 - O governo atual é do PDS
- 2 - O PDS é concorrente do PMDB e não propõe mudança
- 3 - O povo quer mudar
- 4 - As outras oposições não propõe mudança
- 5 - O PMDB é oposição para mudar
- 6 - "Ou" pode ser uma disjunção exclusiva (contexto lingüístico)
- Etc.

}

(Q1) $P_p, P \sim P, P_q, P \sim q, P (p \vee q)$

(Implicaturas potenciais oracionais)

1 - (B) disse (E)

2 - (B) está cooperando

3 - (B) sabe que eu sei C {c₁, c₂, c₃...c₆}

(Q₁) Vote em P.S

1 - (E) disse (E)

2 - (E) não ofereceu todas as informações requeridas pelo que disse (sobre o voto)

3 - (E), ainda assim, está cooperando

4 - (E) sabe que eu sei C {c₁, c₂, c₃, c₄, c₅, c₆...}

5 - (E) só será relevante se pretender que eu pense (Q₁)

6 - (E) disse (E) e implicou (Q₁)

(28) (E₇) Devolva Matheus ao Parlamento

(B) PDT

(A) povo

(C) {
1 - Matheus já foi deputado
2 - Matheus é candidato agora
3 - Matheus é da oposição pelo PDT
4 - "Devolver" é usado em casos de se ter tirado etc.
Etc. }

(Q1) Matheus foi tirado do parlamento (Implicatura Convencional)

1 - (E) disse (E)

2 - (E) está cooperando

3 - (E) sabe que eu sei {c1, c2, c4...}

4 - (E) só será o mais relevante possível se pretender que eu pense (Q₁)

5 - (E) disse (E) e implicou (Q₁)

4 - (B) só será o mais relevante possível se pretender que eu entenda (Q₁)

5 - (B) disse (E) e implicou (Q₁)

(Q2) Vote no PMDB e não nos outros (Implicatura Conversacional particularizada por quebra)

1 - (B) disse (E)

2 - (B) não ofereceu todas as informações requeridas pelo que disse (sobre voto)

3 - (B), ainda assim, está cooperando

4 - (B) sabe que eu sei C {c₁, c₂, c₃, c₄, c₅, c₆..., Q₁}

5 - (B) só será relevante se pretender que eu pense (Q₂)

6 - (B) disse (E) e implicou (Q₂)

(27) (E₆) Não tem desculpa

(B) Paulo S.

(A) povo

- (C) {
- 1 - Paulo S. concorreu na eleição anterior
 - 2 - Paulo S. não se elegeu
 - 3 - Paulo S. era do PDS
 - 4 - Paulo S. acredita que o povo sabe que ele não se elegeu por ser do PDS (situação)
 - 5 - Paulo S. é candidato agora pelo PMDB (oposição)
 - 6 - Paulo S. acredita que o povo está com a oposição
 - Etc.
- }

(Q2) Vote em Matheus

- 1 - (B) disse (E)
- 2 - (B) não deu todas as informações requeridas
- 3 - (B), ainda assim, está cooperando
- 4 - (B) sabe que eu sei C {c₁, c₂, c₃, c₄..., Q₁}
- 5 - (B) só será relevante se pretender que eu pense (Q₂)
- 6 - (B) disse (E) e implicou (Q₂)

(29) (E₃) J. Machado é povo sempre

(B) J. Machado

(A) povo

- (C) {
- 1 - J.M. é candidato pelo PDS
 - 2 - O povo é quem decide
 - 3 - O povo quer o candidato do povo
 - 4 - Alguns candidatos são do povo apenas nas eleições
 - Etc.
- }

(Q₁) J.M. não é povo só nas eleições como outros candidatos (Implicatura Conversacional particularizada standard)

- 1 - (B) disse (E)
- 2 - (B) está cooperando
- 3 - (B) sabe que eu sei C {c₁, c₂, c₃, c₄}
- 4 - (B) só será o mais relevante possível se, dizendo (E), pretender que eu pense (Q₁)

(Q₂) Vote em J. Machado e não em outro candidato (Implicatura Conversacional particularizada por quebra)

- 1- (E) disse (E)
- 2- (E) não ofereceu todas as informações necessárias para o que disse
- 3- (E) sabe que eu sei C {C₁, C₂, C₃, C₄...}
- 4- (E) só será o mais relevante possível se pretender que eu pense (Q₂)

(30) (E₉) Vote Útil

(B) PMDB

(A) povo

(C) {
1 - O governo é do PDS
2 - As oposições são três
3 - Se os votos da oposição forem divididos, ganha o PDS
4 - O voto quer mudar o governo
Etc. }

(Q₁) Vote no PMDB que é a única oposição que pode vencer (Implicatura Conversacional particularizada por quebra)

- 1 - (B) disse (E)
- 2 - (B) não deu todas as informações necessárias para o que disse
- 3 - (B), ainda assim, está cooperando
- 4 - (B) sabe que eu sei C {C₁, C₂, C₃, C₄...}
- 5 - (B) só será relevante se, dizendo (E), pretender que eu pense (Q₁)
- 6 - (B) disse (E) e implicou (Q₁)

(31) (E₁₀) Um voto de Mestre

(B) Maria A. F.

(A) povo

(C) {
1 - M.A.F. é candidata
2 - M.A.F. é do PDS
3 - M.A.F. é professora (mestre)
4 - “De mestre” é uma expressão que significa “perfeito”
Etc. }

(Q₁) Vote em M.A.F. – é um voto de mestre num mestre

1 - (B) disse (E)

2 - (B) disse algo ambíguo

3 - (B), ainda assim, está cooperando

4 - (B) sabe que eu sei C {C₁, C₂, C₃, C₄}

5 - (B) só será o mais relevante possível se, dizendo (E), pretender que eu pense (Q₁)

6 - (B) disse (E) e implicou (Q₁)

(32) (E₁₁) Diretas Já

(B) A oposição

(A) o povo

(C)	{	1 - O governo não quer eleições diretas 2 - As oposições querem eleições diretas 3 - O governo propõe diretas para depois 4 - A oposição não quer a proposta do governo Etc.	}
-----	---	--	---

(Q₁) Não é possível adiar a eleição direta

1 - (B) disse (E)

2 - (B) está cooperando

3 - (B) sabe que eu sei C {C₁, C₂, C₃, C₄...}

4 - (B) só será o mais relevante possível se, dizendo (E), pretender que eu pense (Q₁)

5 - (B) disse (E) e implicou (Q₁)

A análise de mais estes slogans permite demonstrar a capacidade do modelo ampliado para descrever a depreensão de implicaturas. (E₅), por exemplo, representa o caso das chamadas implicaturas potenciais oracionais de Gazdar. “Ou se elege o PMDB ou fica como está” é a disjunção exclusiva que, como forma mais fraca, implica a negação da conjunção e a possibilidade de cada alternativa e sua negação.

A implicatura generalizada de (E₇) é, segundo alguns teóricos, um tipo de pressuposição. “Devolver” pressupõe ter tirado. Aqui, entretanto, fica bem clara a possibilidade de tratá-la como implicatura convencional, tendo em vista o conhecimento lingüístico comum a (A) e (B) no sentido de que “devolver” carrega o sentido de colocar novamente, o que implica ter tirado.

No caso de (E₁₀), aparece uma violação da máxima de modo, através da ambigüidade. Como o remetente está colaborando, o povo percebe que o duplo sentido é para implicar a importância de se votar bem, votando num professor. A expressão, aliás, tem três sentidos:

“voto de mestre” – dito como voto de um professor

“voto de mestre” – expressão corriqueira para voto perfeito.

“voto de mestre” – implicatura para votar num professor

Mais simplesmente, poderíamos dizer “Um professor vota de maneira perfeita se votar em outro professor”.

O que se deve destacar no modelo de Grice ampliado é o papel do conceito de relevância como uma supermáxima ligada ao princípio da cooperação e que permite a depreensão das implicaturas, atuando como uma propriedade lógica capaz de articular pragmaticamente qualquer máxima.

CONCLUSÃO

O problema da significação na linguagem natural é, indiscutivelmente, o fenômeno de maior complexidade teórica nas ciências lingüísticas. É ele que vem, ao longo da história, desafiando as teorias, desde os modelos mais especulativos até os formalmente mais pretensiosos. De Aristóteles a Givón, passando pela lucidez rigorosíssima de Tarski e pela elegância lógico-literária de Wittgenstein, o problema do significado vem sendo o objeto de maior charme teórico para a comunidade sofisticada dos filósofos-lingüistas.

O nosso ensaio, nesse sentido, é de uma simplicidade que eu chamaria de tecnicamente ingênua. Tratar, nesse nível de informalidade, questões que preocuparam Russell e Frege e que frustram, ainda, Chomsky, Quine e Kripke é, no mínimo, um gesto acadêmico perigosamente superficial. A minha primeira conclusão, portanto, é um reconhecimento tardio de que os problemas de que tratamos são bem mais complicados. A questão do significado parece situar-se como um fenômeno de elementos não-homogêneos. Apesar disso, eles parecem organizar-se em torno de um núcleo racional que acena para uma possibilidade de investigação razoável à primeira vista. Mas as coisas logo se complicam.

A nossa conclusão é a de que os problemas do significado em linguagem natural devem ser tratados a partir de duas disciplinas interdependentes: A Semântica das Condições-de-Verdade, como uma tentativa do modelo de Tarski para as questões da referência, e a Pragmática, como uma mescla de lógica não-trivial, ou Lógica Informal, parcialmente dedutiva, indutiva e abdutiva, para as questões do sentido, dito ou implicado. Aqui, é preciso que se diga, o fenômeno-significação em linguagem natural requer um tratamento rigoroso, mas não simplificador, sob pena de um logicismo improdutivo. As inferências são multiformes e abordá-las requer modelos mais flexíveis e criativos. Nessa perspectiva, pode-se assumir que a Pragmática não é, efetivamente, um paradigma de investigação formalizado, mas um candidato fortíssimo a provocar uma revolução teórica no sentido do sempre oportuno T. Kuhn. A sua metodologia ainda é fragmentária como é típico de uma fase da ciência extraordinária. Os teóricos da Pragmática não constituíram, até agora, uma comunidade organizada. Estão dispersos e tratando os problemas de maneira diferenciada. Grice, sem dúvida, é o mais inspirador. Em torno dele, filósofos e lingüistas, como Strawson, Thomason,

Gazdar, e inúmeros outros, andaram procurando algum vestígio de racionalidade pragmática.

Este ensaio, em seu segundo capítulo, reconhece esse fato. Grice propôs, informalmente, é verdade, uma lógica da conversação que é provavelmente o modelo mais organizado e informativo para esse objeto. O *insight* griceano é indiscutível, e sua contribuição maior, que é o conceito de implicatura conversacional, aparece nos textos mais rigorosos de um Lewis ou Kripke, por exemplo. O presente trabalho, nesse aspecto, corrobora essa potencialidade teórica singular no modelo de Grice. Não parece haver, realmente, uma forma mais consistente de se descrever e explicar o excesso de significado que um enunciado transmite. Também se deparou esta pesquisa, é verdade, com os pontos frágeis da proposta griceana e, até, houve a ousada pretensão de atenuá-los. Mas, independente disso, parece que a noção de implicatura pode, efetivamente, ser usada para quatro objetivos altamente relevantes:

- abordar a significação extraliteral dos enunciados em linguagem natural;
- tratar de fenômenos ligados à competência comunicativa
- simplificar problemas relevantes e cruciais para a Semântica das condições-de-verdade;
- servir como ponto de partida para uma lógica de linguagem natural, teoria das inferências pragmáticas.

No que se refere à ampliação do modelo, trata-se de um problema de filosofia da ciência. O que caracteriza o perigo de pseudocientificidade é o uso indiscriminado de hipóteses “ad hoc” para salvar o modelo a qualquer custo, quando ele vem sendo contrariado pelos fatos. O modelo de Grice ampliado parece, realmente, consistente nesse sentido, tendo em vista que a questão da relevância é crucial para uma teoria pragmática. Esse conceito, como se disse, refere-se à propriedade pragmática por excelência e, em nossa proposta, passou a ter uma função mais alta hierarquicamente, o que permitiu ao modelo funcionar melhor.

Quanto à parte final do trabalho, diremos, apenas, que o modelo de Grice ampliado dá conta perfeitamente das implicaturas enquanto inferências provocadas pelos slogans políticos. Já foi observado, anteriormente, que esse tipo de enunciado é um fragmento demasiado complexo da língua para que se possa dizer muita coisa sobre ele. Cabe, entretanto, dizer que os slogans políticos são enunciados pragmáticos por natureza e as implicaturas que eles carregam parecem ser a

complementação significativa indispensável ao dito para que eles provoquem o gesto político.

De resto, devemos encerrar este ensaio declarando uma intenção séria, durante o desenvolvimento do trabalho, de ter contribuído com algumas idéias interessantes sobre fenômenos tão complexos. Como toda conclusão é uma espécie de redundância necessária, não evitamos, também, o prazer de algumas metáforas irônicas, nesse jogo tão atraente da literariedade que é, de todas, talvez a mais estranha das lógicas da linguagem natural.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, A. R.; BELNAP, N. D. Jr. *Entailment*. Vol. 1, Princeton, NJ: Princeton University Press, 1975.

ANDERSON, S. R.; KIPARSKY, P. *A Festschrift for Morris Halle*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1973.

ATLAS, J. D. *How linguistics matters to philosophy: presupposition, truth and meaning*. In: Oh & Dinnen (1979, 265-81), 1979.

AUSTIN, J. L. *How to Do Things with Words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.

BAR-HILLEL, Y. *Expressões Indiciais*. In: Dascal, M. (org.) (1982). pp. 23-49.

BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1933.

CARNAP, R. *Foundations of Logic and Mathematics*. (1938) In: Carnap, R., Neurath, O. & Morris, C. W. (eds.) *International Encyclopedia of Unified Sciences*, vol. 1, pp. 139-214 (tr. Esp. Mora Charles, M. D., *Fundamentos de Lógica Matemática*, 1975).

_____. (1947). *Meaning and Necessity*. Chicago: University of Chicago Press.

CATON, C. E. (1981). *Stalnaker on Pragmatic Presupposition*. In: Cole, P. (1981: 83-99).

CHOMSKY, N. (1957). *Syntax Structures*. The Hague: Mouton.

_____. (1965) *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

_____. (1972). *Studies on Semantics in Generative Grammar*. The Hague: Mouton.

_____. (1973). *Conditions on Transformations*. In: Anderson & Kiparsky.

_____. (1975a). *Reflections on Language*. New York: Pantheon Books.

_____. (1975b). *Questions of Form and Interpretation*. Lisse, The Netherlands: Peter de Ridder Press.

_____. (1976). Conditions on Rules of Grammar. In: *Linguistic Analysis*, 2, 4, 303-351.

CHOMSKY, N.; LASKIK, H. (1977). Filters and Control. In: *linguistic Inquiry*, 8, 3, 425-504 pp.

CLARK, H. H., MARSHALL, C. R. (1981). *Definite reference and mutual knowledge*. In: Joshi, A. K., Sag, I. e Weber (eds.) (1981: 10-63).

COLE, P. (ed). (1978). *Syntax and Semantics₉: Pragmatics*. New York: Academic Press.

_____. (1981). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press.

COLE, P. & MORGAN, J. L. (eds.) (1975). *Syntax and Semantics₃: Speech Acts*. New York: Academic Press.

DASCAL, M. (org.) (1978-1982). *Fundamentos Metodológicos da Lingüística*. São Paulo: Unicamp.

_____. (1978). *As Convulsões Metodológicas da Lingüística Contemporânea*. In: Dascal, M. (org.) (1978: 15-41).

_____. (1982). *Relevância Conversacional*. In: Dascal, M. (org.) (1982: 105-131).

DAVIDSON, D.; HARMAN, G. (eds.) (1972). *Semantics of Natural Language*. Dordrecht: Reidd.

DAVIDSON, D. *Verdade e Significado*. In: Dascal, M. (1982: 145-180).

DONNELLAN, K. S. (1966). *Reference and definite descriptions*. *Philosophical Review*, 75, 281, 304. Reprinted in Steinberg & Jakobovits (1971: 100-14).

_____. (1981). *Intuitions and Presupposition*. In: Cole, P. (1981).

_____. (1979). *Speaker Reference, Descriptions and Anaphora*. In: French, P. A., Uehling, Jr., T. E. & Wettstein, H. K. (eds.) (1977: 28-44).

FÁVERO, L. L. & VILLAÇA, I. G. (1983). *Linguística Textual*. São Paulo, Cortez, 112 p.

FILLMORE, C. J. & LANGENDOEN, D. T. (1971). *Studies in Linguistic Semantics*. New York: Holt, Rinehart & Winston.

FILLMORE, C. J. (1971). *Verbs of Judging: an exercise in semantic description*. In: Fillmore & Legends (1971: 273-90).

_____. (1981). *Pragmatics and the description of discourse*. In: Cole, P. (1981: 143-66).

FREGE, G. (1978) *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix, 158 p.

FRENCH, P. A., VEHLING, Jr.T. E. & WETTESTEIN, H. K (eds.) (1977). *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 417 p.

GAZDAR, G. (1979). *Pragmatics: Implicature, Presupposition and Logical Form*. New York: Academic Press.

GIVÓN, T. (ed.) (1979). *Syntax and Semantics: Discourse and Syntax*. New York: Academic Press.

_____. (1982). *Logic Vs. Pragmatics, with Human Language as the Referee: Toward an Empirically Viable Epistemology*. *Journal of Pragmatics* 6. pp; 81-133.

GRICE, H. P. (1957). *Meaning*. *Philosophical Review*, 67. Reprinted in Steinberg Jakobovits (1971: 53-9) and in Strawson (1971: 39-48).

_____. (1967). *Logical and Conversation*. Unpublished MS. Of the William James Lectures, Harvard University.

_____. (1975). *Logic and Conversation*. In: Cole & Morgan (1975: 41-58). (part of Grice - 1967). (Trad. Port. Geraldí, J, W. 1982: 81-103) In: Dascal (ed.) 1982.

_____. (1978). *Further notes on logic and conversation*. In: Cole (1978: 113-28). (part of Grice - 1967).

_____. (1981). *Presupposition and conversational implicature*. In: Cole (1981: 183-98).

GROENENDIJK, J. And STOKHOF, M. (1978). *Semantics, Pragmatics and the Theory of Meaning*. In: *Journal of pragmatics*, 2, pp. 49-70.

GUMPERZ, J. J. (1977). *Sociocultural knowledge in conversational inference*. In: Saviile-Troike (ed.) pp. 191-211.

HARRIS, Z. (1951). *Methods in Structural Linguistics*. Chicago: University of Chicago Press.

HINTIKKA, K. J. J. (1962). *Knowledge and Belief*. Ithaca: Cornell University Press.

_____. (1974). *Quantifiers Vs. Quantification theory*. *Linguistic Inquiry*. vol. V. n. 2 pp. 153-177.

HORN, L. R. (1973). *Greek Grice*. Proceedings of the Ninth Regional Meeting of the Chicago Linguistics Society. Pp. 205-14.

KARTTUNNEN, L. & PETERS, S. (1975). *Conventional implicature in Montague Grammar* – Proceedings of the first Annual Meeting of the Berkeley Linguistic Society, pp. 266-78.

_____. (1979). *Conversational implicature*. In: Oh & Dinneen (1979: 1-56).

KATZ, J. J. (1972). *Semantic Theory*. New York: Harper & Row.

KEENAN, E. L. (1971). *Two kinds of presupposition in natural language*. In: C. J. Fillmore & D. T. Langendoen (eds.) (1971: 45-54).

KEMPSON, R. M. (1975). *Presupposition and the delimitation of semantics*. Cambridge: Cambridge University Press.

_____. (1979). *Semantic theory*. Cambridge: Cambridge University Press.

KRIPKE, S. (1972). *Meaning and Necessity*. In: Davidson, D. & Harman, G. (eds). (1972: 253-356).

_____. (1977). *Speaker's Reference and semantic reference*. In: French, P. A., Uehling, Jr. T. T. & Wettstein, H. (eds.) (1977: 417).

KUHN, T. S. (1962). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 262 p.

_____. (1979). *Metaphor in Science*. In: Ortony (1979: 409-19).

LABOV, W. (1972). *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

LAKOFF, G. (1963). *Toward Generative Semantics*. In: McCawley (1976).

_____. (1972). *Linguistics and natural logic*. In: Davidson & Harman (1972: 545-665).

LAKOFF, G. & ROSS, J. R. (1976). *Is Deep Structures Necessary?* In: McCawley (1976).

LANDIM, F. R. & ALMEIDA, G. A. *Filosofia da Linguagem e Lógica*. Rio: PUC-Loyola, 1980.

LEWIS, D. (1969). *Convention*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

_____. (1972). *General Semantics*. In: Davidson & Harman (1972: 169-218).

MARCONDES de S. F., D. (1977). *Um Exame da Questão da "Vontade Popular" através da análise filosófica da linguagem ordinária*. In: Landim, F. R. & Almeida, G. A. (1980: 81-112).

MCCAWLEY, J. D. (1976). *Syntax and Semantics*, vol. 7: *Notes from the Linguistic Underground*. New York: Academic Press.

_____. (1982). *Everything's that Linguists have always want to know about logic – but were ashamed to ask*. Chicago: Oxford Blackwell.

MEYERSON, E. (1930). *Identity and Reality*. (Trad. K. Leowemnberg. London: Allen and Unwin, reprinted by Dover Publications, New York, 1962).

MONTAGUE, R. (1974). *Formal Philosophy: Selected Papers*. (Edited by R. H. Thomason). New Haven: Yale University Press.

MORRIS, C. W. (1938). *Foundations of the Theory of Signs*. In: O. Neurath, R. Carnap & C. Morris (eds.) *International Encyclopedia of Unified Science*. Chicago: University of Chicago Press, pp. 77-138. (Reprinted in Morris - 1971).

OGDEN, C. K. & RICHARDS, J. A. (1972). *O significado do significado*. Rio: Zahar, 349.

OH, C. K. & DINEEN, D. A. (eds.) (1979). *Syntax and Semantics II: Presupposition*. New York: Academic Press.

OSAKABE, H. (1979). *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo, Kairós, 200 p.

PSATHAS, G. (ed.). (1979). *Everyday Language: Studies in Ethnomethodology*. New York: Irvington.

PEIRCE, C. S. (1977). *Semiótica*. São Paulo: Perspectiva, 337 p.

POPPER, K. (1975). *A Lógica da Pesquisa Científica*. (1ª ed., 1959). São Paulo: Cultrix, 567 p.

POSTAL, P. (1976). *Linguistic Anarchy Notes*. In: McCawley, 1976.

QUINE, W. V. O. (1960). *Word and Object*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

_____. (1972a). *Filosofia da Lógica*. Rio: Zahar, 139 p.

_____. (1972b). *Lógica e Matemática* Madrid, *Revista do Ocidente*, 339 p.

_____. (1979). *Intension Revisited*. In: French, P. A. et al. (eds.) (1977: 417 p.).

REBOUL, O. (1975). *O Slogan*. São Paulo: Cultrix, 165 p.

ROGERS, A., WALL, B. & MURPHY, J. P. (eds.) (1977). *Proceedings of the Texas Conference on performatives, presupposition and implicature Arlington*. Va: Center for Applied Linguistics.

ROSS, J. R. (1975). *Where to do things with words*. In: Cole & Morgan (1975: 233-56).

RUSSELL, B. (1905). *On Denoting*. *Mind*, 14, 479-93.

_____. (1957). *Mr. Strawson on Referring*. *Mind*, 66. 385-9.

SACKS, H. & SCHEGLOFF, E. A. (1979). *Two Preferences in the organization of reference to persons in conversation and their interaction*. In: Psathas (1979: 15-21).

SADOCK, J. M. (1978). *On Testing for conversational implicature*. In: Cole (1978: 281-98).

SAUSSURE, F de. (1971). *Curso de Lingüística Geral*, 3 ed. São Paulo: Cultrix, 279 p.

SCOTT, D. (1970). *Advice on modal logic*. In: Lambert (ed.) Dordrecht: Reidel, pp. 143-73.

SEARLE, J. R. (1969). *Speech Acts*. Cambridge University Press.

SEARLE, J. R., KIEFER, F. & BIERWISCH, M. (eds.) (1980). *Speech Act Theory and Pragmatics*. Synthese Language Library, vol. 10. Dordrecht: Reidel.

SEGALL, Petr. (1980). *Current Issues in Formal Semantics*. In: *Journal of Pragmatics*, 7. pp. 297-309.

SUPPE, F. (1979). *La Estructura de Las Teorías Científicas*. Madrid: Editora Nacional, 715 p.

SUPPES, P. (1972). *Probabilistic Grammar for Natural Language*. In: Davidson & Harman (1972: 714-763).

SMITH, N. V. & WILSON, D. (1979). *Modern Linguistics: the Results of Chomsky's Revolution*. Harmondsworth: Penguin.

SOAMES, S. (1979). *A Projection problem for speaker presuppositions*. *Linguistics Inquiry*, 10, 4, 632-66.

SPERBER, D. & WILSON, D. (1981). *Irony and the Use/Mention distinction*. In: Cole (1981: 295-318).

STALNAKER, R. C. (1977). *Pragmatic presupposition*. In: Rogers, Wall & Murphy (1977: 135-47).

_____. (1978). *Assertion*. In: Cole (1978: 315-32).

STEINBERG, D. & JAKOBOWITS, L. (eds.) (1971). *Semantics: an interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*. Cambridge:

SWINBURNE, R. (ed.), (1976). *La Justificación del Razonamiento Inductivo*. Madrid: Alianza Universidad, 220 p.

TARSKI, A. (1944). *The Semantic Conception of Truth*. *Philosophy and Phenomenological Research*, 4: 341-75.

THOMASON, R. H. (1977). *Where pragmatic fits in*. In: Rogers, Wall & Murphy (1977: 161-6).

VAN DER AUWERA; J. (1983). *Conditionals and Antecedent possibilities*. In: *Journal of Pragmatics*, 7, pp. 297-309.

VAN DIJZ, T. A. (1972). *Some Aspects of Text-Grammars*. The Hague: Mouton.

WITTGENSTEIN, L. (1921). *Tractatus Logico-Philosophicus*. Reprinted and Translated as Wittgenstein – 1961.

_____. (1958). *Philosophical Investigations*. Oxford: Blackwell.